



Digital Business Acceleration

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2022

Versão 1

31/05/2022



ÍNDICE

1.	RESPONSÁVEL PELO FORMULÁRIO	3
2.	AUDITORES INDEPENDENTES	4
3.	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	7
4.	FATORES DE RISCO	13
5.	GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	23
6.	HISTÓRICO DO EMISSOR	28
7.	ATIVIDADES DA COMPANHIA	32
8.	NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS	38
9.	ATIVOS RELEVANTES	39
10.	NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS	42
11.	PROJEÇÕES	63
12.	ASSEMBLEIA E ADMINISTRAÇÃO	64
13.	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	75
14.	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS	85
15.	CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO	87
16.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	92
17.	CAPITAL SOCIAL	93
18.	VALORES MOBILIÁRIOS	94
20.	POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO	99
21.	POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO	101

1. RESPONSÁVEL PELO FORMULÁRIO

1.0 – Identificação

Nome do Responsável pelo conteúdo do Formulário	Cargo do Responsável
Júlio Cesar Estevam de Britto Junior	Diretor Presidente
Rodrigo de Oliveira Torres	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.1 – Declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com

Investidores **O Diretor Presidente declara que:**

- Reviu o formulário de referência;
- Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM 480/09, em especial aos Arts. 14 a 19;
- O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Original assinado por

Júlio Cesar Estevam de Britto Junior
Diretor Presidente

O Diretor de Relações com Investidores declara que:

- Reviu o formulário de referência;
- Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM 480/09, em especial aos Arts. 14 a 19;
- O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Original assinado por

Rodrigo de Oliveira Torres
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores não estão concentrados em uma única pessoa.

1.2 – Declaração individual de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de relações com Investidores

Não aplicável, já que não houve alteração nos cargos de Diretor Presidente ou Diretor de Relações com Investidores

2. AUDITORES INDEPENDENTES

2. 1/2.2 – Identificação e remuneração

NOME: BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES – S.S. CNPJ: 54.276.936/0001-79 Início da contratação do serviço: 01/01/2020 Descrição do serviço contratado: Certificação de seus números econômicos, financeiros e societários por meio de auditoria externa independente das demonstrações contábeis individuais e consolidadas preparadas de acordo com a legislação societária brasileira, para o exercício de 31 de dezembro de 2021 a 2022, bem como, por meio de revisão especial das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR's para os trimestres a de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020 a 2022. Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço: Não aplicável. Justificativa da substituição: Não aplicável. Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor: Não aplicável. Responsável técnico: Paulo Sergio Tufani Início da atuação: 01/01/2020 Endereço: Rua Major Quedinho, 90 – 3º andar Consolação - CEP: 01.050-030 – São Paulo Telefone: (11) 3045-7363	Código CVM: 1032-4 Tipo: Nacional Fim da contratação do serviço: Não aplicável. CPF: 007.601.018-09 Fim da atuação: 31/12/2022 E-mail: paulo.tufani@bdobrazil.com.br Fax: (11) 3848-5880
NOME: GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES CNPJ: 10.830.108/0001-65 Início da contratação do serviço: 20/04/2017 Descrição do serviço contratado: Serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e das notas explicativas referentes aos períodos encerrados em 31/03/2017, 30/06/2017, 30/09/2017, 31/12/2017, 31/03/2018, 30/06/2018, 30/09/2018, 31/12/2018 e elaboração do relatório de controles internos. Os serviços foram prestados de acordo com as normas profissionais e éticas relativas à auditoria independente, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço: Não aplicável. Justificativa da substituição: Não aplicável. Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor: Não aplicável. Responsável técnico: Ana Cristina Linhares Areosa Início da atuação: 20/04/2017 Endereço: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, torre 4,CJS. 121,122, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-900 Telefone: (11) 3886-5135 Responsável técnico: Ricardo Engel Início da atuação: 11/10/2018 Endereço: Av. Iguaçu, nº 100, 3º Andar, Rebouças, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80230-020 Telefone: (41) 3197-1508	Código CVM: 1127-4 Tipo: Nacional Fim da contratação do serviço: 31/12/2019. CPF: 013.083.117-45 Fim da atuação: 10/10/2018 E-mail: ana.areosa@br.gt.com.br Fax: (11) 3887-4800 CPF: 024.227.979-11 Fim da atuação: 31/12/2019 E-mail: ricardo.engel@br.gt.com Fax: (41) 3197-1508

NOME: RSM ACAL Auditores Independentes S/S**CNPJ:** 07.377.136/0001-64**Início da contratação do serviço:** 01/01/2016**Descrição do serviço contratado:** Serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e das notas explicativas referentes aos períodos encerrados em 31/03/2016, 30/06/2016, 30/09/2016 e 31/12/2016 e elaboração do relatório de controles internos. Os serviços foram prestados de acordo com as normas profissionais e éticas relativas à auditoria independente, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade**Código CVM:**1144-4**Tipo:** Nacional**Fim da contratação do serviço:** 19/04/2017.**Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:** No exercício social encerrado em 31/12/2016, os auditores independentes receberam honorários de R\$ 203.444 (duzentos e três mil trezentos e quatrocentos e quarenta e quatro reais) referentes aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e ao relatório de controles internos.**Justificativa da substituição:** Não aplicável.**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:** Não aplicável.**Responsável técnico:** Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff**CPF:** 018.666.054-53**Início da atuação:** 01/01/2016**Fim da atuação:** 31/12/2016**Endereço:** Avenida Rio Branco, 181, 18º andar, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20040-007**E-mail:** N/A**Telefone:** (21) 2159-8801**Fax:** N/A**NOME:** RSM ACAL Auditores Independentes S/S**CNPJ:** 07.377.136/0001-64**Início da contratação do serviço:** 01/04/2013**Descrição do serviço contratado:** Serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e das notas explicativas referentes aos períodos encerrados em 31/03/2014, 30/06/2014, 30/09/2014, 31/12/2014, 31/03/2015, 30/06/2015, 30/09/2015, 31/12/2015, 31/03/2016, 30/06/2016, 30/09/2016 e 31/12/2016 e elaboração do relatório de controles internos. Os serviços foram prestados de acordo com as normas profissionais e éticas relativas à auditoria independente, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade**Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:**

No exercício social a ser encerrado em 31/12/2014, o auditor independente receberá honorários de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) referentes aos serviços de auditoria independente e ao relatório de controles internos. No exercício social a ser encerrado em 31/12/2015, o auditor independente receberá honorários de R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais) referentes aos serviços de auditoria independente e ao relatório de controles internos.

No exercício social encerrado em 31/12/2016, os auditores independentes receberam honorários de R\$ 203.444 (duzentos e três mil trezentos e quatrocentos e quarenta e quatro reais) referentes aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e ao relatório de controles internos.

Justificativa da substituição: Não aplicável.**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:** Não aplicável.**Responsável técnico:** Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff**CPF:** 018.666.054-53**Início da atuação:** 01/01/2016**Fim da atuação:** 31/12/2016**Endereço:** Avenida Rio Branco, 181, 18º andar, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20040-007**E-mail:** N/A**Telefone:** (21) 2159-8801**Fax:** N/A

NOME: PS Contax & Associados Auditores Independentes S/S		Código CVM: 769-2
CNPJ: 03.033.599/0001-58		Tipo: Nacional
Início da contratação do serviço: 01/01/2011		Fim da contratação do serviço: 31/03/2018.
Descrição do serviço contratado: Serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e das notas explicativas referentes aos períodos encerrados em 31/12/2010, 30/12/2011, 30/12/2012, 31/03/2013 e elaboração do relatório de controles internos. Os serviços foram prestados de acordo com as normas profissionais e éticas relativas à auditoria independente, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço: Serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e das notas explicativas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012 e elaboração do relatório de controles internos. Os serviços foram prestados de acordo com as normas profissionais e éticas relativas à auditoria independente, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. No exercício social encerrado em 31/12/2011, os auditores independentes receberam honorários de R\$ R\$ 34.960,00 (trinta e quatro mil, novecentos e sessenta reais) referentes aos serviços de auditoria independente e ao relatório de controles internos. No exercício social a ser encerrado em 31/12/2013, o auditor independente receberá honorários de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais) referentes aos serviços de auditoria independente e ao relatório de controles internos.		
Justificativa da substituição: Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor: Não aplicável.		
Responsável técnico: Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff		CPF: 018.666.054-53
Início da atuação: 01/01/2011		Fim da atuação: 31/03/2018
Endereço: Av. Treze de Maio, 23, salas 2502 a 2505, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-902		E-mail: pscontax@pscontax.com.br
Telefone: (21) 2528-2200		Fax: (21) 2285-0603

2.3 – Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes sobre este item.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1 Informações Financeiras Relevantes

Informação financeira – Consolidado (em R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Patrimônio Líquido	58.506.511,00	50.351.817,00	43.197.480,00
Ativo Total	119.799.761,00	114.608.251,00	108.262.614,00
Receita Líquida	145.117.126,00	129.180.974,00	128.656.222,00
Resultado Bruto	39.996.275,00	39.010.375,00	30.647.922,00
Resultado Líquido	10.706.275,00	10.068.258,00	2.200.882,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	861.605	861.605	861.605
Valor Patrimonial da Ação	67,90409875	58,43955989	50,13606002
Resultado Básico por Ação	46,4206626	45,27675094	35,57073368
Resultado Diluído por Ação	12,42	11,69	2,55

3.2 Medições Não Contábeis

- Informar o valor das medições não contábeis
- Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os das demonstrações financeiras auditadas
- Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A tabela abaixo contém o nosso EBITDA (sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ajustado e a nossa Margem EBITDA Ajustada dos 3 últimos exercícios sociais, bem como sua conciliação com a conta de Lucro Líquido das demonstrações financeiras auditadas.

R\$ em mil	2021	2020	2019	Var (%) 2021 vs 2020	Var (%) 2020 vs 2019
Lucro Líquido	10.706	10.071	2.201	6,3%	357,6%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	4.699	7.215	3.136	-34,9%	130,0%
(+) Resultado financeiro líquido	3.561	3.633	4.802	-2,0%	-24,4%
(-) Outras receitas operacionais	(59)	(18)	(92)	227,8%	-132,6%
EBIT	18.907	20.901	10.048	-9,5%	108,5%
Margem EBIT	13,03%	16,18%	0	-3,1 p.p	8,4 p.p
(+) Depreciação e Amortização	1.682	1.472	1.557	14,3%	-5,5%
EBITDA	20.589	22.373	11.605	-8,0%	93,2%
Ajustes					
(+) Despesas extraordinárias (M&A)	714	48	326	1387,5%	-85,3%
(+) Contingências	-	-	-	0,00%	0,00%
(+) Investimentos	-	-	-	0,00%	0,00%
(+) Itens não recorrentes	-	-	-	0,00%	-100,00%
EBITDA Ajustado	21.303	22.421	11.932	-5,0%	86,6%
Margem EBITDA (%) Ajustado	14,7%	17,4%	9,3%	-3,1 p.p	8 p.p

No ano de 2021 o EBITDA ajustado somou R\$ 21.304 mil (-5% vs 2020), resultado negativo de R\$ 1.114 mil. No quarto trimestre de 2021 o EBITDA ajustado alcançou o valor de R\$ 5.022 mil (-37,3% vs 4T20), com a redução de R\$ 2.983 mil em relação ao mesmo período de 2020.

O resultado em 2021, é consequência, principalmente de: (i) custos relacionados a estratégia de manutenção do portfólio de clientes, (ii) investimentos feitos para obtenção certificados (ISO 20.000), planejamento estratégico, (iii) incremento da equipe comercial e despesas com marketing e, (iv) pelo ganho obtido em 2020 referente a recuperação de INSS.

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

No dia 12 de janeiro deste ano a Quality concluiu a aquisição da ACCT. Empresa de arquitetura e engenharia de software com 11 anos de história, que soluciona problemas de negócios com tecnologia. Desenvolve soluções de e-commerce para algumas das maiores marcas do mundo, especializadas em comércio digital, é líder no quadrante VTEX. Com sede em Atibaia, São Paulo, possui subsidiárias em Nova Iorque, Estados Unidos e Barcelona, Espanha, possui projetos em 20 países. Contando com mais de 230 colaboradores, com cerca de 60% de engenheiros de softwares, a companhia possui o certificado *Great Place to Work*, uma das melhores empresas para trabalhar. No ano de 2021, a ACCT obteve uma receita líquida de R\$ 42 milhões e um EBITDA de R\$ 6,5 milhões (*valores não auditados*).

O preço de aquisição de 100% das ações da ACCT será de até R\$ 66 milhões, composto por uma parcela à vista, de R\$ 31 milhões, a ser paga na data do fechamento da transação, e demais parcelas anuais devidas até 2027, ajustáveis conforme determinadas metas de desempenho da ACCT. Os vendedores poderão fazer jus a eventual acréscimo de preço conforme outras metas de desempenho da ACCT, estrutura comum nesse tipo transação.

Para realizar o pagamento parcial dos recursos da aquisição, a Companhia realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 65 milhões, com prazo de 5 anos. Os recursos da emissão foram utilizados também para pré-pagamento da operação de longo prazo obtida em 2019 com o Banco do Brasil e reforço do capital de giro. Abaixo apresentamos o resultado de 2021 consolidado *pro forma* (valores da ACCT não auditados):

2021

Demonstração de Resultado do exercício - DRE	QUALITY	ACCT*	CONSOLIDADO
Receita operacional líquida	145.117.126	42.381.173	187.498.299
Custos dos serviços prestados	- 105.120.851	- 25.649.446	- 130.770.297
(=) Lucro bruto	39.996.275	16.731.727	56.728.002
Margem Lucro bruto	27,6%	39,5%	30,3%
(-) (Despesas)/Outras receitas/despesas operacionais	- 19.406.163	- 10.224.978	- 32.670.597
(=) EBITDA	20.590.112	6.506.749	24.057.405
Margem Ebitda (Ebitda/Rol)	14,2%	15,4%	12,8%
(+)Ajuste			
Despesas com M&A	714.119	-	-
(=) EBITDA Ajustado	21.304.231	6.506.749	24.057.405
Margem Ebitda Ajustado (Ebitda/Rol)	14,7%	15,4%	12,8%
Despesas com depreciação e amortização	- 1.682.417	- 144.764	- 1.827.181
Resultado Financeiro Líquido	- 3.561.453	- 190.259	- 3.721.453
Outras receitas/despesas não operacionais	59.350	2.247	
(=) Lucro antes dos impostos	15.405.592	6.173.973	18.508.772
Imposto de Renda e Contribuição Social	- 4.699.317	- 2.348.457	- 7.047.774
(=) Lucro do exercício	10.706.275	3.825.516	11.460.998
Margem Lucro do exercício	7,4%	9,0%	6,1%

3.4 Política de Destinação do Resultado

	2021	2020	2019
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o capítulo VI, artigo 27 do Estatuto Social da Companhia vigente no exercício social do ano de 2016, o lucro líquido de cada exercício tem a sua destinação da seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) aplicados na constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei no 6.404 de 1976; (ii) constituição de outras reservas ou fundos previstos em lei ou neste Estatuto Social. Os valores praticados nos exercícios citados podem ser observados no item 3.5. deste Formulário de Referência.		
a.i. Valores das retenções de lucros	A Assembleia Geral de 30/04/2022 aprovou a retenção de R\$ 7.628.221,05 com base em Orçamento de Capital, mais R\$ 535.313,75 destinados à Reserva de Lucros.	A Assembleia Geral de 30/04/2022 aprovou a retenção de R\$ 7.173.633,94 com base em Orçamento de Capital, mais R\$ 503.412,92 destinados à Reserva de Lucros.	A Assembleia Geral de 30/04/2020 aprovou a retenção de R\$ 1.568.128,27 com base em Orçamento de Capital, mais R\$ 110.044,09 destinados à Reserva de Lucros.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	100%	100%	100%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	No Estatuto Social da Companhia vigente no exercício social do ano de 2021, em seu capítulo VI, artigo 27, 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, do lucro líquido de cada um dos exercícios tem a sua destinação para pagamento de dividendos, observado o dividendo a ser atribuído às ações preferenciais. Na Companhia os valores a serem pagos como dividendos são deliberados pela Assembleia Geral Ordinária, mas o Conselho de Administração pode aprovar a distribuição “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária. Os valores pagos referentes aos exercícios de 2021 podem ser observados no item 3.5. deste Formulário de Referência.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Na Quality o exercício social tem o seu início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, como prevê no capítulo VI do osso Estatuto Social, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras previstas em lei. Assim, a distribuição de dividendos acontece uma vez ao ano, após a apuração dos resultados.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais: Não aplicável.			
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado: Não aplicável			

3.5 Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(em R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro/prejuízo líquido	10.706.275,15	10.068.258,00	2.200.881,78
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido(%)	25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido (%)	18,299288	19,995818	5,094931
Provento distribuído total (vide tabela abaixo)	2.542.740,35	2.391.211,31	522.709,42
Lucro líquido retido	10.706.275,15	10.068.258,00	2.200.881,78
Data da aprovação da retenção	30/04/2022	30/04/2021	30/04/2020

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2022, em votação da matéria constante do item II da ordem do dia, por maioria, foi aprovado que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2021, no montante total de R\$ 10.706.275,15 (dez milhões, setecentos e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais e quinze centavos), terá a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido, valor correspondente a R\$ 535.313,75 (quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos e treze reais e setenta e cinco centavos), será destinado à conta de Reserva Legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, equivalentes ao dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 8 do Estatuto Social da Companhia, valor correspondente a R\$ 2.542.740,35 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, setecentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos), será destinado à distribuição aos acionistas, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a serem pagos pela Companhia até o dia 30 de dezembro de 2022, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na reunião realizada em 27 de abril de 2022, e ora ratificado. O valor a ser pago de dividendos por ação é de R\$ 2,95116711 (dois reais e noventa e cinco milhões, cento e dezesseis mil e setecentos e onze centésimo de milionésimo de centavos); e farão jus aos dividendos declarados os acionistas com posição de ações na data de 2 de maio de 2022; e
- (c) o restante do saldo do lucro líquido do exercício, valor correspondente a R\$7.628.221,05 (sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e um reais e cinco centavos) será destinado a reserva de lucros.

3.7 Nível de endividamento

Exercício social encerrado em	Soma do passivo circulante e não circulante (em R\$)	Índice de endividamento*
31/12/2021	61.293.251,00	1,047631277

*Soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

3.8 Obrigações

Tipo de obrigação	Tipo de garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Título de Dívida	Quirografárias	33.005	4.278.776			4.311.781
Financiamento	Quirografárias	17.711.095	8.965.354			26.676.449

3.9 Outras informações relevantes

Em nosso julgamento não há outras informações relevantes relacionadas ao item 3 deste Formulário de Referência.

4. FATORES DE RISCO

4.1 Descrição dos fatores de Risco

Os investimentos nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolvem a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão, os potenciais investidores devem analisar todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, incluindo os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras, acompanhadas pelas respectivas notas explicativas.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Quality podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço das ações de nossa Companhia pode diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento.

Os riscos descritos abaixo são conhecidos e podem afetar a Quality adversamente, de modo que riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes também podem produzir efeitos adversos.

a) Riscos relacionados à Companhia

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios

Enfrentamos significativa concorrência no mercado em que atuamos, devido a presença de grandes companhias nacionais e multinacionais. Esta competição exige da Quality capacidade de competir com melhor eficiência operacional, o que pode levar, em caso de baixa eficiência, a perda de participação de mercado e lucratividade nos nossos negócios.

A capacidade da Companhia de realizar sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, dentre eles a sua habilidade de:

- (i) ampliar sua eficiência operacional, como, por exemplo, por meio da obtenção de economias de escala, administração eficiente de custos de operação e de pessoal, aproveitando sinergias e parcerias tecnológicas e comerciais;
- (ii) manter a base das receitas recorrentes junto ao portfólio atual de clientes sem redução da lucratividade;
- (iii) aprimorar a experiência de satisfação do cliente na prestação de serviços e venda de produtos;
- (iv) aumentar a receita através de vendas cruzadas (*cross selling*) dentro da base de clientes da Companhia e desenvolvimento de novos serviços e produtos;
- (v) obter recursos financeiros para a necessidade de capital de giro;
- (vi) aprimorar continuamente sua gestão dos recursos, gestão do conhecimento técnico (Know-how) e retenção e atração de executivos chave;
- (vii) manter os riscos judiciais e trabalhistas em níveis baixos ou irrelevantes
- (viii) enfrentar crises geradas por epidemias

No Brasil, o mercado de tecnologia da informação é pulverizado, o que exige das Companhias que atuam nesse setor, versatilidade na prestação de serviços. Melhores práticas, redução de custos, automatização de processos e o manuseio de novas tecnologias. O desafio de continuar crescer, portanto, é grande, da mesma forma que o risco associado as decisões tomadas para esse crescimento constante. Em dezembro de 2021 a Companhia detinha 64% de sua receita vinculada a área de negócio ITO (*Information Technology Outsourcing*),

cujo concorrência é intensa, tanto com Companhias nacionais quanto com grandes grupos internacionais. Manter a base de clientes e as operações nesta linha de negócios exige que Companhia, em algumas vezes, diminua a suas margens prejudicando assim o desempenho econômico-financeiro da empresa no curto prazo, principalmente em um mercado que atravessa um cenário político econômico instável.

A Companhia também poderá enfrentar dificuldades referentes aos fatores macroeconômicos desfavoráveis, adversidades climáticas, degradação das condições sociais brasileiras, redução dos investimentos públicos, alterações adversas introduzidas na regulamentação estatal, restrição de crédito, problemas com fornecedores, redução do poder de consumo dos respectivos clientes, e dificuldades no gerenciamento dos próprios negócios dos clientes, entre outros, fogem ao controle da administração da Companhia e poderão causar um efeito material adverso nas operações e resultados, bem como prejudicar a estratégia adotada para a expansão da Companhia.

Em decorrência da pandemia de COVID-19 e com o objetivo principal de preservar nossos colaboradores e os locais nos quais atuamos, mudamos rapidamente, em 2020 para o formato de *Home Office*, atualmente estamos no formato “*híbrido*”. Tal mudança pode gerar aumento da indisponibilidade de nossos sistemas e nossa infraestrutura, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos. Consequentemente, nossa capacidade de conduzir nossos negócios pode ser impactada de maneira adversa.

A manutenção da competitividade da Companhia depende da capacidade de desenvolver novos produtos e serviços bem como aperfeiçoar e adaptar os produtos e serviços existentes.

O mercado de TI é caracterizado pelo acelerado desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas, por exemplo, à evolução da capacidade de processamento e armazenamento dos equipamentos de computação, à melhoria da infraestrutura de telecomunicações e de redes, tornando mais curto o ciclo de vida dos produtos e serviços. Além disso, temos as demandas inovadoras dos clientes, que a cada dia, se tornam cada vez mais complexas e individualizadas.

Existe a possibilidade da aceleração do uso de novas tecnologias disruptivas, reduzindo os serviços prestados pela companhia, principalmente na linha de negócios ITO. Essa tendência de inovações e novas formas de trabalhar pode reduzir o escopo junto aos nossos clientes impactando negativamente o nosso faturamento.

Para reduzir esses impactos, a Companhia deve continuar investindo em automação, no desenvolvimento e na otimização de produtos e serviços, bem como na qualificação dos seus colaboradores. Também é necessário estabelecer parcerias de longo prazo com as principais empresas fabricantes de ferramentas tecnológicas, para reforçar o nosso posicionamento junto aos nossos clientes.

Em função da rápida evolução tecnológica nos setores onde a Quality atua não se pode garantir que os padrões adotados nos produtos e serviços acompanharão esta evolução, podendo torná-los obsoletos em comparação aos oferecidos por nossos competidores. Também não se pode garantir que as tecnologias as quais optamos por desenvolver nos permitirão competir de forma eficiente no mercado.

Quaisquer destes eventos poderão afetar de forma negativa e substancial a receita e a geração de caixa da Companhia.

O sucesso da nossa atividade depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado. Se não conseguirmos atrair novos talentos e/ou manter colaboradores qualificados em apoio as nossas operações poderemos prejudicar a nossa prestação de serviços.

A atividade da Quality depende de um grande número de profissionais e da capacidade que a Companhia tem em atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado para atuar nas em equipes comerciais e técnicas. Por ter dependência do conhecimento dos colaboradores, a perda dos seus serviços poderá atrasar ou impedir significativamente a realização dos objetivos e dos negócios da Companhia.

Dado o modelo de trabalho pós Covid-19, no qual muitas atividades são realizadas remotamente, o treinamento, manutenção e contratação de pessoal qualificado pode ser impactado, dado que essas atividades, em sua grande maioria, terá que ser feita de forma remota, via video conferência. Essa situação pode impactar a nossa capacidade de retenção e atrair equipe especializada.

Outro ponto relevante é que atualmente há uma competição muito forte por profissionais no mercado de Tecnologia da Informação, pois há uma carência de mão de obra especializada. Este cenário pode reduzir a capacidade da Companhia em atrair, contratar e reter os profissionais, elevando a taxa de *turnover*.

Ciente disso, a Quality mantém uma equipe de treinamento em tecnologia visando ampliar sua atratividade de profissionais e a sua capacidade em multiplicar o conhecimento.

Mesmo assim, é possível que a Companhia não consiga contratar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender os clientes, esse fato poderá afetar materialmente o seu negócio, seus resultados operacionais e a sua situação financeira. Por isso, a Quality acredita que esse é um fator crítico de sucesso dos negócios e da estratégia de crescimento.

As operações da Companhia estão sujeitas a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou atrasos em produtos e serviços o que pode gerar a perda de contratos.

A Quality está alinhada com as tecnologias e tendências mais recentes do mercado, o que se reflete nas soluções desenvolvidas por sua Fábrica de Projetos, bem como em sua Unidade ITO, e atualmente, após aquisição da ACCT, a nova Unidade de Digital E-Commerce, onde há terceirização dos serviços de tecnologia da informação, seja de infraestrutura ou de sistemas.

Em cada um dos projetos a Companhia busca focar os objetivos e necessidades dos seus clientes, oferecendo soluções que aumentem a sua produtividade e os ajudem a atingir suas metas de negócio, tudo isso dentro de padrões de qualidade e de segurança esperados.

Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia são tecnicamente complexos que, quando introduzidos pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos difíceis de serem detectados e corrigidos em tempos considerados aceitáveis. O regular funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação pode ser comprometido também por falhas na infraestrutura de telecomunicação, sendo que uma interrupção prolongada poderá prejudicar o contínuo funcionamento das operações dos clientes da Companhia.

Assim, a existência de quaisquer falhas, defeitos e atrasos nas entregas e correções podem fazer com que o relacionamento com os clientes seja abalado, tendo como resultado a perda da reputação e da força da marca, prováveis processos administrativos ou judiciais, bem como desembolsos financeiros. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá afetar adversamente as atividades da Companhia.

A Companhia poderá receber decisões desfavoráveis em eventuais processos legais, administrativos e arbitrais que a mesma é réu passiva, consequentemente, ter impacto financeiro negativo em suas demonstrações contábeis

A Companhia pode ser réu em processos judiciais, administrativos e arbitrais no curso normal dos seus negócios, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses, que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso.

Dessa forma, a decisão final desses processos pode exceder as reservas da Companhia. Caso as provisões não sejam suficientes para pagar tais contingências quando devidas, incorrerão em custos maiores que os estimados, os quais, se significativos, poderão afetar adversamente os resultados operacionais e financeiros.

A Companhia está sujeita a certas obrigações financeiras (*covenants*) e limitações ao endividamento no termo do seu contrato de financiamento.

A Companhia possui contrato de financiamento de longo prazo e debêntures que exigem a manutenção de certos compromissos financeiros (*covenants*) nos quais são impostas certas restrições sobre a sua capacidade de incorrer em financiamentos adicionais. Qualquer falha em cumprir com esses compromissos financeiros que não sejam sanadas, pode permitir que os credores venham a solicitar o pagamento deste financiamento, o que, por sua vez, pode resultar no descumprimento de obrigações em outros contratos de financiamento e comerciais (*cross default*). A aceleração de pagamento neste contrato de financiamento e/ou nas debêntures ou a incapacidade da Companhia de incorrer em novos financiamentos poderá afetar a situação de liquidez financeira de forma material.

Nossa estratégia de crescimento de forma inorgânica através de aquisições apresentam riscos de não se concretizarem ou de não resultarem nos benefícios esperados .

A Companhia poderá continuar experimentando crescimento mais acelerado baseado na estratégia de realizar aquisições ao longo dos próximos anos, de forma a escalar rapidamente sua receita e o seu portfolio de produtos e serviços.

O insucesso da estratégia de novas aquisições da Companhia poderá afetar, material e adversamente, a sua situação financeira e os seus resultados, se as sinergias e ganhos de escalas estimadas não se concretizarem. Além disso, qualquer aquisição está sujeita à obtenção de autorizações das autoridades de defesa da concorrência e demais autoridades brasileiras. A Quality pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil.

A saída de membros de nossa administração, ou a incapacidade de atrair e manter membros adicionais para integrá-la, poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A capacidade de a Companhia manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços de seus executivos. Portanto, a perda dos serviços de qualquer dos membros ou a incapacidade de manter pessoal adicional para integrar a alta administração, poderá causar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia tem em sua imagem grande retorno de credibilidade e vendas, a perda de prestígio e/ou visão negativa sobre a Companhia podem impactar negativamente na venda dos nossos serviços.

Impactos negativos na imagem da Companhia poderão refletir na sua credibilidade, afetando seus resultados operacionais e financeiros. Seus produtos e identidade corporativa podem sofrer uma desvalorização caso surja qualquer problema que traga prejuízos à sua imagem institucional.

As decisões de compra por parte dos seus clientes podem ser afetadas por fatores como o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do serviço/produto, característica do mercado que está inserido. Se, por qualquer razão, seus clientes acreditarem que a Companhia não transmita uma boa imagem corporativa, suas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversa e materialmente afetados.

A Companhia tem necessidade de capital de giro, eventuais restrições a tomada de crédito, podem prejudicar à captação de recursos adicionais no futuro.

A Quality possui necessidade de capital de giro para sustentar os custos e despesas de implantação dos seus serviços e produtos em novos clientes. Desta forma, é necessário capital de giro para continuar crescendo e se aprimorando tecnologicamente.

A Companhia poderá necessitar de recursos adicionais no mercado de capitais no curto e médio prazo. Caso, estes não estejam disponíveis, a Companhia poderá ter dificuldades financeiras e operacionais.

Nossas medidas de segurança de TI poderão ser violadas ou comprometidas e, assim, poderemos sofrer indisponibilidades imprevisíveis de sistemas de TI.

A proteção contra fraudes é de vital importância para os clientes e por esse motivo a Companhia adota medidas de segurança em seus produtos e serviços de modo a evitá-las para garantir maior privacidade e integridade nas transações. Percebemos que o risco de ataque cibernético aumentou nos últimos anos e já vem impactando diferentes companhias no Brasil e no exterior.

A Quality sabe que os dispositivos de segurança podem ser vulneráveis a quebras por defeitos nos mecanismos de segurança, no sistema operacional, nos aplicativos de softwares, na plataforma de hardware ou ainda pelo uso indevido por parte de usuários.

Assim, caso a segurança seja comprometida, a reputação da Companhia e a aceitação de seus produtos e serviços no mercado poderão ser afetados. Ademais, a Quality pode ser obrigada a despendar recursos financeiros significativos para se proteger da ameaça de eventuais quebras de segurança e para minimizar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade dos sistemas internos de modo geral, mesmo que por outras razões, podendo afetar seus resultados operacionais e financeiros.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

Os interesses dos acionistas controladores poderão entrar em conflito com os interesses sociais da Companhia e de demais investidores.

Os acionistas controladores, na qualidade de detentores da maioria do capital social da Companhia, têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório e outras exigências e restrições impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Seus interesses podem ser conflitantes com os interesses de seus investidores.

A Companhia possui Política de Transações com Parte Relacionada aprovado pelo Conselho de Administração, que define como deve ser seguido o rito de governança nesses casos. Mesmo assim, os acionistas controladores poderão ainda ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que, ainda que adotados no melhor interesse da Companhia, podem ser conflitantes com os interesses dos seus investidores.

c) A seus acionistas

A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao preço de mercado das ações da Companhia, pois está o mesmo está atrelado a expectativas de desempenho que podem não ser alcançadas.

O preço das ações da Quality pode variar significativamente em resposta a diversos fatores, incluindo: i) anúncio de novos produtos e/ou aperfeiçoamentos dos produtos existentes da Companhia e/ou dos seus concorrentes; ii) inovações tecnológicas da Companhia e/ou dos seus concorrentes; iii) variações trimestrais nos resultados operacionais da Companhia e/ou dos seus concorrentes; iv) alterações nas receitas e taxas de crescimento de determinadas unidades de negócios ou produtos específicos, ou, ainda, categorias de produtos; v) especulação da mídia e/ou do mercado financeiro; vi) condições gerais de mercado relacionadas ao mercado; e vii) anúncio e conclusão de fusão ou outras transações significativas pela Companhia ou por seus concorrentes.

Riscos relacionados à captação de recursos por meio de emissão de novas ações.

A Companhia poderá captar recursos por meio da emissão pública ou privada de novas ações, seja para dar continuidade ao seu plano de crescimento ou por outras razões. Caso o preço de emissão dessas ações exceda o valor contábil, os acionistas que subscreverem tais ações poderão sofrer a diluição do valor patrimonial de seu investimento.

Necessidades de aporte capital em suporte ao crescimento da Companhia podem gerar riscos relacionados à incapacidade de seus acionistas de o fazê-lo.

A Companhia poderá necessitar de recursos adicionais no futuro, seja para dar continuidade ao seu plano de crescimento ou para outras razões. Esses recursos poderão não estar disponíveis nos montantes compatíveis com suas necessidades ou em condições favoráveis aos seus interesses. Caso a Companhia necessite de recursos de terceiros, tais como empréstimos e financiamentos, não poderá garantir que condições como prazo, custo e garantias sejam favoráveis.

A eventual captação de recursos de terceiros em condições desfavoráveis poderá afetar adversamente seus resultados e, conseqüentemente, reduzir o valor das suas ações.

Riscos relacionados ao não pagamento aos acionistas de dividendos ou juros sobre o capital próprio devido à baixa performance econômico-financeira ou necessidade de manutenção do caixa para capital de giro.

De acordo com o seu Estatuto Social, a Quality deverá distribuir aos seus acionistas no mínimo 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. No entanto, a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em algumas hipóteses, como a inexistência de lucro líquido no exercício social ou a inexistência de saldo positivo nas contas de lucros acumulados e reservas de lucros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a distribuição de dividendos deixará de ser obrigatória no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária, serem os dividendos incompatíveis com a situação financeira da Companhia, por tanto, pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social caso seus administradores entendam ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia

d) As suas controladas e coligadas

A Companhia Quality Software S.A. adquiriu no ano de 2015 duas novas Companhias, Latin Tech e Tech Supply, em 2017 a Premier It, e em 2022 concluiu a compra da ACCT Consultoria e Desenvolvimento, as mesmas estão sujeitas aos mesmos riscos citados neste formulário, que a controladora.

e) A seus fornecedores

Para prestar os seus serviços a Companhia depende, em parte, da tecnologia que licencia de terceiros de forma não exclusiva. Tais tecnologias podem ser revogadas ou não serem renovadas, refletindo no desenvolvimento dos produtos e serviços da Companhia e conseqüentemente no aumento dos custos e redução de desempenho de serviços.

Por outro lado, atrasos e/ou incapacidade de cumprimento das obrigações contratuais por parte dos fornecedores poderá afetar adversamente a produção, as vendas e as receitas da Quality.

f) A seus clientes

A Companhia pode não conseguir manter ou renovar os contratos existentes com seus clientes importantes. Seu sucesso depende, de certa forma, da sua capacidade de reter seus clientes significativos. Manter ou aumentar o nível das suas receitas oriundas destes clientes, incluindo, particularmente, as receitas de

determinados contratos de médio e longo prazos.

Uma parcela significativa da receita da Companhia está concentrada em vinte clientes, representando, no exercício social findo em 2021, a aproximadamente 49% da receita bruta anual Companhia.

Apesar de a Companhia realizar contratos de médio e longo prazo com os clientes, não há garantia de que os contratos com os principais clientes serão renovados ou prorrogados ou que a Companhia obterá dos principais clientes uma receita equivalente no futuro.

Adicionalmente, se a Quality falhar em antecipar mudanças tecnológicas ou melhorar, integrar e atualizar seus produtos e serviços de maneira rápida e de acordo com o ambiente regulatório e econômico de seus clientes, ou posição ou preço dos seus produtos e serviços para atender a demanda do mercado, os clientes podem optar em não adquirir novos produtos e serviços, o que pode ter um impacto adverso significativo nos negócios, na situação financeira, nos resultados operacionais e fluxos de caixa.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

A Companhia vende produtos e serviços para empresas que atuam em diferentes setores da economia, tais como: Varejo, Aeroportuário e Automobilístico. Caso esses setores sejam impactados de forma abrupta, devida a qualquer ao isolamento causado por uma pandemia, como por exemplo a Covid-19, a Quality poderá ter os resultados também impactados.

A Companhia não pode garantir que setores que foram impactados e que venham a ser impactados por epidemias, como por exemplo o Coronavírus (Covid-19), continuarão a demandar serviços e produtos da Quality. Caso algum setor apresente condições desfavoráveis devido ao isolamento social e/ou a redução de movimentação de pessoas para evitar qualquer evolução de uma epidemia, este mercado poderá ser prejudicado e, conseqüentemente, a Companhia poderá perder receita.

A pulverização no mercado de tecnologia no Brasil gera riscos a Companhia relacionados à competitividade.

A Quality enfrenta concorrentes locais e internacionais em todas as áreas do seu negócio e poderá ainda enfrentar a concorrência de novos participantes. Sua participação de mercado poderá ser reduzida se não for capaz de manter-se competitiva. Isso poderá ocorrer se não mantiver preços e vendas compatíveis com seus concorrentes ou se os seus concorrentes adquirirem ou introduzirem novos produtos ou adicionarem novas funcionalidades aos produtos existentes por meio de avanços tecnológicos ou modernizações impulsionadas por exigências regulatórias ou econômicas.

O alto nível de concorrência neste mercado pode limitar a capacidade de crescimento da Companhia ou exercer pressão sobre os preços dos seus produtos e serviços, reduzindo suas receitas e afetando adversamente os seus negócios.

A rápida evolução tecnológica exige da Companhia atualizações constantes, o que eventualmente pode não ocorrer gerando riscos relacionados a perda de capacidade tecnológica.

O sucesso da Companhia depende da sua capacidade de implementar e integrar novos serviços e alinhá-los à demanda dos clientes. Tendo em vista os constantes avanços tecnológicos do mercado de TI, as necessidades dos clientes são cada vez mais complexas e estes demandam constantemente novos serviços.

A capacidade de manter uma posição de liderança no mercado no futuro dependerá da capacidade da Quality de desenvolver novas soluções ou de se adaptar a mudanças tecnológicas e de padrões de mercado, bem como de melhorar o desempenho dos seus serviços e respectiva confiabilidade. As adaptações às mudanças tecnológicas podem envolver investimentos substanciais, que poderão afetar seus resultados operacionais e situação financeira.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue

Qualquer mudança na legislação, ligada ao negócio da Companhia, pode afetar adversamente suas operações, custos, rentabilidade e competitividade, diante das potenciais dificuldades que a Quality poderá ter para atualizar e/ou criar novas versões de seus produtos.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Atualmente a Quality tem atuado apenas no mercado brasileiro. Entretanto, a Companhia possui parceiros internacionais provedores de softwares para os clientes da Quality. Mudanças macroeconômicas associadas aos países de atuação dos nossos parceiros podem afetar operacionalmente e tecnologicamente as soluções de software que vendemos para nossos clientes. Além disso, a administração e acionistas de tais parceiros internacionais podem tomar decisões equivocadas. Caso esse risco se materialize e o parceiro não seja capaz de superá-los, a Companhia poderá ocorrer em perdas de faturamento e, conseqüentemente, de lucratividade.

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado oriundos do curso natural de seus negócios e que correspondem à possibilidade de ocorrência de variações financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia. Tais riscos de mercado, que estão além do controle da Companhia, relacionam-se principalmente à possibilidade de variações cambiais, inflação e flutuações das taxas de juros que podem afetar negativamente o valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa e lucros futuros.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é oriundo da possibilidade de incorrerem em perdas inerentes às flutuações nas taxas de juros. Estamos expostos à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a TLP (Taxa de Longo Prazo), uma vez que tal taxa é utilizada para remunerar nossas aplicações financeiras, bem como a mesma consiste no principal indexador do nosso endividamento. Dessa forma, qualquer aumento/redução nas taxas de juros do mercado brasileiro impactará diretamente na rentabilidade das nossas aplicações e, principalmente, no nosso endividamento, aumentando o montante financeiro de pagamento de juros, impactando na liquidez da companhia.

Risco de Inflação

A Companhia possui grande parte do seu faturamento atrelado a entrega de serviços. Grande parte do custo desse serviço está atrelado ao custo da folha salarial, que por sua vez é ajustada conforme os índices de inflação. Caso aconteça uma elevação significativa da inflação e a Companhia não consiga repassar total ou parcialmente o aumento do custo da folha salarial de seus serviços para seus clientes ou não consiga absorver operacionalmente esse aumento, suas margens operacionais poderão ser afetadas materialmente, reduzindo a sua lucratividade. Além dos custos, a maioria dos seus contratos são reajustados conforme os índices de inflação. Caso exista um aumento significativo dos índices de inflação e os clientes não aceitem os reajustes propostos, a Companhia também poderá ter a sua margem reduzida.

Risco de Taxa de Cambio

A Companhia está sujeita à variação cambial das moedas estrangeiras, principalmente do dólar, pois compra produtos estrangeiros associados a esta moeda. A desvalorização do real frente a moedas estrangeiras pode afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia, principalmente nas linhas de negócios GRC e 4AT. Além dessas linhas de negócio, a ACCT, companhia adquirida em janeiro deste ano, possui receitas e despesas em moedas estrangeiras, a variação cambial poderá afetar negativamente o resultado desta companhia e conseqüentemente a Quality.

Riscos de crédito e de liquidez de recursos

O risco de liquidez de recursos existe na medida em que a Companhia pode não conseguir ter saldo e/ou limite de crédito junto a instituições financeiras suficientes para fazer frente às suas necessidades de caixa. O risco de crédito da Companhia decorre, principalmente, de caixa, bancos e aplicações financeiras.

a) Ativo Financeiro

	Risco	31/12/2021			31/12/2020		
		Cenário Provável	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	Cenário Provável	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Rendimento das aplicações financeiras	Queda do CDI	160.577	120.433	80.289	145.066	108.800	72.533
Posição das aplicações financeiras		-	-	3.714.014	-	-	4.943.222

b) Passivo Financeiro

	Risco	31/12/2021			31/12/2020		
		Cenário Provável	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	Cenário Provável	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Juros passivos	Aumento do CDI e IPCA	142.819	107.114	71.410	860.892	645.669	430.446
Posição de dívida por aquisição de ações - CDI		-	-	4.311.781	-	-	8.568.064
Empréstimos e financiamentos - CDI		-	-	16.179.600	-	-	22.484.855
Juros passivos	Aumento da TJLP	669.561	502.171	334.781	193.937	145.453	96.969
Empréstimos e financiamentos - BNDES-		-	-	10.219.286	-	-	3.017.291

4.3 Processos não sigilosos e relevantes

A Companhia possui atualmente processos administrativos e judiciais decorrente das suas atividades dentro de valores esperados. A Companhia entende que os valores provisionados apresentam baixo risco pois representam menos de 5% de seu patrimônio líquido.

Os valores apontados como de maior risco de perda, foram provisionados em nossas demonstrações contábeis de encerramento do ano de 2021 conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Contingências	2.925.326	2.357.217

Adicionalmente, não somos, na data de apresentação deste Formulário de Referência, parte em qualquer processo que envolva riscos à nossa imagem inerente a práticas que tenhamos adotado ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de nossas cláusulas estatutárias.

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Tributários. Não somos, na data de apresentação deste Formulário de Referência, parte em qualquer processo judicial ou administrativo de natureza fiscal ou previdenciária que entendemos ser relevante.

Cíveis. Não somos, na data de apresentação deste Formulário de Referência, parte em qualquer processo judicial ou administrativo de natureza cível que entendemos ser relevante.

Trabalhistas. Não somos, na data de apresentação deste Formulário de Referência, parte em qualquer processo trabalhista que entendemos ser relevante.

Arbitrais. Não somos, na data de apresentação deste Formulário de Referência, parte em qualquer processo arbitral.

4.4 Processos não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.4.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não somos, na data de apresentação desse Formulário de Referência, parte em qualquer processo dessa natureza.

4.5 Processos sigilosos relevantes

Não somos, na data de apresentação desse Formulário de Referência, parte em qualquer processo sigiloso relevante.

4.6 Processos repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

a. Valores envolvidos

b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência

Nós ou nossas controladas, na data de apresentação deste Formulário de Referência, não somos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos acima mencionados.

4.6.1. Valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Conforme item 4.6 acima, não há valores provisionados, pois não somos partes em processos repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia não possui outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

a. Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

b. Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

c. Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

d. Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

e. Outras questões do interesse dos investidores

Não somos um emissor estrangeiro e não possuímos na data de apresentação deste Formulário de Referência valores mobiliários custodiados no exterior.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Política de gerenciamento de riscos

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia e seus administradores, têm como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. Portanto, realiza o monitoramento às mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Entretanto, a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos de mercado aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa mantendo-se monitorando as mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Entretanto, a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos mercados.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A companhia se utiliza de derivativos financeiros (compra de dolar a termo - *Non Deliverable Forward*), com objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) contra a desvalorização da moeda local com o objetivo de reduzir o impacto da volatilidade cambial, principalmente, no momento de compra de software estrangeiro

vi. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia pode utilizar instrumentos financeiros com o objetivo de mitigar riscos cambiais ou de índices, relacionados a taxa de juros e/ou inflação caso ela entenda que a sua exposição se torne elevada em determinado momento, principalmente para cobrir obrigações em moedas estrangeiras ou dívidas. Tais instrumentos são os comumente utilizados no mercado de capitais, tais como swaps e NDF (*Non Deliverable Forward*). A companhia vem utilizando, neste momento, o uso de NDF's para proteção cambial. A equipe financeira da Companhia não tem como política se alavancar financeiramente através de instrumentos com alto risco, denominado "exóticos" do mercado de capitais. O uso de instrumentos financeiros é exclusivamente para proteção de compra de softwares estrangeiros.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercados. Na opinião da administração, a Companhia apresenta uma estrutura operacional e controles internos adequados aos riscos identificados e com custo compatível com as suas necessidades.

5.3 Descrição dos Controles Internos**a. principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Eventuais imperfeições do processo supracitado constam do item 5.3.d deste Formulário, bem como as providências adotadas para corrigi-las.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira, principal área responsável pelas demonstrações financeiras, conta com o suporte da Controladoria, Contabilidade e Auditores externos, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A Diretoria Financeira é a principal responsável pelo estabelecimento, revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia, bem como pelo gerenciamento de riscos relevantes e execução do plano anual de auditoria, incluindo os aspectos relacionados à preparação e revisão das demonstrações financeiras, reportando-se ao Conselho de Administração.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

Os resultados de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício são reportados por meio de relatórios trimestrais e anual ao Conselho de Administração, Diretores e Gerentes envolvidos. Além disso, a Companhia realizar reuniões mensais do conselho de administração, momento em que são apresentados os principais assuntos e riscos do referido mês.

Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM.

No ano de 2021 não foram apontados a Companhia nenhuma deficiência significativa ou recomendação sobre controles internos.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme descrito no item 5.3.d acima não há deficiências significativas relevantes a ponto de representarem perdas financeiras ou falhas significativas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui Código de Ética e Conduta aprovado pelo Conselho de Administração. O código, orienta e estabelece padrões comportamentais éticos e de conduta adotados pelo Grupo Quality, informando, como as relações interpessoais, profissionais, comerciais e sociais que os Administradores, Acionistas e seus colaboradores devem seguir. Desta forma, entendemos que todo e qualquer ato ilícito contra a administração pública, caso ocorra, será, primeiramente investigado e se necessário, tomado as medidas cabíveis para sanar qualquer ato ilegal.

Dentro do perfil de risco e a natureza da atuação da companhia a companhia, até a presente data a Companhia não possui mecanismos e procedimentos internos para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
- órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

A Administração da Quality entende que a condução da Companhia deve ser praticada através valores éticos, pois cria um ambiente saudável, íntegro, transparente, com relações duradouras e de fácil acesso para os nossos colaboradores, fornecedores, acionistas e demais partes envolvidas. Neste ambiente, buscamos que os nossos colaboradores e pessoas com quem nos relacionamos fiquem orgulhosas de fazer parte de um Grupo que preserva pelo respeito, diversidade e integridade de suas ações. Para aprimorarmos esse processo, criamos o Canal de Denúncias.

Em situações nas quais o assunto possa causar constrangimento se tratado com a liderança imediata ou com a área de Recursos Humanos, a pessoa que deseja fazer uma denúncia poderá enviar sua questão diretamente para o Comitê de Ética do Grupo Quality.

O Comitê de Ética tem como atribuição principal analisar sugestões, críticas ou denúncias relacionadas aos princípios e regras descritos no [Código de Ética e Conduta da Quality](#), e recomendar as respectivas ações corretivas.

Será mantida a confidencialidade, se assim desejado, sobre a identidade de qualquer pessoa que comunicar uma violação ou indício de violação. Desta forma será garantido o sigilo e a imparcialidade das informações recebidas.

Este canal também pode ser usado para o envio de sugestões de aprimoramento do Código de Ética e Conduta.

O Código de Ética e Conduta é um guia que deve ser seguido, principalmente, pelos nossos colaboradores para confirmar a nossa forma íntegra de agir.

c. se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:

Nos processos de fusões e aquisições, a Companhia realiza diligência legal e financeira nas pessoas jurídicas envolvidas a fim de identificar irregularidades. No escopo de análise, há especial preocupação com (i) existência de receitas provenientes majoritariamente de órgãos públicos ou sociedades de economia mista; e (ii) a regularidade na participação de licitações, analisando a existência de questionamentos de terceiros sobre os contratos e desembolsos realizados. Caso sejam identificados tais pontos, nossos assessores são instruídos a examinar, em detalhe, as condições da contratação com tais instituições a fim de identificar práticas que possam ser caracterizadas como irregulares.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido:

A Companhia possui Código de Ética e Conduta aprovado pelo Conselho de Administração. O código, orienta e estabelece padrões comportamentais éticos adotados pelo Grupo Quality, quanto ao trabalho, relações interpessoais, profissionais, comerciais e sociais que os Administradores, Acionistas e seus colaboradores devem seguir. Com base no perfil da Companhia e diante dos seus principais riscos identificados e avaliados, acreditamos que os procedimentos adotados até o momento estão adequados a sua natureza de atuação.

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos

Em nosso julgamento, não houve alterações significativas, até a presente data, nos riscos a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos, nem expectativa de alteração na exposição a tais riscos.

5.6 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Em nosso julgamento, não há outras informações relevantes relacionadas ao item 5 deste Formulário de Referência.

6. HISTÓRICO DO EMISSOR

6. 1/2/4 - Constituição, prazo e registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	06/09/1989
Forma de Constituição do Emissor	Fomos constituídos sob a forma de Sociedade Limitada e, posteriormente, transformados em Sociedade por Ações em 08/05/2002
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Indeterminado
Data de Registro CVM	03/12/2013

6.3 – Breve Histórico

1989 – 1994: O início das atividades. A Quality Software S.A. é uma empresa brasileira de Tecnologia da Informação, fundada em 1989 na cidade do Rio de Janeiro, sob a forma de sociedade limitada, pelos senhores Júlio Cesar Estevam de Britto e David Estevam de Britto.

Especializada em terceirização de projetos e operação de infraestrutura de Hardware, Software e Sistemas, a Quality segue o conceito de ONE STOP SHOP, ou seja, tudo que uma empresa necessita em TI em um único lugar.

Diante de um cenário de forte desenvolvimento do mercado de Tecnologia da Informação e as excelentes perspectivas econômicas para o Brasil, inclusive com o controle inflacionário e abertura do mercado, no início da década de 1990, a Quality adquiriu o seu primeiro cliente, o Ceasar Park Hotel, no Rio de Janeiro, para o desenvolvimento de sistemas de gestão de patrimônio e estoques.

1994 – 1999: Primeiro grande sucesso. Em 1994, fez o seu primeiro grande case de Outsourcing de Infraestrutura e Sistemas no Grupo Bozano, um dos maiores conglomerados do país à época, concentrando-se fortemente com este serviço no mercado até o final da década de 90, construindo assim, relações sólidas com os seus clientes e fornecedores.

2000 – 2002 Novas Parceiras, novos horizontes. No início dos anos 2000, com a economia mundial passando por um dos maiores períodos de prosperidade e estabilidade da história e a Internet sendo consolidada como veículo de comunicação em massa e armazenagem de informações, a Quality, em pleno processo de solidificação no mercado, firmou parcerias com os principais fabricantes de tecnologia mundial: a Oracle, a BEA Systems e a Novell.

Nesse mesmo ano, iniciou uma parceria com a CETIP para desenvolvimento e sustentação de seus sistemas Termo, Derivativos, Opções e outros

2003 Abertura de Filial em São Paulo. Já consolidada no mercado, em 2003 a Quality abre uma filial na cidade de São Paulo para permitir um atendimento presencial aos clientes locais, bem como a expansão dos seus negócios na maior cidade do país.

2004 - 2005 Investimento em qualificação, pesquisa e desenvolvimento, fortalecimento de parcerias. Em 2004, torna-se o único centro educacional da BEA Systems, empresa especializada em software para infraestrutura de aplicações, hoje incorporada pela Oracle. No ano seguinte, a Quality abre o Centro de

Pesquisa e de Desenvolvimento em Manaus para atender a Siemens em projetos de alta tecnologia nos segmentos de telefonia móvel e de IPTV, a Televisão por Protocolo de Internet (do inglês Internet Protocol Television).

2006 – Obtenção de certificações e mudança de empresa limitada para Sociedade Anônima. Visando dar um salto de qualidade nos serviços prestados, a Companhia obtém em 2006 as certificações internacionais CMMI-2 (Capability Maturity Model Integration) e ISO 9001 (International Organization for Standardization) e a nacional MPS.BR-F (Brazilian Improvement Software Process), com o apoio financeiro do BNDES, por meio do PROSOFT, que é um programa para o desenvolvimento da indústria nacional de software e serviços de tecnologia da informação. Ainda em 2006, a Quality passou a ser uma sociedade anônima de capital fechado e já com o pensamento de realizar a abertura de capital ao final de 2013.

2007 - 2008 Desafios na busca de novos clientes, novos horizontes e entrada de BNDSPar como acionista. Em 2007, com a decisão do governo brasileiro em adotar o padrão japonês de TV Digital, a Siemens decidiu fechar seu centro de pesquisa e desenvolvimento no Brasil e vender sua operação de celulares para a Taiwanesa BENQ. Nesse momento, a Quality se deparou com a perda de 40% de sua receita em um curto espaço de tempo. Essa experiência criou dentro da Companhia a urgência em pulverizar sua carteira.

Junto com o espírito de inovação tecnológica promovida pela TV Digital Brasileira, o conhecimento técnico adquirido junto a Siemens em IPTV e a necessidade de apoio financeiro para conduzir os avanços nessa tecnologia, a Quality Software, em parceria com a TOTVS, funda a empresa TQTVD Software em 2007, parceria está mantida até 2010, quando a Companhia transfere as quotas representativas do capital da Sociedade de que é titular para a TOTVS.

Em 2008, o cliente Domingues e Pinho Contadores, sugeriu que o contrato de outsourcing de TI que possuíam com a Quality Software fosse baseado em acordo de nível de serviço. Essa primeira experiência trouxe uma percepção positiva de indicadores de desempenho da prestação de serviço, deixando a avaliação da mesma baseada em fatos e evidências, e o desacoplamento da relação homem hora do profissional técnico ao faturamento.

Os altos níveis de rentabilidade da Companhia aliados a sua estrutura diferenciada de organização e a excelência em processos e ferramentas de gestão de seus negócios, despertou o interesse do BNDES, que viu na Quality um grande potencial de crescimento e de consolidação no mercado de Tecnologia da Informação.

Assim, em 2008, o BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) adquiriu 27% do capital social da Quality Software com o objetivo claro de profissionalizar ainda mais a sua estrutura administrativa e assim promover o seu crescimento de forma acelerada e sustentável.

2009 Reconhecimento do mercado. Após um período de forte turbulência, gerado pelas incertezas da economia mundial, o Brasil apresentou grande potencial de crescimento ao atrair a atenção de investidores, configurando um novo ciclo de expansão econômica. Inserida nesse contexto e com o investimento maciço em automação e qualificação dos seus colaboradores, a Quality em 2009 foi classificada entre as 200 maiores empresas de Tecnologia da Informação do país.

2010 – 2012 Crescimento de carteira de clientes, investimentos a unidade de BPO e incorporações. Em 2010, com a estratégia de dar foco à Unidade de Terceirização de Projetos e Operação de Infraestrutura (BPO – Business Process Outsourcing), os investimentos da Quality proporcionaram expressivo crescimento de sua carteira de clientes e das margens operacionais, até pelo fato do desinvestimento em TV Digital, com a venda de sua participação na TQTVD para a TOTVS, o que gerou uma expectativa de ganhos relacionados à performance da Quality que se estenderá até o ano de 2014.

Em 2011, com o aumento da base de clientes, a Companhia começou a buscar a elevação de seu ticket médio

alvo. Nesse contexto, a Quality Software deu um grande avanço ao adquirir um novo contrato de Outsourcing Full com a Veracel Celulose, não somente pelo seu valor, mas também pela criticidade da operação e um novo componente, remuneração variável por performance.

A adoção de remuneração variável em nossos contratos de Outsourcing de TI trouxe uma nova dinâmica para a forma com que a empresa se posicionava na estratégia de seu cliente.

Nesse mesmo ano, outra posição foi consolidada: a de especialista no segmento tecnológico de Middleware, com a aquisição de grandes clientes, tal como NET e Infoglobo.

Em 2011, foi considerada uma das pequenas e médias empresas que mais cresceram no país, segundo estudo realizado pelas empresas Deloitte e Exame PME, fato repetido em 2012, segundo o Anuário Informática Hoje.

Durante o exercício de 2011, a Companhia optou pela incorporação de empresas do seu conglomerado econômico, por estarem inativas, gerando gastos operacionais e sem perspectivas de voltarem a ser operacionais. São elas:

- QS Gerência de Projetos de Software Ltda.
- QS Integração e Suporte Técnico de Informática S/S Ltda.
- QS Digital S/S Ltda.
- OS Tecnologia e Informática S/S Ltda.
- QS Projetos de Software Embarcados Ltda.

Em 2012 acontece a transferência de ações de emissão da Quality Software S.A. ao patrimônio da Bering Participações Empresariais S.A., Companhia que tem por objeto a compra, a venda, a gestão de participação acionária ou quotas de organizações empresariais.

Como resultado e reflexo das ações de investimento mencionadas acima, a empresa teve um crescimento de 11,5% em 2012, com a obtenção de 33 novos clientes, principalmente nas verticais de: Óleo&Gás, Jurídico e Tecnologia, o que ampliou em 20% a base de clientes ativos, gerando, como consequência positiva desse fato, a majoração da perspectiva de crescimento da empresa para os próximos 4 anos.

No ano de 2013, em função da decisão dos acionistas que compunham a Bering, houve a desconstituição da Bering Participações Empresariais S.A., com a transferência de ações de sua emissão para o patrimônio da Quality Software S.A.

2015 – 2017 Estratégia de crescimento, aquisições. A Companhia através de sua estratégia corporativa, busca promover o seu crescimento acelerado através da ampliação da carteira de clientes existentes e novos clientes nos mercados alvos de atuação.

No ano de 2015 a Companhia efetuou a aquisições de duas Companhias, TechSupply e Latin Tech, que atuam no mercado de TI com soluções de GRC - Governança, Risco e Compliance.

No ano de 2017 seguindo a estratégia de crescimento por aquisições a Quality finalizou a operação de compra do total de cotas da Premier IT, empresa referência nacional em Gestão de TIC (Tecnologia da informação e Comunicação) com diversas soluções que agregam ainda mais a expertise da Companhia no mercado de serviços de TI

2018 – 2019 Automação e Plataformas Digitais. Iniciamos em 2019 uma nova linha de produtos e serviços dedicada para clientes que possuem o interesse em otimizar, reduzir custos e melhorar a sua performance operacional, linha de negócios 4Automation (4AT), focada em automação de processos. Através da parceira exclusiva com a Automation Edge, empresa indiana, buscamos desde 2019 oferecer soluções ainda mais completas a todos os clientes.

2020 – 2021. A companhia, com redução da alavancagem financeira e passado o impacto da Covid-19, começou a montar o seu planejamento estratégico focado, também em crescimento inorgânico. Em outubro de 2021 a Quality assinou o contrato de compra e venda das ações da ACCT, empresa de arquitetura e engenharia de software com 11 anos de história, que soluciona problemas de negócios com tecnologia. Desenvolve soluções de e-commerce para algumas das maiores marcas do mundo, especializadas em comércio digital, é líder no quadrante VTEX. Com sede em Atibaia, São Paulo, possui subsidiárias em Nova Iorque, Estados Unidos e Barcelona, Espanha, possui projetos em 20 países. Contando com mais de 230 colaboradores, com cerca de 60% de engenheiros de softwares, a companhia possui o certificado Great Place to Work, uma das melhores empresas para trabalhar. No ano de 2021, a ACCT obteve uma receita líquida de R\$ 42 milhões e um EBITDA de R\$ 6,5 milhões (valores não auditados).

6.5 – Pedido de falência ou recuperação judicial

Até a presente data de preenchimento deste formulário de referência não foram pedidos falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 – Outras Informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem abordadas neste item.

7. ATIVIDADES DA COMPANHIA

7.1 Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Quality Software S.A., Fundada em 1989, a Quality Software S.A. atua no segmento de Tecnologia da Informação. A Quality S.A. possui como missão acelerar os negócios de nossos clientes com soluções digitais criativas e inovadoras de alto valor. Possui foco em Omnichannel, desenvolvimento de Plataformas Digitais, E-commerce, Automação e Integração de Software, GRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Outsourcing de Tecnologia. A Companhia ajuda seus clientes a terem melhor performance operacional, governança e comunicação com seus clientes usando plataformas digitais, equipes especializadas e metodologias para promover a aceleração digital.

Para o desenvolvimento destas atividades, possuímos uma abrangência tecnológica multidisciplinar aliada ao emprego de metodologias e processos de trabalho consagrados por certificações reconhecidas no mundo todo, o que nos qualifica para a prestação de serviço em um contexto internacional. Além disso, mantemos parcerias estratégicas com as principais empresas fabricantes de ferramentas tecnológicas do mundo, fato que permite conquistar a confiança das empresas em nossos serviços.

Seguindo sua estratégia de crescimento inorgânico, em abril de 2015 adquirimos 100% das cotas da Tech Supply e da Latin Tech, empresas do grupo Perrotti Partners. O objetivo da aquisição foi complementar o portfólio de ofertas da Quality com soluções de governança de TI e auditoria. Outro ponto positivo da aquisição foi trazer uma carteira com mais de 250 clientes sendo grande parte as 1.000 maiores empresas do Brasil para trabalhar cross-selling

A Tech Supply foi fundada a 12 anos e vem agregar com um portfólio amplo de serviços e soluções do mercado de GRC (Governança, Risco e Compliance) para áreas de negócios, auditoria, TI e finanças. A empresa é o principal parceiro ACL do Brasil, uma das principais empresas de produtos GRC do mundo. Todos os seus clientes possuem faturamento mínimo de R\$ 100 milhões por ano e sua atuação é em todos os setores da economia. Principais clientes: Itaú, Bradesco, Vale, Claro, INSS, Banco Central, entre outros.

A Latin Tech foi fundada a 15 anos e traz um portfólio de soluções e serviços voltados para Segurança da Informação para área de TI dos clientes. A empresa é um dos fornecedores brasileiros do grupo Microfocus Attachmate e possui uma base sólida de clientes, principalmente no setor público como Prodesp e Sabesp.

Em abril de 2017 a Companhia adquiriu 100% das cotas da Premier IT. A aquisição da Premier é parte da estratégia de expansão de negócios adotada pela Quality, e teve como objetivo ampliar sua presença física e o seu market share, estando também em consonância com sua estratégia corporativa e com o objetivo de promover o crescimento acelerado da Companhia visando uma Oferta Pública Inicial (IPO).

A Premier é uma empresa fundada há mais de 27 anos, sendo referência nacional em Gestão de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) com soluções de Service Desk, Field Services, Gestão de Datacenter, NOC (Network Operations Center) 24x7 e Machine Learning. Nos últimos 8 (oito) anos, foi uma das PME's (Pequenas e Médias Empresas) que mais cresceu no Brasil. Foi eleita Cool Vendor do Gartner em 2016, com cases estabelecidos em empresas privadas nacionais e multinacionais.

No dia 12 de janeiro de 2022 a Quality concluiu a aquisição da ACCT. Empresa de arquitetura e engenharia de software com 11 anos de história, que soluciona problemas conectados ao negócios do cliente com tecnologia. Desenvolve soluções de e-commerce para algumas das maiores marcas do mundo, especializadas em comércio digital, é líder no quadrante VTEX. Com sede em Atibaia, São Paulo, possui subsidiárias em Nova Iorque, Barcelona e possui projetos espalhados por 20 países.

7.1-A – Indicar, caso a Companhia seja sociedade de economia mista:

- a. interesse público que justificou sua criação:
- b. atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:
- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pela Companhia para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”
 - quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
 - estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro da Companhia ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas
- c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é uma sociedade de economia mista

7.2 Informações sobre segmentos operacionais:

- a. produtos e serviços comercializados

Os serviços por nós ofertados podem ser classificados em 3 unidades de negócios: ITO, GRC e SaaS, conforme descrição abaixo:

Produtos e Serviços

ITO (Information Technology / Business Process Outsourcing e Fabrica de Projetos):

Serviços de TI em Gerenciamento de Aplicações, Canais Eletrônicos, Aplicativos Móveis, Soluções Digitais, Mobilidade Microserviços, Gestão de Identidade, Service Desk, Field Services, Gestão de Datacenter e de NOC 24x7 (Network Operations Center), Customer Experience, Fábrica de Software e Consulting

GRC-Analytics (Governança-Risco-Compliance-Analytics):

Englobam ofertas de solução integrada de GRC e Analytics através de softwares de alta performance, que atuam na prevenção de fraudes, risco, monitoramento contínuo e análise de dados.

REIV (SaaS - Service as a Service):

O REIV (Registro Eletrônico de Contratos). Plataforma financeira digital para registros de contratos entre os órgãos reguladores e às instituições financeiras, tem como objetivo agilizar e aprimorar a segurança na validação das informações, como por exemplo contrato de financiamento de imóveis, para registro imobiliário. Adicionalmente, essa linha de negócio possui a plataforma SISEG de Gestão e operação do sistema RNS - Registro Nacional de Sinistros, que provê compartilhamento de informações relativas a sinistros de diversos ramos, como automóvel, pessoas, patrimonial, rural e transportes, com a finalidade de análise de risco na aceitação ou liquidação das apólices de seguro.

4AT (RPA & Automação):

Plataforma de automação, que possui soluções, através de softwares de alta performance, para automatizar processos. O RPA simula a interface humana, reproduzindo e integrando as atividades do usuário, tornando-as sistemáticas.

b. Receita proveniente do seguimento e sua participação na receita líquida da Companhia

No quadro a seguir apresentamos a decomposição da nossa receita líquida por unidade de negócios nos últimos 3 (três) exercícios

Em milhares

Receita Consolidada		Líquida					
Unidade de Negócio	2021	%	2020	%	2019	%	
ITO	92.898	64%	84.486	65%	100.873	78%	
DIG	13.797	9%	12.198	10%			
GRC	27.159	18%	23.367	18%	21.410	17%	
SAAS	6.928	5%	6.451	5%	5.429	4%	
4AT	4.334	3%	2.678	2%	945	1%	
Total	145.116		129.181		128.657		

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Nossa Companhia não apura lucro ou prejuízo por segmento em relação ao lucro líquido pois não há como calcular o lucro ou prejuízo resultante de cada unidade de negócio, dado que certas despesas são diluídas entre mais de uma unidade de negócio, prejudicando a análise da contribuição de cada unidade para o lucro líquido.

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais
a. Características do processo de produção

Nosso processo de produção tem início ao término da fase de prospecção onde qualificamos o lead, se realmente tem interesse, qual problema a ser resolvido e dor que está impactando na sua operação ou negócio. Uma vez qualificado o Lead no CRM *SalesForce*, é convertido este lead em Conta e é aberta uma Oportunidade onde formulários de qualificação por tipo de oportunidade (Service Desk, NOC, AMS, GRC, BodyShop, etc) para que o pré-vendas tenha o correto entendimento da situação do ambiente do cliente e possa dimensionar equipes, perfis dos profissionais alocados, desenhos de escala de trabalho, ferramentas, horas de consultoria, aquisições de hardware e software de forma que o projeto seja atendido dentro das expectativas apontadas pelo cliente e geradas pelo comercial, de forma que seja construída uma proposta aderente a capacidade de implantação e operação da Quality.

Após negociação e fechamento, há um processo de delivery, com reunião de kickoff interna onde é descrito um Termo de Abertura do Projeto (TAP) e após este entendimento é apresentado ao cliente em uma reunião de kickoff externa um cronograma que finaliza com assinatura do Termo de Entrega do Projeto (TEP).

Iniciação Fase 1:

São solicitadas diversas informações do ambiente do cliente de acordo com o tipo de projeto solicitado, onde são preenchidos formulários e planilhas que são anexadas na oportunidade aberta no CRM.

Elaboração Fase 2:

Em posse destas informações, o pré-vendas cria uma planilha de custos e escreve uma proposta técnica e comercial adente ao ambiente do cliente vs as expectativas geradas.

Essa proposta é revisada pelo gerente de operações responsável pela entrega e pelo gerente de contas e enviada ao cliente.

Alguns tipos de serviços já possuem propostas automatizadas com todas as premissas padrão, entregáveis e condições comerciais onde o vendedor somente insere o produto já cadastrado no CRM com todos os descritivos e o respectivo preço fundamentado numa planilha de precificação que é anexada ao processo.

Apresentação de proposta – Fase 3:

A proposta comercial é apresentada ao cliente em reunião presencial ou remota. Dependendo do valor do projeto, há envolvimento do diretor comercial que agrega uma visão consultiva estratégica ao projeto com objetivo de agregar valor e maximizar a margem de lucro e probabilidade de conversão do projeto

Ajuste de proposta – Fase 4:

Após apresentação do projeto, normalmente há ajustes de expectativas e escopo a serem realizadas, sendo este processo retornado para ajuste da equipe de pré-vendas.

Após ajustado, é novamente revisado pelos responsáveis pela entrega e venda.

Apreciação de proposta – Fase 5:

A proposta revisada é encaminhada ao cliente e apresentada novamente com as devidas alterações e ajustes de expectativas, escopo, condições comerciais e preço.

O cliente por sua vez, busca aprovações internas conforme cada processo de compras de cada cliente.

Negociação de proposta – Fase 6:

Normalmente há pedidos de desconto, negociando escopo, níveis de serviços e preço.

O diretor comercial tem uma alçada de aprovação independente para fechamento com autonomia para fechamento em até 10%.

Quando o target ou o desafio da negociação ultrapassa essa alçada, é convocado pelo diretor comercial da área uma reunião com a diretoria estatutária para revisão de escopo, margem, estratégia e análise de potenciais riscos inerentes a oportunidade.

A última proposta é encaminhada.

Fechado e Ganho – Fase 7:

O vendedor conclui o processo de fechamento e inicia o processo de delivery, organizando as reuniões de kickoff e empoderando o gerente de projetos que por sua vez distribui tarefas para cadastro de contrato, contratação de recursos humanos, aquisições, liberações, faturamento, cobranças e demais itens inerentes ao processo.

Delivery:

É realizada uma reunião de kickoff interna onde o GP (Gerente de Projeto), assume a responsabilidade sobre a implantação, descrevendo um Termo de Abertura do Projeto (TAP) e após este entendimento é apresentado ao cliente em uma reunião de kickoff externa um cronograma que finaliza com assinatura do Termo de Entrega do Projeto (TEP).

Operação:

O cliente passa a receber relatórios e *dashboards* diários, semanais e quinzenais com indicadores e métricas sobre o serviço prestado.

Mensalmente há uma reunião gerencial mensal conduzida pelo supervisor com acompanhamento trimestral do gerente de operações e semestral do diretor de operações.

Nesta reunião gerencial são apresentados planos de ação de melhorias, curadoria, gestão de qualidade e ações proativas de encantamento do cliente visando a blindagem da renovação do contrato, aplicando os reajustes previstos e identificando potenciais oportunidades de crescimento com aditivos contratuais e *crossing* de outros produtos para encaminhar ao comercial para tratativa e propostas.

Customer Success:

Pesquisa de satisfação realizada usando a metodologia de *NetPromoterScore* para clientes com mais de 6 meses de operação assistida.

A equipe de customer success acompanha a satisfação do cliente e interage com o comercial e operacional, ideando novas formas de blindar o cliente, explorando os serviços já contratados e mostrando as vantagens do serviço já vendido como potenciais outras oportunidades

b. Características do processo de distribuição

Nossos produtos e serviços são comercializados por três canais de vendas localizados estrategicamente nas cidades do Rio de Janeiro (Matriz), São Paulo (Filial) e Curitiba, canais estes atuando em nível nacional.

As equipes comerciais foram divididas em 4 diretorias especializadas em produtos: ITO, AMS, RPA e GRC.

Cada diretoria possui uma equipe de vendedores e pré-vendas de acordo com o faturamento e margem de contribuição entregue por área.

Existem também agentes de negócios e parceiros que apoiam no desenvolvimento de negócios através de indicação de oportunidades para a Quality.

7.4 Clientes Responsáveis por mais de 10% da Receita Líquida Total

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente da Companhia é responsável por mais de 10% da receita líquida total.

7.5 Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A atividade da Quality não está sujeita a nenhuma relação de controle ou regulamentação governamental.

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Em função da atividade que desempenha a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação ambiental. Entretanto, a Companhia possui política de Sustentabilidade Sócio Ambiental. Vale ressaltar que as nossas atividades na forma de serviços prestados é uma atividade limitada e possui baixo impacto ambiental, exceto no descarte de materiais (exemplo: PC, mouse, teclado, Hardwares, etc.). Entendemos que nossas atividades praticamente não oneram o meio ambiente em nossas praças de atuação e quando necessário o descarte dos materiais de consumo pelos nossos colaboradores, utilizamos todas as métricas ambientais de descarte, conforme legislação vigente.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Quality possui registros e pedidos de registros de marcas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, conforme informações disponíveis no item 9.1.b. deste Formulário de Referência.

7.6 Receitas relevantes provenientes do exterior

a. **receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não houve no exercício social findo em 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019, receitas provenientes de clientes atribuídos ao país sede do emissor.

b. **receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não houve no exercício social findo em 31/12/2020 e 31/12/2019 não houveram receitas provenientes de países estrangeiros. No exercício findo em 31/12/2021 a companhia recebeu do seu cliente do México o montante de R\$ 903 mil, o que representa 0,62% da receita líquida total.

c. **receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não houve no exercício social findo em 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019, receitas provenientes de países estrangeiros.

7.7 Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.

A companhia está sujeita das regulamentações fiscais, governamentais, trabalhistas e ambientais do local. No ano de 2021 as receitas oriundas de outros países representaram 0,62% da receita líquida total da companhia, desta forma, entendemos que há baixo impacto nos negócios da companhia até a presente data.

7.8 Políticas Socioambientais

A Companhia possui política de Sustentabilidade Sócio Ambiental. Vale ressaltar que as nossas atividades na forma de serviços prestados é uma atividade limitada e praticamente não onera o meio ambiente, exceto no descarte de materiais (exemplo: PC, mouse, teclado, Hardwares, etc.). Entendemos que nossas atividades praticamente não oneram o meio ambiente em nossas praças de atuação e quando necessário o descarte dos materiais de consumo pelos nossos colaboradores, utilizamos todas as métricas ambientais de descarte, conforme legislação vigente.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico estão divulgadas nos itens citados

8. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

8.1 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Em 31/12/2019, a Companhia incorporou sua subsidiária Tech Supply, que teve encerramento no exercício social de 2019.

No ano de 2021 a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações de Companhia ACCT.

8.2 Alterações na condução de negócios

A Companhia não passou, nos últimos três exercícios sociais, por alterações significativas na forma de condução dos negócios.

8.3 Contratos relevantes

A Companhia não celebrou, nos últimos três exercícios sociais, contratos relevantes não relacionados diretamente com suas atividades operacionais.

8.4 Outras informações relevantes

Em nosso julgamento, não há outras informações relevantes relacionadas ao item 8 deste Formulário de Referência.

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1 Bens do ativo não circulante relevantes – outros

a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização.

Em função das características dos nossos negócios, os valores investidos em ativo imobilizado, líquidos de depreciação, representaram apenas, 2,2%, 2,3% e 2,6% do total de ativos da Companhia nos períodos findos em 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019 respectivamente.

Conforme pode ser observado no quadro a seguir, os edifícios são os mais relevantes para as operações da Quality, representando mais de 33,5% do total do imobilizado no último exercício.

	31/12/2021 (R\$)		31/12/2020 (R\$)		31/12/2019 (R\$)	
Ativo Total	119.799.761		114.608.251		108.262.614	
Imobilizado	2.980.479		2.474.656		2.474.061	
Equipamentos Processamento de Dados	38,9%	1.162.371	33,9%	839.080	18,8%	464.583
Móveis e Utensílios	5,44%	162.210	8,86%	219.293	11,5%	284.202
Edifícios	23,8%	710.349	31,3%	775.656	33,6%	830.919
Sistemas e aplicativos de Software	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-
Instalações	0,00%	-	0,01%	386	0,03%	821
Obras em propriedade alugadas	8,07%	240.700	0,03%	86.073	0,0%	-
Veículos	0,00%	-	0,03%	749	0,4%	9.728
Equipamentos de Comunicação	0,33%	10.034	0,53%	13.120	0,7%	17.451
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	11,4%	341.969	9,32%	230.645	11,1%	274.296
Ativo de direito de uso – Equip. de proc. de dados (Nota 15)	4,87%	145.171	8,66%	214.433	11,5%	283.694
Ativo de direito de uso – Imóveis (Nota 15)	6,96%	207.670	3,84%	95.221	12,5%	308.367
Direito de Uso de Telefone	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-

Descrição do Bem do ativo Imobilizado	País de Localização	UF de Localização	Município de Localização	Tipo de Propriedade
Terrenos e Edificações	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações anuais, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos bens. No exercício social e no período citados acima, não foram identificadas mudanças significativas nas taxas de depreciação, bem como na vida útil estimada dos ativos

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Intertext Proc:829017739	Brasil	Não aplicável	Não pagamento das taxas de emissão de certificado de registro e proteção ao primeiro decênio de vigência.	Possibilidade de utilização da marca por outra empresa, prejudicando a comunicação entre a Companhia e seu público alvo.
Marcas	Quality Software Proc:827104294	Brasil	03.08.2020	Não pagamento das taxas de emissão de certificado de registro e proteção ao primeiro decênio de vigência.	Possibilidade de utilização da marca por outra empresa, prejudicando a comunicação entre a Companhia e seu público alvo.

c. Participação em sociedades

Razão social LATIN TECHNOLOGY INFORMATICA LTDA.	CNPJ DISTRIBUICAO00.487.344/0001- 77	Tipo de sociedade Controlada
País sede: Brasil	UF sede: SP	Município sede: São Paulo
Participação do emissor (%): 100,00	Possui registro na CVM? Não	Código CVM: N/A

Descrição das atividades desenvolvidas: A Latin Tech foi fundada a 15 anos e traz um portfólio de soluções e serviços voltados para Segurança da Informação para área de TI dos clientes. A empresa é um dos fornecedores brasileiros do grupo Microfocus Attachmate e possui uma base sólida de clientes, principalmente no setor público como Prodesp e Sabesp. .

Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A aquisição da Latin Tech teve como objetivo diversificar o portfólio de produtos e serviços da Companhia aliado a estratégia de crescimento inorgânico da Companhia através de aquisições.

Exercício (encerramento)	social	Valor de mercado (Reais)	Valor de mercado (variação %)	Valor contábil (Reais)	Valor contábil (variação %)	Dividendos recebidos (Reais)
31/12/2017		-	-	-	-	-
31/12/2016		-	-	-	-	-
31/12/2015		-	-	-	-	-

Razão social TECHNOLOGY SUPPLY COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	CNPJ INFORMATICA03.437.082/000124	Tipo de sociedade Controlada
País sede: Brasil	UF sede: SP	Município sede: São Paulo
Participação do emissor (%): 100,00	Possui registro na CVM? Não	Código CVM: N/A

Descrição das atividades desenvolvidas: A Tech Supply foi fundada a 12 anos e vem agregar com um portfólio amplo de serviços e soluções do mercado de GRC (Governança, Risco e Compliance) para áreas de negócios, auditoria, TI e finanças. A empresa é o principal parceiro ACL do Brasil, uma das principais empresas de produtos GRC do mundo. Todos os seus clientes possuem faturamento mínimo de R\$ 100 milhões por ano e sua atuação é em todos os setores da economia. Principais clientes: Itaú, Bradesco, Vale, Claro, INSS, Banco Central, entre outros.

Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A aquisição da Tech Supply teve como objetivo diversificar o portfólio de produtos e serviços da Companhia aliado a estratégia de crescimento inorgânico da Companhia através de aquisições.

Exercício (encerramento)	social	Valor de mercado (Reais)	Valor de mercado (variação %)	Valor contábil (Reais)	Valor contábil (variação %)	Dividendos recebidos (Reais)
31/12/2017		-	-	-	-	-
31/12/2016		-	-	-	-	-
31/12/2015		-	-	-	-	-

Razão social PREMIER IT GLOBAL SERVICES LTDA	CNPJ 81.708.497/0001- 07	Tipo de sociedade Controlada
País sede: Brasil	UF sede: PR	Município sede: Curitiba
Participação do emissor (%): 100,00	Possui registro na CVM? Não	Código CVM: N/A

Descrição das atividades desenvolvidas: A Premier é uma empresa fundada há mais de 27 anos, sendo referência nacional em Gestão de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) com soluções de Service Desk, Field Services, Gestão de Datacenter, NOC (Network Operations Center) 24x7 e Machine Learning. Nos últimos 8 (oito) anos, foi uma das PME's (Pequenas e Médias Empresas) que mais cresceu no Brasil. Foi eleita Cool Vendor do Gartner em 2016, com cases estabelecidos em empresas privadas nacionais e multinacionais.

Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A aquisição da PremierIt teve como objetivo ampliar a presença física no território nacional e diversificar o portfólio de produtos e serviços da Companhia aliado a estratégia de crescimento inorgânico da Companhia através de aquisições.

Exercício social (encerramento)	Valor de mercado (Reais)	Valor de mercado (variação %)	Valor contábil (Reais)	Valor contábil (variação %)	Dividendos recebidos (Reais)
31/12/2019	-	-	-	-	-
31/12/2018	-	-	-	-	-
31/12/2017	-	-	-	-	-

Razão social	CNPJ	Tipo de sociedade
ACCT CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA	32.351.747/0001-80	Controlada
País sede: Brasil	UF sede: SP	Município sede: Atibaia
Participação do emissor (%): 100,00	Possui registro na CVM? Não	Código CVM: N/A

Descrição das atividades desenvolvidas: Empresa de arquitetura e engenharia de software com 11 anos de história, que soluciona problemas de negócios com tecnologia. Desenvolve soluções de e-commerce para algumas das maiores marcas do mundo, especializadas em comércio digital, é líder no quadrante VTEX. Com sede em Atibaia, São Paulo, possui subsidiárias em Nova Iorque, Estados Unidos e Barcelona, Espanha, contando com mais de 230 colaboradores.

Razões para aquisição e manutenção de tal participação: Acreditamos que a ACCT demonstra os melhores fundamentos estratégicos entre seus concorrentes, conforme os objetivos que definimos em nosso planejamento estratégico, que é o posicionamento como autoridade em OmniChannel, crescimento acelerado e internacionalização.

Exercício social (encerramento)	Valor de mercado (Reais)	Valor de mercado (variação %)	Valor contábil (Reais)	Valor contábil (variação %)	Dividendos recebidos (Reais)
31/12/2021	-	-	-	-	-

10. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende, até a presente data, que possui condições financeiras e patrimoniais para executar o seu plano de negócios, observando sempre o perfil de sua estrutura de capital (alavancagem financeira e operacional, fluxo de caixa e liquidez), permitindo assim, pagar seus custos, despesas, dívidas e outros compromissos no curto e médio prazo. A Quality acredita que, afim de expandir suas operações, de modo a fomentar o seu crescimento orgânico ou seguir sua estratégia de crescimento por meio de aquisições, poderá ser necessário a ampliação do seu crédito junto a instituições financeiras ou via aportes de capital. Condições financeiras e patrimoniais estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e crescimento da economia brasileira, desta forma, não é possível precisar se a companhia conseguirá obter recursos junto aos seus acionistas ou mercado financeiro para aprimorar e/ou alavancar seu plano de negócios no longo prazo. Em 2021 as projeções de geração de caixa e os recursos advindos de financiamentos estão em nível adequado para honrar compromissos de curto e médio prazo.

<i>em milhares de reais</i>	2019	2020	2021
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	31.690	25.502	26.398
Dívida de aquisição	9.270	8.568	4.311
Caixa e aplicações financeiras	12.172	19.396	12.629
Endividamento líquido	28.788	14.674	18.080

<i>em milhares de reais</i>	2019	2020	2021
Caixa e aplicações financeiras	15.172	19.396	12.629
Ativo circulante sem caixa e aplicações financeiras	31.741	34.429	45.056
Ativo não circulante	64.350	60.783	62.114

<i>em milhares de reais</i>	2019	2020	2021
Liquidez geral	1,66	1,78	1,95
Liquidez corrente	1,35	1,17	1,25

Em 31 de dezembro de 2021, a liquidez corrente, representada pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, registrou 1,25, um patamar superior ao observado no encerramento do exercício social de 2020, quando este registrou 1,17x, e também superior ao encerramento do exercício social de 2019, quando este atingiu 1,35,. Quando observado a liquidez geral da Companhia, que é a razão entre todo o ativo e todo o passivo, observa-se um aumento no indicador que em 2021 atingiu 1,95x.

<i>Rentabilidade</i>	2019	2020	2021
Margem bruta	23,8%	30,2%	27,5%
Margem líquida	1,7%	7,8%	7,4%
Margem EBITDA ajustado	9,4%	17,4%	14,7%

Os índices de rentabilidade registraram um patamar inferior ao observado no exercício social de 2020. A margem líquida foi de 7,4%, uma queda de 0,4 pontos percentuais comparado com o ano de 2020 cujo a margem fora 7,8% que foi superior ao registrado no ano de 2019, cujo resultado de margem foi de 1,7%.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto somou R\$ 39.970 mil e a margem bruta registrou 27,5%, já em 2020, a Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 30.013 mil com margem bruta de 30,2%. O resultado abaixo do esperado em 2021, é consequência, principalmente de: (i) custos relacionados a estratégia de manutenção do portfólio de clientes, (ii) investimentos feitos para obtenção certificados (ISO 20.000), planejamento estratégico, (iii) incremento da equipe comercial e despesas com marketing e, (iv) pelo ganho obtido em 2020 referente a recuperação de INSS.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas**Estrutura de capital**

A Administração da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis moderados de alavancagem, considerando a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido.

<i>em milhares de reais, exceto %</i>	2019	AV	2020	AV	2021	AV
Passivo (circulante e não circulante)	65.065	60,1%	64.256	56,07%	61.293	51,16%
Total do patrimônio líquido	43.197	39,9%	50.352	43,93%	58.506	48,83%
Total do passivo e patrimônio líquido	108.263	100%	114.608	100%	119.799	100%

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 50.352 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 58.506 mil em 31 de dezembro de 2021 aumento alcançado devido a apropriação do Lucro Líquido do período após dividendos a distribuir em contas de reserva de lucros.

O incremento da dívida líquida é consequência da captação de R\$ 7,0 milhões via BNDES, contratação de empréstimo ponte até que finalizada a defesa da aquisição da ACCT junto ao CADE, fato esse que seria condição precedente a operação das debêntures liquidadas em janeiro de 2002. A redução do caixa no período, se comparado com o mesmo período de 2020, os principais motivos, são: (i) aumento de amortizações de empréstimos e financiamentos, (ii) aumento dos impostos (IR/CSLL) e, (iii) incremento do contas a receber.

<i>em milhares de reais</i>	2019	2020	2021
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	32.279	25.771	26.676
Dívida de aquisição	9.270	8.568	4.312
Caixa e aplicações financeiras	15.172	19.396	12.629
Endividamento líquido	26.378	14.943	18.359
Patrimônio líquido	43.197	50.352	58.507
Endividamento líquido como % de Patrimônio líquido	61%	30%	31%

Resgate de ações

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

i. Hipóteses de resgate de ações ou quotas

- ii. Não se aplica.
- iii. **Fórmula de cálculo do valor de resgate de ações ou quotas**
- iv. Não se aplica.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis fazem com que a Companhia apresente capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e médio prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia honrou todos os compromissos financeiros assumidos.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A captação de recursos em 2021, 2020 e 2019 para suportar o crescimento da Companhia foi realizada por meio de: (i) geração de caixa através de sua operação; (ii) Empréstimos e financiamentos bancários em moeda local com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à Taxa DI e TLP. Vide o item 10.1 (f) deste formulário de referência para maiores informações.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento atualmente utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento para possíveis deficiências de liquidez.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo apresenta o nível de endividamento da Companhia junto a instituições financeiras e terceiros em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 :

<i>Em milhares de reais</i>	em 31 de dez 2021	em 31 de dez 2020	em 31 de dez 2019
Moeda Local			
Empréstimos e Financiamentos	26.676	25.771	32.279
Aquisição - 2015 e 2017	4.312	8.568	9.270
Total	30.988	34.339	41.549

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos abaixo descritos são os contratos de empréstimo e financiamento junto a instituições financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 considerados relevantes:

BNDES

Em agosto a companhia captou a última tranche do financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 7,0 milhões. A linha de financiamento BNDES10 possui prazo de 8 anos, carência de 2 anos e custo de TLP + 3,8% a.a. Se comparado com o fechamento de 2020, dívida bruta teve uma redução de R\$ 3,0 milhões.

Empréstimos e Financiamentos

A Quality possui em 31 de dezembro 2021 empréstimos e financiamentos bancários com as seguintes instituições: Banco do Brasil, Bradesco, Banco CCB, Banco Daycoval (leasing de computadores). As taxas são atreladas a variação do CDI (certificado de depósito interbancário) e possuem custo médio de cerca de 175% do CDI.

Dívida das Aquisições

A Quality possui dívidas referente a aquisição da Premier IT em 2017. O custo da aquisição da Premier, é de 121% a.a. da variação CDI.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Nossos contratos de financiamento juntos ao BNDES e Banco do Brasil apresentam cláusulas restritivas de covenants, as quais destacamos abaixo:

Banco do Brasil

Vencimento Antecipado - O Banco do Brasil S.A. poderá considerar integralmente vencida e exigível a dívida resultante das operações existentes ocorrendo a situação a seguir:

a) A não manutenção da relação de dívida financeira líquida/Ebitda de até 2,5x a partir do ano de assinatura do contrato de financiamento, 2,0x no ano subsequente e 1,5x a partir do terceiro ano de vigência do contrato de financiamento, observado que a apuração do indicador deverá ser realizada pelo menos anualmente, com base nos demonstrativos combinados/consolidados encerrados ao final de cada exercício, por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

Vale destacar que em janeiro de 2022, a companhia quitou a dívida do Banco do Brasil com os recursos oriundos da liquidação financeira das debêntures no momento de R\$ 65 milhões, conforme apresentado no item 3.2 - Eventos Subsequentes, acima.

b) No dia 10 de janeiro de 2022 foi liquidado a emissão de 65.000 debêntures simples e não conversíveis em ações, todas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o total de R\$ 65.000.000,00, com vencimento no dia 27 de dezembro de 2026. As debêntures serão remuneradas da seguinte maneira: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures”), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com fórmula descrita na Escritura de Emissão.

DEBÊNTURES	
Dívida Líquida Total / Ebitda	
DL	-13.852.061
EBITDA	21.304.000
Resultado	0,65
Covenant	igual ou menor que 3,2

BNDES

Item 1) Manter durante a vigência do contrato os seguintes índices, expressos com duas casas decimais, sem arredondamento, e apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários:

- a) Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT): igual ou maior que 0,40;
- b) Dívida Bancária Líquida/Ebitda (DBL/EBITDA): igual ou menor que 3,00;

Item 2) Limitar o pagamento aos acionistas/cotistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício, aos seguintes percentuais relativos ao Lucro Líquido apurado no Exercício Financeiro Anterior, com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários, observado o disposto nos itens abaixo:

- a) No caso de descumprimento da obrigação de que trata o Item 1, a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido apurado em cada exercício financeiro, quando for observado qualquer um dos indicadores: relação PL/AT inferior a 0,40 ou relação DBL/EBITDA superior a 3,00;

b) 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido apurado em cada exercício financeiro, quando observados, cumulativamente, os indicadores a seguir: relação PL/AT igual ou superior a 0,40 e inferior a 0,50 e relação DBL/EBITDA for igual ou superior a 3,00;

Item 2.1) Caso a relação PL/AT seja superior a 0,50 e relação DBL/EBITDA seja inferior a 3,00 não haverá a limitação de pagamentos a acionistas/cotistas mencionadas no caput do item 2.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado ao Plano de Investimentos, no âmbito do Produto BNDES Direto 10 no valor de R\$ 10.000.000,00 sendo que primeira parcela liberada foi de R\$ 3.000.000,00 tendo ainda R\$ 7.000.000,00 milhões a serem liberados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não existem alterações significativas nas demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, na opinião da Administração, dos exercícios de 2021, 2020 e 2019.

Descrição das principais contas do Balanço patrimonial consolidado - Considerações sobre as principais contas (2021, 2020 e 2019)

Balanco Patrimonial - Em reais

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

	31/12/2021	AV 2021	31/12/2020	AH 2021 vs 2020	AV 2020	31/12/2019	AV 2019	AH 2020 vs 2019
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	12.629.079	10,5%	19.396.059	-34,9%	16,9%	15.171.637	14,0%	27,8%
Conta a receber	35.016.782	29,2%	26.085.463	34,2%	22,8%	22.925.012	21,2%	13,8%
Impostos e contribuições a recuperar	4.119.654	3,4%	4.316.757	-4,6%	3,8%	5.516.355	5,1%	-21,7%
Adiantamento	805.096	0,7%	785.470	2,5%	0,7%	482.690	0,4%	62,7%
Contrato derivativo	-	0,0%	17.003	-100,0%	0,0%	-	0,0%	0,00%
Outros valores a receber	1.810.516	1,5%	825.356	119,4%	0,7%	1.022.240	0,9%	-19,3%
Despesas Antecipadas	3.304.054	2,8%	2.399.025	37,7%	2,1%	1.794.967	1,7%	33,7%
Outros Créditos	-	0,0%	-	0,00%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total do Ativo Circulante	57.685.181	48,2%	53.825.133	7,2%	47,0%	46.912.901	43,3%	14,7%
Ativo não circulante								
	-	0,0%	-	0,00%	0,0%	-	0,0%	0,00%
Retenção contratual	35.247	0,0%	35.247	0,0%	0,0%	35.247	0,0%	0,0%
Depositos Judiciais	720.505	0,6%	737.023	-2,2%	0,6%	737.023	0,7%	0,0%
Despesas Antecipadas LP	63.485	0,1%	115.092	-44,8%	0,1%	271.397	0,3%	-57,6%
Impostos Diretos	1.296.895	1,1%		0,00%				
Imobilizado	2.980.479	2,5%	2.474.656	20,4%	2,2%	2.474.061	2,3%	0,0%
Intangível	57.017.969	47,6%	57.421.101	-0,7%	50,1%	57.831.986	53,4%	-0,7%
Total do Ativo Não Circulante	62.114.580	51,8%	60.783.118	2,2%	53,0%	61.349.714	56,7%	-0,9%
Total do Ativo	119.799.761	100%	114.608.251	4,5%	100%	108.262.614	100%	5,9%

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

	31/12/2021	AV 2021	31/12/2020	AV 2020	AH 2021 vs 2020	31/12/2019	AV 2019	AH 2020 vs 2019
Passivo circulante								
Fornecedores	10.131.288	8,5%	6.728.913	5,9%	50,6%	6.464.298	6,0%	4,1%
Empréstimos e financiamentos	17.556.929	14,7%	10.207.289	8,9%	72,0%	13.709.313	12,7%	-25,5%
Arrendamento Mercantil	50.317	0,0%	120.761	0,1%	-58,3%	421.623	0,4%	-71,4%
Arrendamento Mercantil - aluguel	103.849	0,1%	97.770	0,1%	6,2%	-	0,0%	0,00%
Dívida Aquisição	33.005	0,0%	8.568.064	7,5%	-99,6%	21.269	0,0%	40184,6%
Salários e encargos	5.502.560	4,6%	5.329.321	4,7%	3,3%	5.317.523	4,9%	0,2%
Impostos e contribuições a recolher	1.547.731	1,3%	4.347.578	3,8%	-64,4%	2.988.651	2,8%	45,5%
Dividendos a pagar	2.542.740	2,1%	-	0,0%	0,00%	-	0,0%	
Provisões para férias e encargos	5.495.989	4,6%	5.323.638	4,6%	3,2%	5.126.450	4,7%	3,8%
Outras contas a pagar	3.100.205	2,6%	2.860.723	2,5%	8,4%	751.701	0,7%	280,6%
		0,0%		0,0%	0,00%		0,0%	
Total do Passivo Circulante	46.064.613	38,5%	43.584.058	38,0%	5,7%	34.800.827	32,1%	25,2%
Passivo não circulante								
Dívida Aquisição	4.278.776	3,6%	-	0,0%	0,00%	9.249.111	8,5%	-100,0%
Empréstimos e financiamentos	8.841.957	7,4%	15.294.857	13,3%	-42,2%	17.980.990	16,6%	-14,9%
Dividendos a pagar		0,0%	2.391.211	2,1%	-100,0%		0,0%	
Arrendamento Mercantil - LP	123.397	0,1%	50.317	0,0%	145,2%	167.440	0,2%	-69,9%
Impostos e contribuições a recolher	510.328	0,4%	578.774	0,5%	-11,8%	841.355	0,8%	-31,2%
Provisão para contingências	1.474.180	1,2%	2.357.217	2,1%	-37,5%	2.010.721	1,9%	17,2%
Outros valores a pagar	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	14.690	0,0%	-100,0%
Receitas Diferidas	-	0,0%	-	0,0%	0,00%	-	0,0%	0,00%
Total do Passivo Não Circulante	15.228.638	12,7%	20.672.375	18,0%	-26,3%	30.264.308	28,0%	-31,7%
Patrimônio líquido								
Capital social	37.605.711	31,4%	37.605.711	32,8%	0,0%	37.605.711	34,7%	0,0%
Reservas de lucros	1.345.569	1,1%	810.256	0,7%	66,1%	306.843	0,3%	164,1%
Reserva especial	763.367	0,6%	763.367	0,7%	0,0%	1.286.077	1,2%	-40,6%
Reservas de retenção de lucros	18.675.710	15,6%	11.047.489	9,6%	69,0%	3.866.043	3,6%	185,8%
Ajuste de avaliação patrimonial	116.154	0,1%	124.995	0,1%	-7,1%	132.807	0,1%	-5,9%
Lucro/Prejuízo do período	-	0,0%	-	0,0%	0,00%	-	0,0%	
Total do Patrimonio Liquido	58.506.511	48,8%	50.351.817	43,9%	16,2%	43.197.480	39,9%	16,6%
Total do Passivo	119.799.762	100%	114.608.250	100%	4,5%	108.262.614	100%	5,9%

Demonstração de Resultado - Em Reais

DRE								
	2021	AV 2021	2020	AV 2020	AH 2021 vs 2020	2019	AV 2019	AH 2020 vs 2019
Receita líquida de serviços prestados	145.116.000	100,0%	129.181.000	100,0%	12,3%	128.656.222	100,0%	0,4%
Receita Líquida ITO	92.898.000	64,0%	84.486.000	65,4%	10,0%	100.872.955	78,4%	-16,2%
Receita Líquida DIG	13.797.000	9,5%			0,00%			
Receita Líquida GRC	27.159.000	18,7%	23.367.000	18,1%	16,2%	21.409.553	16,6%	9,1%
Receita Líquida SaaS	6.928.000	4,8%	6.451.000	5,0%	7,4%	5.428.575	4,2%	18,8%
Receita Líquida 4AT	4.334.000	3,0%	2.678.000	2,1%	61,8%	945.139	0,7%	183,3%
Custo dos serviços prestados	(105.147.000)	-72,5%	(90.171.000)	-69,8%	16,6%	(98.008.300)	-76,2%	-8,0%
Custo ITO ¹	(72.583.000)	-50,0%	(61.747.000)	-73,1%	17,5%	(82.505.373)	-81,8%	-25,2%
Custo DIG ¹	(7.744.000)	-5,3%	(7.404.000)	-31,7%	4,6%	-	0,0%	0,00%
Custo GRC ¹	(18.783.000)	-12,9%	(16.893.000)	-72,3%	11,2%	(12.951.785)	-60,5%	30,4%
Custo SaaS ¹	(2.490.000)	-1,7%	(2.403.000)	-37,3%	3,6%	(1.743.093)	-32,1%	37,9%
Custo 4AT ¹	(3.547.000)	-2,4%	(1.724.000)	-26,7%	105,7%	(808.050)	-14,9%	113,4%
Lucro bruto	39.970.000	27,5%	39.013.000	30,2%	2,5%	30.647.922	23,8%	27,3%
Lucro Bruto ITO ¹	20.316.000	14,0%	22.740.000	26,9%	-10,7%	18.367.582	18,2%	23,8%
Lucro Bruto DIG ¹	6.053.000	4,2%	4.797.000	20,5%	26,2%	-	0,0%	0,00%
Lucro Bruto GRC ¹	8.376.000	5,8%	6.473.000	27,7%	29,4%	8.457.768	39,5%	-23,5%
Lucro Bruto SaaS ¹	4.438.000	3,1%	4.048.000	62,7%	9,6%	3.685.482	67,9%	9,8%
Lucro Bruto 4AT ¹	787.000	0,5%	955.000	14,8%	-17,6%	137.089	2,5%	596,6%
Despesas gerais e administrativas	-	0,0%	-	-	0,00%	-	-	-
Despesas com pessoal	(12.096.000)	-8,3%	(10.124.000)	-7,8%	19,5%	(8.918.896)	-6,9%	13,5%
Despesas gerais e administrativas	(2.758.000)	-1,9%	(3.834.000)	-3,0%	-28,1%	(8.260.792)	-6,4%	-53,6%
Despesas com serviços prestados	(3.813.000)	-2,6%	(2.635.000)	-2,0%	44,7%	(1.536.566)	-1,2%	71,5%
Outras receitas (despesas) operacionais Líquidas	-	0,0%	-	0,0%	0,00%	-	0,0%	0,00%
Depreciação e amortização	(1.682.000)	-1,2%	(1.472.000)	-1,1%	14,3%	(1.557.476)	-1,2%	-5,5%
Despesas com M&A	(714.000)	-0,5%	(47.000)	0,0%	1419,1%	(326.361)	-0,3%	-85,6%
Outras despesas/receitas não operacionais	59.000	0,0%	18.000	0,0%	227,8%	91.884	0,1%	-80,4%
	(21.004.000)	-14,5%	(18.094.000)	-14,0%	16,1%	(20.508.207)	-15,9%	-11,8%
Lucro antes do resultado financeiro	18.966.000	13,1%	20.919.000	16,2%	-9,3%	10.139.715	7,9%	106,3%
Resultado financeiro líquido	(3.561.000)	-2,5%	(3.633.000)	-2,8%	-2,0%	(4.802.441)	-3,7%	-24,4%
Lucro do período antes dos tributários	15.405.000	10,6%	17.286.000	13,4%	-10,9%	5.337.274	-4,1%	223,9%
Contribuição Social e Imposto de Renda	(4.699.000)	-3,2%	(7.215.000)	-5,6%	-34,9%	(3.136.393)	2,4%	130,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	-	0,0%	0,00%	-	0,0%	0,00%
Lucro líquido do período	10.706.000	7,4%	10.071.000	7,8%	6,3%	2.200.881	1,7%	357,6%

¹ AV calculada sobre a receita líquida correspondente

Análise comparativa do balanço patrimonial consolidado em 31.12.2020 e em 31.12.2021

Ativo circulante

O saldo do ativo circulante apresentou aumento de 7,2%, passando de um saldo de R\$ 53.825 mil em 31 de dezembro de 2020 para um saldo de R\$ 57.685 mil em 31 de dezembro de 2021. Como percentual do total do ativo, o ativo circulante passou de 47% em 31 de dezembro de 2020 para 48,2% em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia destacam como principais variações dentro do ativo circulante, o aumento de 34% no contas a receber o que representa uma variação de R\$ 8.931 mil e a variação de 37,7% e R\$ 905 mil em Despesas Antecipadas.

Ativo não circulante

O saldo do ativo não circulante apresentou um aumento de 2,2%, passando de um saldo de R\$ 60.783 mil em 31 de dezembro de 2020 para um saldo de R\$ 62.114 mil em 31 de dezembro de 2021. Como percentual do total do ativo, o ativo não circulante passou de 53% em 31 de dezembro de 2020 para 51,8% em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia destacam como principais variações dentro do ativo não circulante, a redução de 44,8% no valor de R\$ 51 mil em Despesas Antecipadas.

Passivo circulante

O saldo do passivo circulante apresentou um crescimento de 0,5%, passando de um saldo de R\$ 43.584 mil em 31 de dezembro de 2020 para um saldo de R\$ 46.064 mil em 31 de dezembro de 2021. O passivo circulante passou de 38,0% em 31 de dezembro de 2020 para 38,5% em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia destacam como principais variações dentro do passivo circulante, a redução de 99,6% da Dívida Aquisição no valor de R\$ 8.535, ocasionada pela migração desta linha do curto para longo prazo, outro destaque é o crescimento de 72% de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 7.349 mil.

Passivo não circulante

O saldo do passivo não circulante apresentou uma redução de 26,3%, passando de um saldo de R\$ 20.672 mil em 31 de dezembro de 2020 para um saldo de R\$ 15.228 mil em 31 de dezembro de 2021. Como percentual do total do passivo e do patrimônio líquido, o passivo não circulante passou de 18% em 31 de dezembro de 2020 para 12,7% em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia destacam como principal variação dentro do passivo não circulante, a redução dos dividendos a pagar em 100% no valor de R\$ 2.391 mil devido a migração para o curto prazo, na linha Empréstimos e financiamentos a redução foi de 42,2% no valor de R\$ 6.452 mil.

Patrimônio líquido

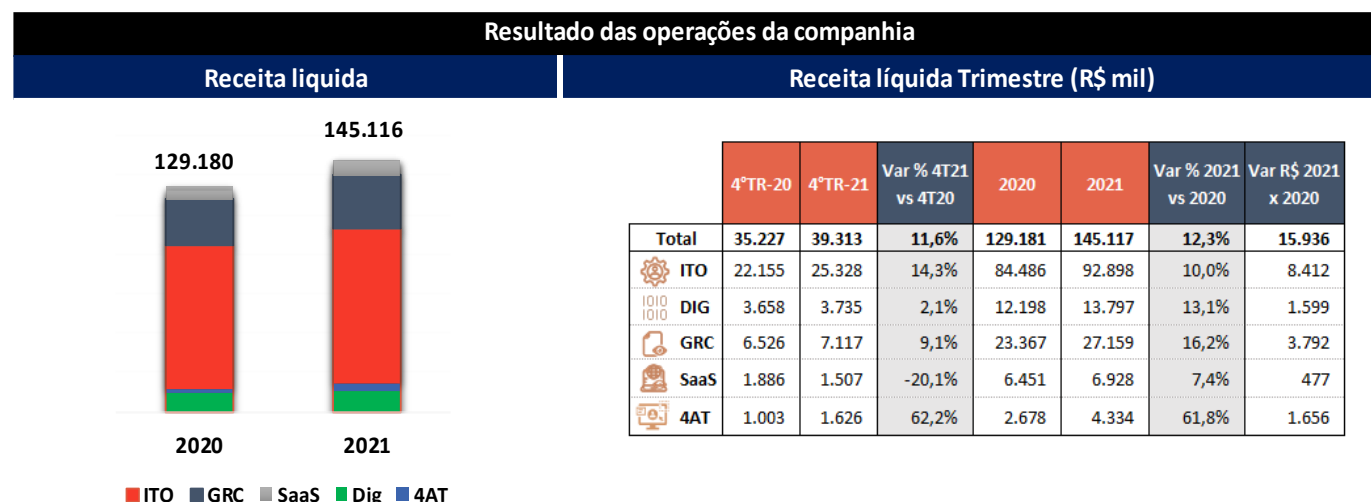
O patrimônio líquido apresentou um aumento de 16,2%, passando de R\$ 50.352 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 58.506 mil em 31 de dezembro de 2021. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido passou de 43,9% em 31 de dezembro de 2020 para um percentual de 48,8% em 31 de dezembro de 2021, aumento de 4,90 pontos percentuais. Os Diretores da Companhia destacam como principal variação conta reserva de retenção de lucros que teve variação em 69% no valor de R\$ 7.628 mil resultado da incorporação do lucro do período após distribuição de lucro e reservas obrigatórias.

10.2 Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

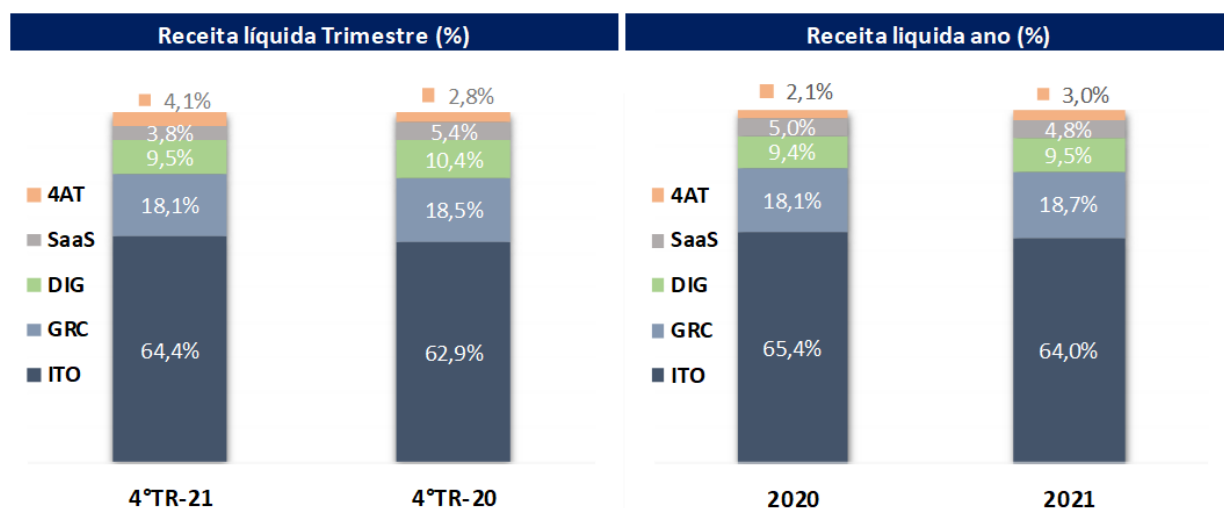
Abaixo apresentamos o detalhamento da receita líquida:



• RECEITA LIQUIDA

A companhia alcançou em 2021 de R\$ 145,1 milhões (+12,3% vs. 2020), esta receita líquida foi resultado da continuidade da estratégia da adotada no final do ano de 2019 de focar no crescimento das linhas de negócios atreladas a aceleração digital dos nossos clientes, que obteve um crescimento de 17%, a saber: Automação (4AT), 62%, GRC, 16%, Digital, 13% e SaaS, 7%.

Já 4º trimestre de 2021, o resultado de R\$ 39,3 milhões (+11,6% vs. 4T20), se deve especialmente ao bom desempenho do ITO com crescimento de 14,3% e do 4AT com crescimento de 62,2%.



• CUSTOS COM SERVIÇOS PRESTADOS

Custos de ITO: O custo total de 2021 foi de R\$ 72.583 mil (**17,5% vs. 2020**), aumento em R\$ 10.836 mil. No quarto trimestre foi de R\$ 19.192 mil (**29,7% vs. 4T20**), crescimento de R\$ 4.393 mil.

O aumento dos custos em relação ao período anterior se refere, principalmente, a estratégia de manutenção do *market share* que objetivou renovação e ganho de contratos em detrimento a ganho pontual ou manutenção da margem. No acumulado do ano, os gastos adicionais devem-se a ajustes para a melhoria da gestão e operação de suporte aos serviços prestados, com destaque para a: (i) custos incorridos para obtenção da ISO 20.000 e implantação do setor de *Customer Experience*, que objetiva melhorar a qualidade do serviço prestado e participar de concorrências com valores mais significantes; (ii) custos de novos contratos, e, (iii) aumento do custo da mão de obra, que está diretamente atrelado ao incremento inflação do período (IPCA 2021 foi de 10,06%), (iv) pelo ganho obtido em 2020 referente a recuperação de INSS, no valor de R\$ 1,0 milhão.

Custo de DIG: Os custos no ano de 2021 foram de R\$ 7.744 mil (**4,6% vs. 2020**), e quarto trimestre os custos registraram R\$ 2.011 mil (**+1,5% vs. 4T20**), o aumento está atrelado ao crescimento do faturamento, porém com ganho de escala, ou seja, sem incremento de custos na mesma proporção.

Custo de GRC: O custo de GRC em 2021 foi de R\$ 18.783 mil (**+11,2% vs. 2020**), e de R\$ 5.166 mil (**+26,1% vs. 4T20**). O crescimento está adequado ao crescimento da receita líquida, com um crescimento proporcionalmente menor em relação ao crescimento da receita no ano.

No quarto trimestre tivemos um crescimento nos custos em função de aquisições de licenças para vendas de softwares, afetando a margem no 4º trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior.

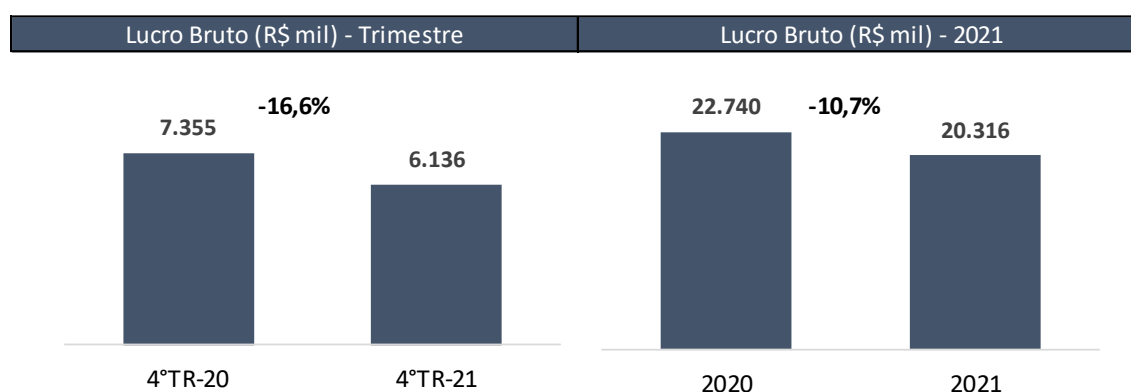
Custo de SaaS: O custo na unidade de negócios em 2021 foi de R\$ 2.490 mil (**+3,6% vs. 2020**), e de R\$ 754 mil (**+10,2% vs. 4T20**).

O leve crescimento dos custos é resultado dispêndios realizados para adaptar e aprimorar a plataforma digital desenvolvida desta linha de negócio. No 4º trimestre o crescimento mais nos custos se deve a gastos pontuais com parceiros, visando a melhoria operacional da área.

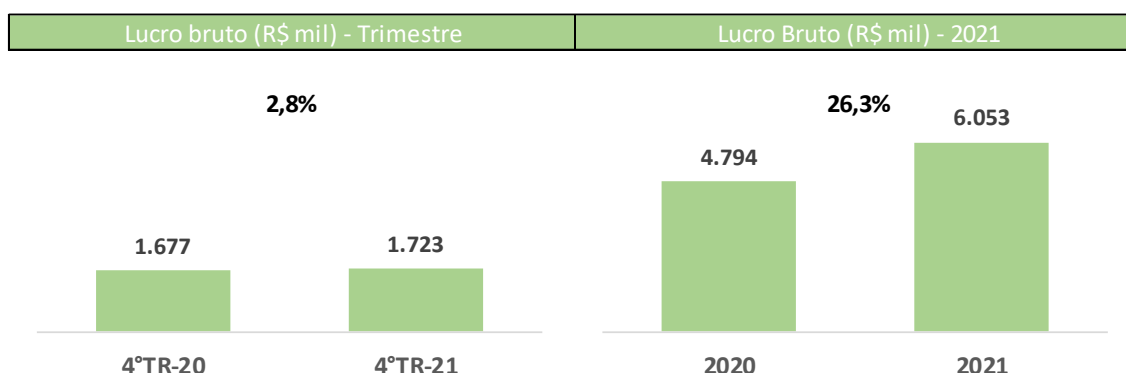
Custo de 4AT: O custo na unidade da unidade de negócios em 2021 foi de R\$ 3.547 mil **(+105,8% vs. 2020)**, e de R\$ 1.185 mil **(+115,5% vs. 4T20)**, no quarto trimestre de 2021. O aumento dos custos da unidade ocorreu em função de alguns fatores: (i) da necessidade de adequação da equipe operacional para suportar o crescimento esperado para o ano de 2021; (ii) investimentos realizados para promover a venda dos produtos através da prova de conceito (POC). Neste formato o cliente solicita um teste do software para avaliar se irá adquirir aluguel as licenças ou não, e (iii) aumento dos custos com pessoal

• LUCRO BRUTO

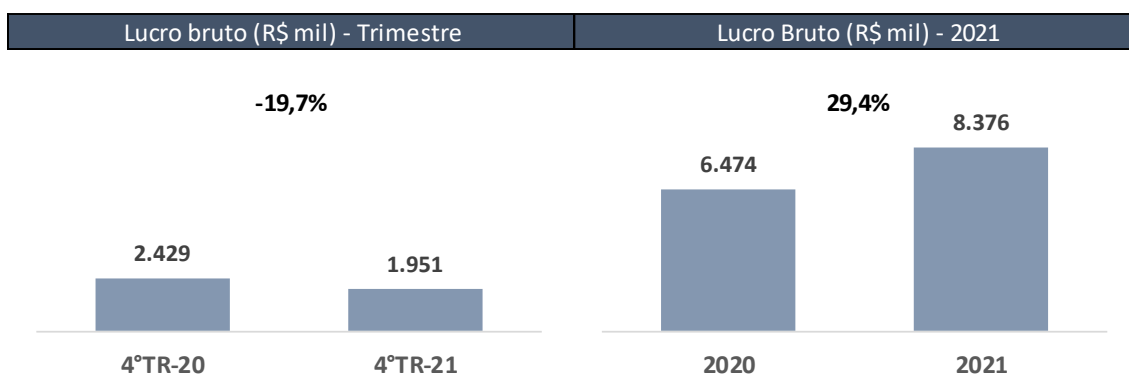
Lucro Bruto ITO: O lucro bruto em 2021 atingiu o valor de R\$ 20.316 mil **(-10,7% vs. 2020)** e margem bruta de 21,9% apresentando redução de R\$ 2.424 mil em relação ao montante apurado em 2020. No quarto trimestre o lucro bruto foi de R\$6.136 mil **(-16,6% vs. 4T20)**, com redução de R\$ 1.219 mil. O decréscimo no período é resultado do crescimento dos custos, conforme explicitado acima.



Lucro Bruto DIG: O lucro bruto em 2021 foi de R\$ 6.053 mil **(+26,3% vs. 2020)**, com margem bruta de 43,9%, aumento de 4,6 pontos percentuais em relação a margem bruta de 39,3% de 2020., No quarto trimestre de 2021 o lucro bruto foi de R\$ 1.723 mil **(+2,8% vs. 4T20)**, com margem bruta de 46,1%, aumento de 0,3 pontos percentuais. O aumento no lucro é resultado direto do aumento de vendas atrelado ao ganho de escala nesta linha de negócios.



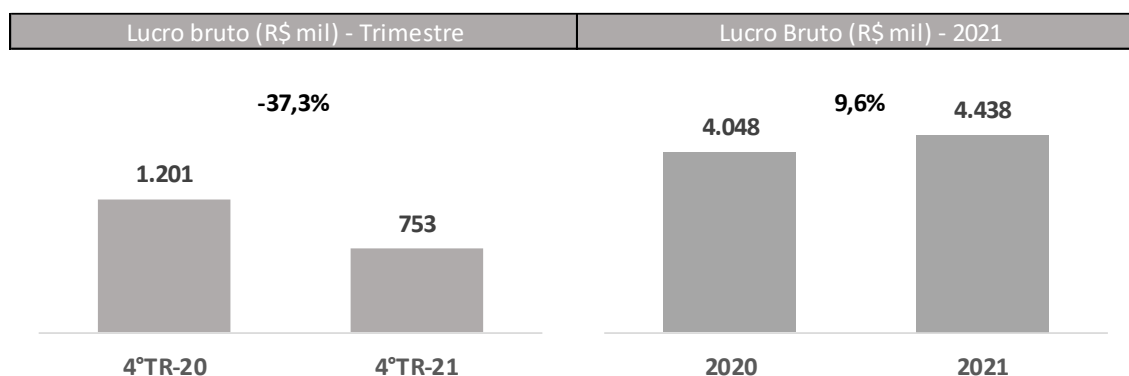
Lucro Bruto GRC: O lucro Bruto na linha de GRC em 2021 foi de R\$ 8.376 mil **(+29,4% vs. 2020)**, com margem bruta de 30,8%, ganho de 3,1 pontos percentuais em relação a margem bruta de 27,7% de 2020. Já no quarto trimestre, o lucro bruto foi de R\$1.951 mil **(-19,7% vs. 4T20)**, com margem bruta de 27,4%, perda de 9,8 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento do ano está atrelado a melhora da receita e uma maior produtividade da equipe. Já no quarto trimestre a piora do resultado se deve a uma concentração de vendas de softwares que isolados dos serviços apresentam margens menores.



Lucro Bruto SaaS: O lucro bruto na unidade de SaaS em 2021 apresentou crescimento de R\$ 390 mil, alcançando R\$ 4.438 mil (+9,6% vs. 2020), com margem bruta de 64,1% superior em 1,4 pontos percentuais em relação a margem bruta de 62,7% de 2020. No 4º trimestre de 2021 houve uma redução de R\$ 448 mil, alcançando o lucro bruto de R\$ 1.201 mil (-37,3% vs. 4T20), com margem bruta de 50% inferior em 13,7 pontos percentuais em relação ao 4T20.

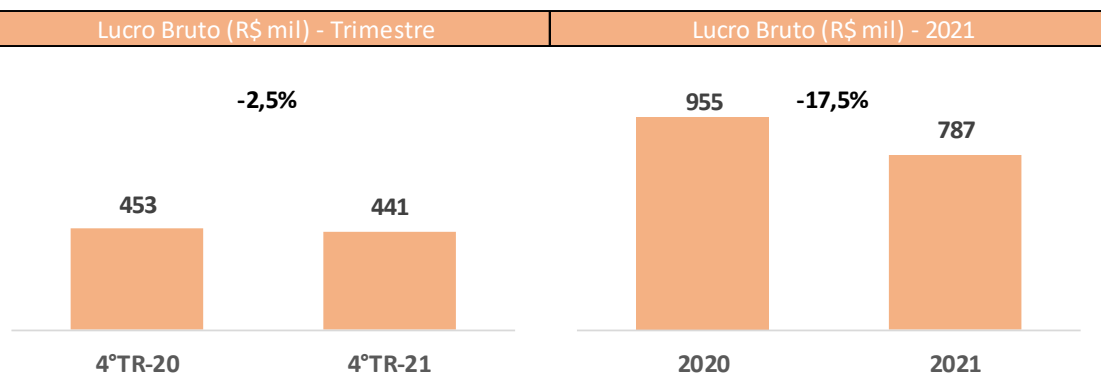
O resultado inferior no quarto trimestre de 2021 se deve especialmente a redução da receita líquida e dos gastos pontuais ocorridos neste período.

Já em relação ao ano de 2021 tivemos uma pequena melhora, ocasionada especialmente pela otimização dos custos fixos da área, bem como o aumento da receita líquida sem correspondência em custos.



Lucro Bruto 4AT: O lucro bruto na unidade de 4AT em 2021 apresentou redução de R\$168 mil, resultando em lucro bruto de R\$ 787 mil (-17,5% vs. 2020), com margem bruta de 18,2% inferior em 17,4 pontos percentuais a margem bruta de 35,6% de 2020. O lucro bruto do quarto trimestre de 2021, apresentou redução de R\$ 12 mil (-2,5% vs. 4T200), com margem bruta de 27,1%, inferior em 18,1 pontos percentuais a margem bruta de 45,2% do mesmo período de 2020.

A redução do lucro é consequência dos aumentos dos custos como descrito acima.



• DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

R\$ em mil	4ºTR-20	4ºTR-21	Var (%) 4ºTR-21 vs 4ºTR-20	2020	2021	Var (%) 2021 vs 2020
Despesas Gerais e Administrativas	(5.496)	(6.905)	25,6%	(18.094)	(21.003)	16,1%
Despesas com pessoal	(3.445)	(3.571)	3,7%	(10.124)	(12.096)	19,5%
Despesas gerais e administrativas	(789)	(1.309)	65,9%	(3.834)	(2.758)	-28,1%
Despesas com serviços prestados	(877)	(1.103)	25,8%	(2.635)	(3.813)	44,7%
Depreciação e amortização	(294)	(435)	47,8%	(1.472)	(1.682)	14,3%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	-	-
Despesas com M&A	(48)	(468)	878,0%	(48)	(714)	100,0%
Outras receitas/despesas não operacionais	(44)	(20)	-55,7%	18	59	220,8%

As despesas gerais e administrativas em 2021 apresentaram crescimento de R\$ 2.909 mil em relação a 2020, atingindo R\$ 21.003 mil **(+16,1% vs. 2020)**.

No quarto trimestre de 2021 as despesas gerais e administrativas alcançaram o valor de R\$ 6.905 mil **(+25,6% vs. 4T20)**, crescimento de R\$ 1.409 mil em relação ao mesmo período de 2020.

O crescimento das despesas é explicado principalmente por:

- (I) Aumento das despesas com pessoal: investimentos realizados na área comercial e marketing, com aumento de quadro, com o objetivo de acelerar as vendas nas linhas de negócios atreladas ao negócio dos nossos clientes
- (II) Aumento com serviços prestados: despesas atreladas a abertura da nova filial no México e contratação de consultorias para desdobramento do planejamento estratégico;
- (III) Aumento de despesas com M&A: contratação de boutique especializada e advogados para apoiar no processo de aquisição de empresas.

• EBITDA AJUSTADO

R\$ em mil	4ºTR-20	4ºTR-21	Var (%) 4ºTR-21 vs 4ºTR-20	2020	2021	Var (%) 2021 vs 2020
Lucro Líquido	4.233	3.067	-27,5%	10.068	10.706	6,3%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.907	(359)	-112,3%	7.215	4.699	-34,9%
(+) Resultado financeiro líquido	480	1.392	-190,0%	3.633	3.561	-2,0%
(-) Outras receitas operacionais	44	20	100,0%	(18)	(59)	100,0%
EBIT	7.663	4.119	-46,2%	20.897	18.908	-9,5%
Margem EBIT	21,75%	10,48%	-11,3 p.p	16,18%	13,03%	-3,1 p.p
(+) Depreciação e Amortização	294	435	47,8%	1.472	1.682	14,3%
EBITDA	7.957	4.554	-42,8%	22.370	20.590	-8,0%
Margem EBITDA (%)	22,6%	11,6%	-11 p.p	17,3%	14,2%	-3,1 p.p
Ajustes						
(+) Despesas extraordinárias (M&A)	48	468	878,0%	48	714	1393,8%
(+) Itens não recorrentes	-	-	0,0%	-	-	0,0%
EBITDA Ajustado	8.005	5.022	-37,3%	22.418	21.304	-5,0%
Margem EBITDA (%) Ajustado	22,7%	12,8%	-10 p.p	17,4%	14,7%	-2,7 p.p

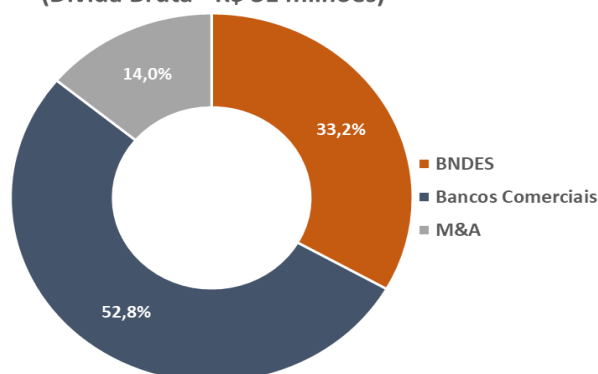
No ano de 2021 o EBITDA ajustado somou R\$ 21.304 mil **(-5% vs 2020)**, resultado negativo de R\$ 1.114 mil. No quarto trimestre de 2021 o EBITDA ajustado alcançou o valor de R\$ 5.022 mil **(-37,3% vs 4T20)**, com a redução de R\$ 2.983 mil em relação ao mesmo período de 2020.

O resultado abaixo do esperado em 2021, é consequência, principalmente de: (i) pelo ganho obtido em 2020 referente a recuperação de INSS, no valor de R\$ 1,0 milhão, que representou naquele ano 0,8 pontos percentuais na margem EBITDA, (ii) custos relacionados a estratégia de manutenção do portfólio de clientes, e (iii) investimentos feitos para obtenção certificados (ISO 20.000), planejamento estratégico e (iv) incremento da equipe comercial e despesas com marketing.

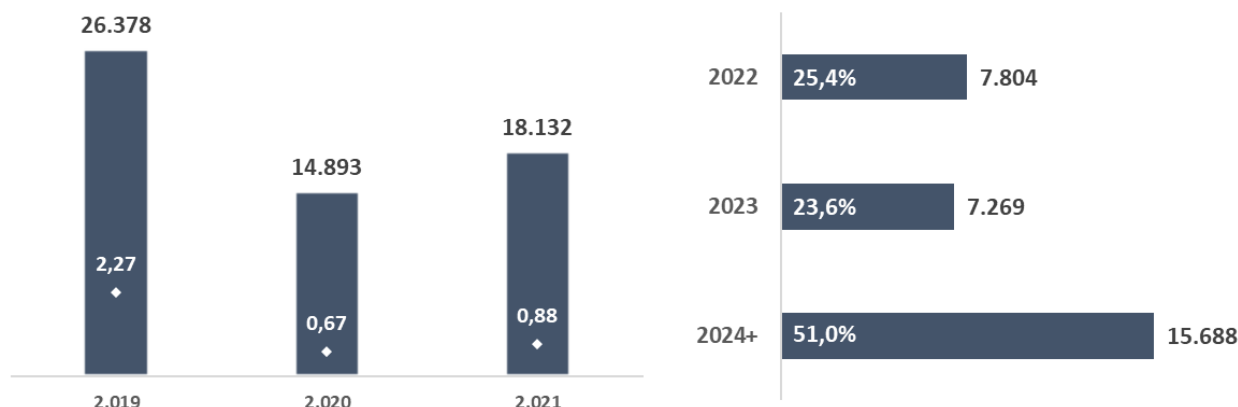
• DÍVIDA

Em agosto a companhia captou a última tranche do financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 7,0 milhões. A linha de financiamento BNDES10 possui prazo de 8 anos, carência de 2 anos e custo de TLP + 3,8% a.a. Se comparado com o fechamento de 2020, dívida bruta teve uma redução de R\$ 3,0 milhões.

Composição de Dívida
(Dívida Bruta - R\$ 31 milhões)



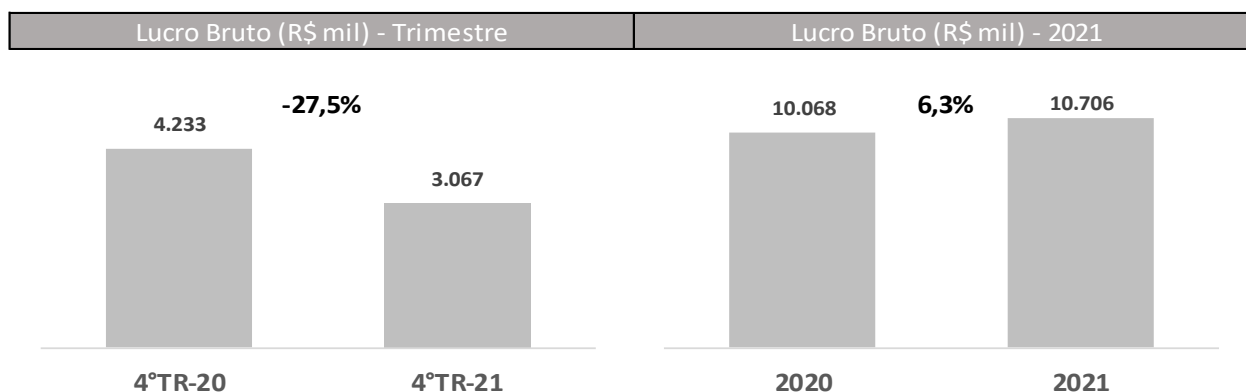
Em dezembro de 2021, a dívida líquida teve crescimento de 22%, atingindo o montante de R\$ 18.132 mil frente aos R\$ 14.893 mil apurados em 2020.



O incremento da dívida líquida é consequência da captação de R\$ 7,0 milhões via BNDES e da redução do caixa no período, se comparado com o mesmo período de 2020, devido principalmente, ao: (i) aumento de amortizações de empréstimos e financiamentos, (ii) aumento dos impostos (IR/CSLL) e, (iii) incremento do contas a receber.

A baixa alavancagem financeira apresentado no 3º trimestre desde ano de 0,88x EBITDA está em linha com a praticada ao longo do ano de 2021 e aderente a estratégia da estrutura de capital da Companhia.

• LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO



R\$ mil	4ºTR-20	4ºTR-21	Var.	2020	2021	Var.
Lucro/Prejuízo Líquido	4.233	3.067	-27,5%	10.068	10.706	6,3%
Margem Lucro/Prejuízo Líquido	12,0%	7,8%	-4,2 p.p	7,8%	7,4%	-0,4 p.p

O lucro líquido atingiu R\$ 10,7 milhões (6,3% vs. 2020) com margem de lucro líquido de 7,4% e, no 4º trimestre alcançou o valor de R\$3,0 milhões (-27,5% vs 4T20) com margem de lucro líquido de 7,8%. O incremento no lucro em relação ano anterior se refere, principalmente, ao diferimento de impostos sobre o lucro em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução do lucro líquido no último trimestre de 2022 é resultado, principalmente, do ganho obtido da recuperação do INSS em 2020.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

De acordo com os Diretores da Companhia, os fatores que afetaram materialmente seus resultados operacionais podem ser assim resumidos:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

- Não houve impactos materialmente relevante nos resultados operacionais da companhia. Ao longo do ano a companhia buscou, conforme o seu plano estratégico, focar em linhas de negócio conectadas aos negócios dos seus clientes.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

- Foi marcado pela Covid-19. A Quality atuou com responsabilidade, disciplina e senso de urgência dado o cenário gerado pela pandemia do Covid-19. As principais ações tomadas, principalmente, no ano de 2020, visaram a saúde e segurança de nossos colaboradores, clientes e das regiões em que estamos presentes. Foi criado um comitê de crise específico para tratar o tema com diversas frentes de atuação, sendo criada uma política focada em medidas preventivas. Foi adotado o regime de *home-office* para todos os colaboradores para os quais a função não requeira presença física. O acesso às operações e escritórios foi liberado somente por equipes essenciais e dentro de procedimentos de segurança para evitar o contágio. Mantemos uma comunicação ativa com os nossos colaboradores, sempre instruindo e informando sobre as melhores práticas de prevenção de contágio e de produtividade.

O advento da pandemia do Corona vírus reconhecido pela OMS, afetou, principalmente no período de março a julho de 2020, as operações, causando perdas e reduções de contratos, aumento temporário no contas a receber e redução do crescimento do faturamento. A companhia, naquele momento focou na liquidez do caixa e realizou ações as ações necessárias para reduzir custos e despesas, além de focar em linhas de negócio com maior margem.

-Alta do Dólar, o dólar apresentou em 2020 um crescimento percentual de 30,7% em seu preço médio em relação a 2019. O que impactou os custos da unidade GRC que está atrelada a compra de licenças de softwares com valores em dólares.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

- Iniciamos em 2019 uma nova linha de produtos e serviços dedicada para clientes que possuem o interesse em otimizar, reduzir custos e melhorar a sua performance operacional, linha de negócios 4Automation, focada em automação de processos. Através da parceira exclusiva com a Automation Edge, empresa indiana, buscamos em 2019 oferecer soluções ainda mais completas a todos os seus clientes.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não existem variações de receitas diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio e alterações de volumes.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A variação dos índices de inflação pode afetar os custos e despesas da Companhia entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios) e outros gastos em geral, como viagens, comunicação e aluguel, que são reajustados periodicamente de acordo com estes índices. O percentual de reajuste é definido anualmente com base em dissídios e acordo coletivos negociados com os sindicatos, não sendo possível antever os reais impactos sobre o resultado operacional.

A companhia pode ser impactada pela variação taxas de câmbio, dado importa que compra softwares, principalmente do seu parceiro, Galvanize.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos em moeda nacional com as principais instituições financeiras e uma dívida de aquisição. Tais dívidas estão atreladas aos indicadores CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJP. As aplicações financeiras, também referenciadas pelo CDI, neutralizam parcialmente do risco dos empréstimos.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2018 não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Em 2020 e 2021 não houve introdução ou alienação de novo segmento operacional que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultado da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em outubro de 2021, a Quality assinou contrato de compra e venda da ACCT. Empresa de arquitetura e engenharia de software com 11 anos de história, que soluciona problemas de negócios com tecnologia. Desenvolve soluções de e-commerce para algumas das maiores marcas do mundo, especializadas em comércio digital, é líder no quadrante VTEX. Com sede em Atibaia, São Paulo, possui subsidiárias em Nova Iorque, Estados Unidos e Barcelona, Espanha, contando com mais de 230 colaboradores.

Em 2019 e 2020 não constituímos, adquirimos ou alienamos participação societária que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

No exercício de 2017 a Quality realizou a aquisição da empresa Premier IT, empresa com soluções de Service Desk, Field Services, Gestão de Datacenter, NOC (Network Operations Center) 24x7 e Machine Learning. Nos últimos 8 anos, foi uma das PME's (Pequenas e Médias Empresas) que mais cresceu no Brasil.

No exercício de 2016, foi realizado a saída do sócio majoritário David Estevam de Britto que detinha 32,85% das ações da Companhia e entrada do fundo de investimentos Capital Tech II bem como aporte de capital por parte do novo sócio tornando-o novo acionista majoritário detendo 35,89% além de aporte de capital também por parte de outros dois sócios majoritários, todas essas operações geraram aumento de 21% do número de ações emitidas pela QUALITY.

Em 2015, a Quality realizou a aquisição de empresas Technology Supply Informática Comercio Importação e Exportação Ltda e Latin Technology Distribuição Informática Ltda. que operam com ofertas de solução integrada de GRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Analytics através de softwares de alta performance que atuam na prevenção de fraudes, monitoramento contínuo e análise de dados.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2019, 2020 e 2021, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com a adoção da Norma IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos passaram a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial, sendo registrados um passivo para pagamentos futuros e um ativo para o direito de uso. Dessa forma, as despesas com aluguéis elegíveis que até 31/12/2018 eram contabilizadas como “aluguéis”, passaram a ser reconhecidas nas linhas de Intangível e de arrendamento mercantil.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes da Companhia não apresentaram quaisquer ressalvas ou ênfases nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

10.5. Políticas contábeis críticas**10.5.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Quality faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

• Reconhecimento de receita

A Quality, mediante CPC 47, reconhece a sua receita somente mediante a vinculação a um instrumento contratual que obedeça aos critérios estabelecidos mencionados abaixo:

- (a) as partes do contrato aprovaram o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas de negócios usuais) e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (b) a entidade pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (c) a entidade pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (d) o contrato possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- (e) é provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação no seu vencimento. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma concessão de preço (ver item 52).

10.5.2 Consolidação das demonstrações financeiras

A seguinte política contábil foi aplicada na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

• Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante).

A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas de um mesmo grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Atualmente a Quality exerce função de entidade Controladora das empresas Tech Supply e Latin Tech.

• **Transações e participações não controladoras**

A Quality trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando a Companhia deixa de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

10.5.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são representadas por investimentos temporários de curto prazo, em fundos de investimento em renda fixa, estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que se aproxima ao valor de mercado.

10.5.4 Apuração do resultado

A Companhia apura os resultados pelo regime de competência de exercício.

10.5.5 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Quality use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para devedores duvidosos e, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos uma vez ao ano.

10.5.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são decorrentes de serviços prestados através de boletins de mediação. O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos incobráveis foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

10.5.7 Ajuste a valor presente

Não foram identificados, nas contas de ativos e passivos circulantes e não circulantes valores significativos que necessitem de lançamentos de ajustes ao valor presente, conforme preconiza o CPC 12.

10.5.8 Ativos intangíveis

São demonstrados ao custo de aquisição e formação, e deduzido da amortização acumulada a partir do exercício de 2010, de 10% ao ano.

A partir de 2014 A Companhia avançou no aprofundamento das características de seu intangível e suas relações internas com as atividades da Companhia passando a tratar prospectivamente seu intangível como sem via útil definida. E será reavaliada periodicamente sua expectativa de recuperabilidade em linha com os CPC 04.

10.5.9 Imobilizado

A Companhia demonstra ao custo de aquisição, deduzindo da depreciação acumulada. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil econômica dos bens

10.5.10 Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos e as obrigações da Companhia são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, alterados pela Lei nº 11.638/07.

10.5.11 Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar são representados por retenções de imposto de renda e contribuição social sobre os recebimentos de clientes, os quais serão compensados com os respectivos valores a recolher. Os mesmos estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislação específica.

10.5.12 Operações com partes relacionadas

Referem-se a adiantamentos efetuados para as empresas da Companhia que serão amortizadas com futuros faturamentos e adiantamentos de lucros futuros efetuados aos sócios. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para esses adiantamentos.

10.5.13 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas foram contabilizados na Controladora pelo método de equivalência patrimonial.

10.5.14 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os mesmos estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previsto em legislação específica.

10.5.15 Empréstimos e financiamentos

São representados pelo valor do principal acrescido dos encargos financeiros incorridos no “*pro rata temporis*” até a data do balanço, conforme os termos definidos contratualmente.

10.5.16 Provisão para férias

Demonstrada com base de proporcionalidade do período aquisitivo e acrescida dos encargos sociais até a data do balanço.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não efetuou em 2021 e nos exercícios sociais de 2020 e 2021, operações de arrendamentos mercantis operacionais ativos ou passivos e, por este motivo este item do Formulário de Referência não é aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possuía em 2021 e nos exercícios sociais de 2020 e 2021, carteiras de recebíveis baixadas, por este motivo este item do Formulário de Referência não é aplicável.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não celebrou, em 2021 e nos exercícios sociais de 2020 e 2019, estes tipos de contratos, por este motivo este item do Formulário de Referência não é aplicável.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não realizou em 2021 e nos exercícios sociais de 2020 e 2019, contratos de construção não terminada, por este motivo este item do Formulário de Referência não é aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não efetuou em 2021 e nos exercícios sociais de 2020 e 2019, estes tipos de contratos, por este motivo este item do Formulário de Referência não é aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, assim como os itens descritos no item a. acima.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Quality não realizou operações que pudessem originar itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e, por este motivo, este item não se aplica.

b. natureza e o propósito da operação

A Quality não realizou operações que pudessem originar itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e, por este motivo, este item não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Quality não realizou operações que pudessem originar itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e, por este motivo, este item não se aplica.

10.8. Plano de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas, a Companhia pode utilizar diversas fontes de financiamento, incluindo (i) a geração de recursos pela própria Companhia em decorrência do desenvolvimento das suas atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos, especialmente linhas de financiamento voltadas para o seu setor de atuação e (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não está realizando desinvestimentos relevantes e não projeta esta estratégia para o curto prazo.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições relevantes que influenciem na capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos e serviços em andamento que já tenham sido divulgadas.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há projetos em andamento para o desenvolvimento de novos produtos e serviços que já tenham sido divulgados.

10.9. Outros fatores com influência relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11. PROJEÇÕES

11.1 Projeções divulgadas e premissas

- a. Objeto da projeção
- b. Período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle
- d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não divulga projeções.

11.2 Acompanhamento das projeções

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não divulga projeções.

12. ASSEMBLEIA E ADMINISTRAÇÃO

12.1 Estrutura Administrativa

a. **Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:**

Nos termos do Estatuto Social vigente, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 21/07/2017, nossa administração compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, detalhados abaixo.

Conselho de Administração. O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberações composto por 5 (cinco) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral, quando da eleição do Conselho de Administração, permitida a reeleição.

O Conselho de Administração terá obrigatoriamente um conselheiro independente, eleito nos termos da legislação aplicável.

Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos e consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo no caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

Compete ao conselho de Administração

- (i) aprovar os planos plurianuais de investimentos e os orçamentos anuais propostos pela Diretoria;
- (ii) aprovar os objetivos, as políticas e a orientação geral dos negócios da Companhia, propostos pela Diretoria;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (iv) eleger e destituir os Diretores;
- (v) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício e do semestre;
- (vi) manifestar-se sobre a emissão de bônus de subscrição;
- (vii) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, e quando necessário, a Assembleia Geral Extraordinária;
- (viii) aprovar a distribuição de dividendos, “*ad referendum*” da Assembleia Geral;
- (ix) escolher e destituir auditores independentes;
- (x) manifestar-se sobre aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação;
- (xi) aprovar, previamente, a alienação ou oneração de bens imóveis do ativo permanente da Companhia, bem a prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros;
- (xii) definir a distribuição entre os Conselheiros e Diretores de remuneração global que lhes tiver sido fixada pela Assembleia;

As reuniões ordinárias do Conselho de Administração serão realizadas 1 (uma) vez a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. A convocação será feita com antecedência mínima de 5 dias, por carta protocolada, ou por fax, com breve descrição da ordem do dia, considerando-se regularmente convocado o membro presente à reunião

Diretoria. A Diretoria é o nosso órgão executivo que tem como responsabilidade a administração dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos necessários ou convenientes, exceto aqueles para os quais por lei ou Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

Nossa Diretoria será composta de 3 (três) a 7 (sete) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Comercial, com possibilidade de cumulação de cargos por uma mesma pessoa. Os demais Diretores, se houver, não terão designação específica.

Os diretores devem ser eleitos pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração, sendo investidos nos respectivos cargos, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição observado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia

Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo Conselho de Administração.

 Compete à Diretoria:

- (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (ii) representar a Companhia, ativa e passivamente, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral;
- (iii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (iv) propor ao Conselho de Administração os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, bem como o orçamento anual; e
- (v) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas

Regimento Interno: Não Possui

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração não possui regimento interno próprio.

(ii) se a Companhia possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração, trimestralmente, solicita ao auditor independente explicações sobre o trabalho realizado e principais conclusões alcançadas nos trabalhos relacionados às demonstrações financeiras trimestrais e anual. Além disso, o Conselho de Administração aprova formalmente as demonstrações financeiras, autorizando sua divulgação ao mercado. Apesar de a Companhia não possuir política formalizada de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, caso venha a ocorrer, tal contratação seguirá boas práticas de governança e, caso supere o limite de alçada da Diretoria, deverá ser aprovado no Conselho de Administração

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

Diretor Presidente. a) (i) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas próprias reuniões da Diretoria, administrar, gerir e superintender os negócios sociais, emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, dando o voto de qualidade nos assuntos em que a Diretoria, por empate, não tenha concluído; ou dando o voto de desempate; (iii) cumprir e fazer cumprir as disposições deste estatuto, as deliberações da Assembleia Geral, as resoluções do Conselho de Administração e, quando for o caso, do Conselho Fiscal e apreciar e decidir sobre os pareceres emitidos pelo Diretor Financeiro.

Diretor Vice-Presidente. (a) substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos ou ausências

Diretor Financeiro. (i) dirigir as áreas administrativa-financeira, contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributário; (ii) elaborar, para ser encaminhado ao Conselho de Administração, o relatório semestral das atividades da Companhia, o balanço patrimonial e o balanço econômico-financeiro relativos ao semestre anterior;

(iii) elaborar, para ser encaminhado ao Conselho de Administração, a proposta orçamentária da sociedade para o semestre subsequente, bem como o plano de ação a ser desenvolvido pela Companhia no semestre; (iv) fazer executar o orçamento semestral aprovado pelo Conselho de Administração; (v) submeter ao Diretor Presidente com seu parecer, todas as contratações e ou renovações, inclusive de empréstimos a serem firmados pela empresa indicando a necessidade de ser submetido ou deliberado pelo Conselho de Administração; (vi) submeter ao Diretor Presidente, com seu parecer, a contratação de serviços e ou colaboradores não previstos no orçamento da empresa; e (vii) submeter ao Diretor Presidente, com seu parecer, necessidade de ajustes para adequada rentabilidade e preservação da liquidez dos negócios da empresa.

Diretor de Relações com Investidores. : (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações da Companhia com o mercado de capitais, representar a Companhia perante os acionistas, investidores, os analistas de mercado, a CVM, as bolsas de valores, o Banco Central do Brasil e os demais.

Diretor Comercial: dirigir a área comercial e de marketing da Companhia, coordenando, supervisionando e investindo todas as atividades correlacionadas para vendas e produtos da Companhia.

Diretores sem designação específica. (i) dirigir a área atividade fim da Companhia e/ou a área de serviços de tecnologia da informação e/ou inovação e novos negócios.

No exercício de suas funções, os diretores podem realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos do cargo, observando o que rege o Estatuto Social da Companhia e também as orientações do Conselho de Administração

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso a Companhia divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, que somente será instalado quando solicitado por acionistas, na forma prescrita em lei. Quando em funcionamento, será composto por, no mínimo 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes. Não possuíamos até a presente data um Conselho Fiscal instalado.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

A Quality não possui mecanismos de avaliação de desempenho para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Já para os membros da Diretoria é definido um plano de remuneração variável, cujo pagamento aos Diretores se dá pelo atingimento de metas e estratégias estabelecidas pela Companhia.

Os indicadores de desempenho utilizados na determinação de cada elemento da remuneração são revisados com frequência, permitindo adaptar a remuneração à evolução desses indicadores

12.2 Regras, políticas e práticas em assembleias

a. Prazo de convocação

A Assembleia Geral deve se reunir de forma ordinária dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e de forma extraordinária, sempre que necessário.

A convocação será realizada pelo Conselho de Administração, ou se for o caso, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, na forma da legislação vigente.

A primeira convocação para Assembleia Geral deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do anúncio de convocação. Um novo anúncio deve ser publicado quando a Assembleia Geral não se realizar na primeira convocação, sendo esta com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para realização da Assembleia em segunda convocação. Estas formalidades são dispensadas quando todos os acionistas assinarem a lista de presença

b. Competências

Compete à Assembleia Geral:

- a) tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social;
- b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer dos auditores independentes e Conselho Fiscal, quando instalado;
- c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- d) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- e) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- f) reformar o Estatuto Social;
- g) deliberar sobre a redução do capital social ou aumento do capital social fora do limite do capital autorizado;
- h) deliberar acerca da emissão de debêntures conversíveis em ações;
- i) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades;
- j) deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento, grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia;
- k) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência;
- l) deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia, ou cessação do seu estado de liquidação, bem como eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação;
- m) deliberar sobre pedido de cancelamento do registro de Companhia aberta da Companhia, bem como a sua saída do BOVESPA MAIS;
- n) escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia, em caso de cancelamento do registro de Companhia aberta ou saída do BOVESPA MAIS, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;
- o) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;

p) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto no artigo 120, da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

c. resolver os casos omissos, Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço físico: Sede da Companhia, localizada na Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, sala 401, bloco 1, centro, CEP: 20.220-297 - Rio de Janeiro/RJ.

Endereços eletrônicos: <http://ri.quality.com.br> ; www.cvm.gov.br ; www.b3.com.br .

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia observa todas as regras de conflito de interesses previstas na Lei das Sociedades por Ações. Além das normas legais, não há nenhuma outra regra específica da Companhia para identificar e administrar conflitos de interesses.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas podem ser representados nas Assembleias Gerais por procurador ou representante legal, mediante procuração com as firmas devidamente reconhecidas por notário público, serem depositados na sede da Companhia, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para sua realização.

Sem prejuízo do disposto acima, o procurador ou representante legal que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no caput deste dispositivo, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia não possui outras regras referentes às formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, além, é claro, das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador ou representante legal que prove a sua qualidade de acionista e que não seja membro do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

A Quality não adota práticas sobre esse tema além das descritas na Lei de Sociedade por Ações.

Para que o Boletim de Voto a Distância (“BVD”) seja considerado válido, o acionista que optar pelo voto à distância ou seu representante legal deverão (i) preencher todos os campos do BVD; e (ii) rubricar todas as páginas e assinar a última página do BVD. Não serão exigidos reconhecimento de firma, tradução juramentada, notorização ou consularização.

Para que o BVD seja considerado entregue, o acionista que optar pelo voto à distância deverá adotar uma das seguintes alternativas: (i) envio à Companhia: o acionista deverá enviar este Boletim a um dos endereços indicados no quadro abaixo, acompanhados dos documentos exigidos pela Companhia, até 3 dias antes da assembleia (os Boletins recebidos após tal data poderão ser desconsiderados); (ii) envio ao escriturador: O acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim ao agente escriturador das ações da Companhia (Banco Bradesco S.A.), estejam ou não as ações depositadas em depositário central, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador, até 7 dias antes da assembleia (as instruções de preenchimento deste Boletim recebidas pelo agente escriturador após tal data serão desconsideradas) ou (iii) envio ao custodiante: o acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim ao custodiante de suas ações, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante, até 7 dias antes da assembleia (as instruções de preenchimento deste Boletim recebidas após tal data serão desconsideradas).

Documentos	Pessoa física	Pessoa jurídica	Fundo investimento	de
Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ¹	X	X	X	
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ²	N/A	X	X	
Documento que comprove os poderes de representação ³	X	X	X	
Regulamento do fundo consolidado e atualizado	N/A	N/A	X	

¹Serão aceitos: RG, RNE, Passaporte, Carteira de registro profissional ou qualquer outro documento oficial com foto emitido por entidade nacional

² Para fundos de investimento, documentos do gestor e/ou Administrador, observada na política de voto.

³ Procuração válida caso representante de Pessoa física

Os documentos exigidos são: (i) via original do Boletim de Voto a Distância, preenchido conforme as orientações constantes no próprio documento; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento dos documentos, se eles são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância, mas admite o envio de BVD para o e-mail da área de Relações com Investidores da Companhia: ri@qaulity.com.br.

Não transmitimos ao vivo áudio e/ou vídeo das assembleias

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Não adotamos política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas assembleias, além daquelas constantes no Art. 21-L da Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

j. Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não disponibilizamos fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das nossas assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância Além das instruções disponibilizadas acima, não existem outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12.3 Regras, políticas e práticas do Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, através de carta ou fax, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, com breve descrição da ordem do dia. A presença de todos os Conselheiros em exercício permite que as reuniões sejam realizadas, independente de convocação

	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Reuniões do Conselho de Administração no último exercício social	12	1	13

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas de 08 de março de 2016 em sua cláusula quarta, não prevê restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, se tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

A Companhia está atenta à questão de conflito de interesses e observa estritamente as disposições legais aplicáveis. Eventuais deliberações tomadas em desacordo com tais preceitos legais são passíveis de anulação e o administrador responderá pelos eventuais danos causados.

d. se a Companhia possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Não possuíamos, até a presente data, política de indicação formalmente aprovada.

12.4 Cláusula compromissória para resolução de conflitos

Artigo 41º - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS, e do Regulamento de Sanções, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência por qualquer das Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser feito ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

Parágrafo 2º - A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade desta cláusula compromissória. O Procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu Regulamento de Arbitragem.

12.5/6 Composição e experiência profissional

Composição do Conselho de Administração

Nome	Mauricio Miranda de Lima	Júlio Cesar Estevam de Britto Junior	German Pasquale Quiroga Vilardo	Wagner Mourão Araujo	Lísias Lauretti
Profissão	Administrador	Administrador	Engenheiro	Economista	Engenheiro
CPF	176.105.118-03	086.463.077-86	009.943.277-71	993.545.006-68	695.720.388-34
Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho	Membro do Conselho	Membro do Conselho	Membro do Conselho	Membro do Conselho
Data da eleição	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022
Data da posse	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022
Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Não aplicável	Diretor Presidente	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro Independente	Não	Não	Sim	Não	Não
Número de mandatos consecutivos	7	12	4	4	4
Total de reuniões realizadas	-	-	-	-	-
% de participação nas reuniões realizadas	100,0%	100,0%	100,00%	100,00%	100,00%

Experiência profissional /Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência

Mauricio Miranda de Lima

CEO e co-fundador da Invest Tech. Formado em administração de empresas pela FGV e com MBA pela Business School São Paulo, é responsável na Invest Tech pela coordenação do time e execução das atividades de investimentos e assessoria. Coordenou mais de 30 transações de assessoria em fusões e aquisições e os times de investimentos. Tem passagens pelo Banco Itaú, Lloyds Bank e Latinvest Asset Management.

Júlio Cesar Estevam de Britto Junior

Administrador de Empresas pela UFRJ, Pós-Graduado em Análise de Sistemas pela PUC-RJ e MBA Executivo pela COPPEAD, especialista em análise de processos de negócios e reorganização empresarial. Foi Diretor Comercial da Quality Software de 2008 a 2009, Vice-Presidente de 2009 a 2012 e ocupa o cargo de Presidente da Companhia desde 2012.

German Pasquale Quiroga Vilardo

Graduado em Engenharia eletrônica pelo IME, pós-Graduado em Sistemas Digitais pela USP. Foi fundador e CEO da TV1.com por 8 anos, também fundador das Americanas.com onde atuou como CIO e CMO por quatro anos e Além de ser fundador dos canais e-commerce de venda do GPA como CNova onde atuou com CEO, Co-CEO e como conselheiro de administração. Na área de tecnologia foi vice-presidente do conselho de administração da TOTVS de 2012 a 2018. Atualmente é conselheiro de administração das Companhias: GOL, Centauro e da Cobasi além de ser Partner da Omni 55, empresa de Consultoria e Participações.

Wagner Mourão Araujo

Formado em economia pela UFCE com MBA em Finanças Internacionais e Bancárias pela Universidade de Birmingham. Antes de ingressar na Invest Tech, Wagner Trabalhou por 17 anos no Banco Votorantim, onde desempenhou diversas funções em cargos-chave como executivo na gestão comercial e de crédito no Corporate Banking como Head de São Paulo, Infraestrutura, Logística e Telecomunicações. Trabalhou na tesouraria da Cargill Agrícola e no Unibanco atuando como gerente sênior de grandes contas corporativas

Lísias Lauretto

Graduado em Engenharia Mecânica, com extensão em International Management pela Harvard Business School nos Estados Unidos. Possui mais de 25 anos de experiência no Mercado Financeiro e de Serviços Financeiros liderando as áreas de Tecnologia da Informação e Operacionais, como Diretor de Tecnologia e Operações no Banco Sudameris, CIO para América Latina no Banco JPMorgan, CIO na Tecban S.A. e por 8 anos Vice-Presidente Executivo de Tecnologia para a América Latina na Serasa Experian S.A. Atualmente é Sócio e CEO da Topping Consultoria e Senior Advisor para Empresas no mercado.

Composição da Diretoria

Nome	Júlio Cesar Estevam de Britto Junior	Rodrigo de Oliveira Torres	Caio Serôdio Nogueira	Roberto Pereira Ave Faria
Profissão	Administrador	Administrador	Bacharel em Informática	Bacharel em Sistemas
CPF	086.463.077-86	042.965.617-31	022.402.017-03	086.290.687-36
Cargo eletivo ocupado	Diretor Presidente	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor Vice Presidente e Tecnológico	Diretor Comercial
Data da eleição	07/06/2021	07/06/2021	07/06/2021	07/06/2021
Data da posse	07/06/2021	07/06/2021	07/06/2021	07/06/2021
Prazo do mandato	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Membro do Conselho de administração	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Eleito pelo controlador	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Membro independente	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Número de mandatos consecutivos	8	4	8	8

Experiência profissional/Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência

Júlio Cesar Estevam de Britto Junior. Vide Conselho de administração

Caio Serodio Nogueira

Bacharel em Informática pela UFF-RJ, especialista em Integração de Sistemas e Suporte técnico. Foi Gerente da Unidade de Negócio Outsourcing de TI da Quality Software de 2008 a 2010, Diretor de Operações (Não estatutário) da Quality Software de 2010 a 2012 e Vice-Presidente e Diretor Tecnológico da Quality Software de 2012 até a presente data

Rodrigo de Oliveira Torres

Engenheiro Civil formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, possui MBA em Finanças Corporativas pela FGV e em Gestão de Negócios pelo IBMEC. Possui 20 anos de experiência e atuou em grandes Companhias, tais como: BTG Pactual, Enel, Mills Engenharia e Invepar. Antes de ingressar na Quality atuava como CFO na ViaRio (Empresa do Grupo Invepar e CCR) e era Conselheiro Fiscal do Aeroporto de Guarulhos.

Roberto Pereira Ave Faria

Analista de Sistemas e Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela Candido Mendes - RJ, especialista em Gerenciamento de Projetos, Outsourcing e Governança de TI. Foi Coordenador da Unidade de Negócio Outsourcing de TI de 2008 a 2010, Gerente da Unidade de Negócio Outsourcing de TI de 2010 a 2012 e Diretor Estatutário da Quality Software desde 2012, atualmente com o cargo de Diretor Comercial.

12.7/8 Membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não existem comitês, estatutários ou não, estruturados na Quality.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre:

- a. administradores da Companhia
- b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia
- c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia
- d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Justificativa para o não preenchimento do quadro: Não existem relações conjugais, de união estável ou de parentesco até o 2º grau entre (a) nossos administradores; (b) (i) nossos administradores e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) nossos administradores ou de nossas controladas, diretas ou indiretas e (ii) nossos controladores diretos ou indiretos; (d) (i) nossos administradores e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas, da Companhia.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais os administradores da Companhia não mantiveram relações de subordinação, prestação de serviço ou controle com sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

- b. controlador direto ou indireto do emissor:
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais os administradores da Companhia não mantiveram relações de subordinação, prestação de serviço ou controle com os controladores diretos da Quality. A Companhia não possui controlador indireto.

12.11 Acordos/Seguros de administradores

Contratamos para nossos Administradores uma apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O, ou Directors & Officers) junto à CHUBB Seguros Brasil S.A. A apólice tem vigência a partir das 24:00h de 28/03/2022 até as 24:00h de 28/03/2023, e está sujeita a um limite máximo de indenização de R\$ 10.000.000,00

12.12 Outras informações relevantes

Sem informações relevantes.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para nossos diretores estatutários e membros do nosso Conselho de Administração tem como objetivo o equilíbrio entre os objetivos da organização, a estratégia de negócios, as práticas de mercado e o interesse dos acionistas. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e composta por um valor fixado que visa remunerar os membros da Administração pelas metas e desempenho atingidos.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Remuneração fixa: A Política de Remuneração da Quality para o Conselho de Administração é definida considerando o desempenho econômico-financeiro da Companhia e às práticas de remuneração aplicada pelo mercado para empresas de porte semelhante. O Conselho de Administração não faz jus ao recebimento de remuneração variável.

Diretoria

Remuneração fixa: Os membros da Diretoria Estatutária recebem remuneração fixa mensal na forma de pró-labore com o objetivo de compensá-los pelo desempenho de suas funções, além de um pacote de benefícios que compreende previdência privada, assistência médica e odontológica, auxílios refeição, ajuda de custo e seguro de vida.

A remuneração tem por objetivo a retribuição pelos serviços prestados, responsabilidade do cargo, experiência, competência e reputação profissional e retenção dos profissionais. Considera também os resultados alcançados e o valor dos serviços no mercado.

Remuneração variável: Os Membros da Diretoria Estatutária recebem remuneração variável com o objetivo de alinhar os objetivos da Companhia e dos acionistas.

A remuneração variável da Diretoria possui indicadores globais, tais como EBITDA e Faturamento, além de indicadores de desempenho individual e gestão, podendo ser customizados por posição.

Os indicadores e metas são revisados anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

O modelo de remuneração e os indicadores para a remuneração variável refletem os objetivos do orçamento e do plano de negócios, desempenho financeiro e operacional, além da estratégia do Grupo. Sendo assim, buscam o alinhamento com os interesses dos acionistas.

Não há Conselho Fiscal, nem Comitês instalados.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Foi aprovada a remuneração anual global da administração da Companhia, na importância de até R\$ 5.217.982,40 (cinco milhões, duzentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), sendo: (a) até R\$ 215.986,85 (duzentos e quinze mil, novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) referentes ao Conselho de Administração e (b) até R\$ 5.001.995,55 (cinco milhões, um mil,

novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) referentes à Diretoria, sendo até R\$ 3.306.038,19 (três milhões, trezentos e seis mil e trinta e oito reais e dezenove centavos) a título de remuneração de pró labore fixa mais benefícios, e até R\$ 1.695.957,36 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos) a título de remuneração variável. A remuneração dos administradores da Companhia é individualizada, conforme definido em reunião do Conselho de Administração.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos aos Administradores são definidos em Assembleia Geral e distribuídos entre os membros nas proporções que forem determinadas na própria reunião.

Individualmente, os valores de remuneração pagos aos nossos Administradores são comparados periodicamente com o mercado por meio de pesquisas disponíveis por consultorias externas especializadas, visando avaliar sua competitividade e efetuar eventuais ajustes.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às nossas necessidades e considera as composições referenciais de mercado à época da contratação de cada profissional específico, baseado em suas experiências e capacidade técnica.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e/ou quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, entre outros, a Receita líquida e o EBITDA. Os indicadores e metas são revisados anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos Diretores está vinculada ao desempenho no período avaliado. Sendo assim, os valores a serem pagos aos Diretores à título de bônus e participação nos resultados dependem da evolução e do alcance de metas individuais.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito, procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos nossos investimentos e projetos desenvolvidos, de forma que os diretores sejam remunerados somente se a empresa obtiver resultados satisfatórios. Sempre alinhado aos interesses dos acionistas.

Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos nossos resultados a determinados administradores.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

132. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

valores em reais	2021			2020			2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº Membros	5	4	9	5	5	10	5	4	9
Remuneração Fixa Anual	215.987	3.306.038	3.522.025	187.758	3.602.768	3.790.526	180.000	3.068.035	3.248.035
Salário ou pró-labore	215.987	3.306.038	3.522.025	187.758	3.143.232	3.330.990	180.000	2.747.448	2.927.448
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-	459.536	459.536	-	320.587	320.587
Participação em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	1.695.957	1.695.957	-	2.095.488	2.095.488	-	440.549	440.549
Bonus	-	1.695.957	1.695.957	-	2.095.488	2.095.488	-	440.549	440.549
Participação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baseado em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
observação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	215.987	5.001.996	5.217.982	187.758	5.698.257	5.886.015	180.000	3.508.584	3.688.584

133. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal
Os números de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir correspondem à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, para o cada exercício encerrado em 31 de dezembro nos anos abaixo indicados.

2020	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de Membros	5	5	10
Bônus (em R\$mil)2	-	1.279	1.279
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.279	1.279
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	1.012	1.012
Participação no resultado (em R\$mil)3	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	1.012	1.012

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

(2) Os membros de nosso conselho de administração não fazem jus a bônus.

(3) Os membros do nosso conselho de administração e diretoria não fazem jus participação no resultado.

2021	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de Membros	5	5	10
Bônus (em R\$mil)2	-	1.745	1.745
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-		0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	1.745	1.745
Participação no resultado (em R\$mil)3	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	1.745	1.745

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

(2) Os membros de nosso conselho de administração não fazem jus a bônus.

(3) Os membros do nosso conselho de administração e diretoria não fazem jus participação no resultado.

2022 (Proposta)	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número de Membros	5	4	9
Bônus (em R\$mil)2	-	1.695	1.695
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-		0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)3	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	1.695	1.695

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

(2) Os membros de nosso conselho de administração não fazem jus a bônus.

(3) Os membros do nosso conselho de administração e diretoria não fazem jus participação no resultado.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente**a. Termos e condições gerais**

A outorga de opções nos termos do Plano será realizada mediante a celebração de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações entre a Companhia e o respectivo Beneficiário (“Contrato”), o qual estabelecerá todos os termos e condições da outorga e exercício das Opções, incluindo necessariamente o número de Ações da Companhia objeto de outorga, observadas as disposições deste Plano.

A outorga das Opções aos Beneficiários será obrigatoriamente dividida em 5 (cinco) lotes, sendo certo que cada um dos lotes contemplará as Opções correspondentes a 20% (vinte por cento) das Ações outorgadas ao respectivo Beneficiário (“Lotes”). O primeiro Lote será outorgado após 12 (doze) meses contados da adesão do Beneficiário ao Plano e os demais Lotes em 12 (meses) contados da outorga do Lote anterior, observado o disposto no item 7.1. abaixo, totalizando 5 (cinco) anos até a outorga do último Lote (“Período de Vesting”).

Em contrapartida à outorga das opções nos termos do Plano, o Beneficiário pagará à Companhia o preço certo e ajustado de R\$ 5,84 (cinco reais e oitenta e quatro centavos), por cada Ação incluída na respectiva opção, equivalente a 10% (dez por cento) do valor patrimonial por Ação, conforme demonstrado no balanço patrimonial da Companhia relativo ao exercício de 2020, devido no prazo de 30 (trinta) dias contados da celebração do Contrato (“Preço de Outorga”), podendo, por solicitação expressa do Beneficiário, ser pago em até 6 (seis) meses. Adiciona-se ao Preço de Outorga a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE, a partir de 1º de janeiro de 2020.

A assinatura do Contrato implicará na expressa aceitação, pelo Beneficiário, de todas as condições deste Plano, obrigando-se o Beneficiário a cumpri-lo integralmente.

Nenhuma disposição do Plano ou do Contrato conferirá a qualquer Beneficiário direitos com respeito à permanência como diretor, administrador, executivo ou colaborador da Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper, a qualquer tempo, o mandato ou o contrato de trabalho, conforme aplicável, do respectivo Beneficiário.

As Opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração fixa ou eventual participação nos lucros.

O Beneficiário não terá nenhum dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, exceto aqueles a que se refere o Plano, com relação às Opções objeto do Contrato. O Beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento em que se tornar efetivamente acionista da Companhia mediante a subscrição ou aquisição das Ações decorrentes do exercício das Opções a que fizer jus.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem como objetivo permitir que os Beneficiários tenham a oportunidade de adquirir Ações da Companhia, tornando-se acionistas, com vistas a:

(i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, permitindo que, determinados diretores, administradores, executivos e colaboradores estratégicos da Companhia, adquiram Ações, incentivando, assim, a integração dos mesmos à Companhia e o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia e dos acionistas;

(ii) maximizar a geração de valor aos acionistas da Companhia no âmbito de um futuro Evento de Liquidez;

(iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e manter diretores, administradores, executivos e colaboradores de alto nível, com vistas ao desenvolvimento das atividades da Companhia, oferecendo-lhes a possibilidade de adquirirem Ações e buscando um comprometimento de longo prazo de tais administradores com os objetivos da Companhia;

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A opção de compra de ações busca permitir que os beneficiários estejam alinhados com a Companhia e os seus acionistas e sintam-se estimulados a tornarem-se acionistas da Companhia, de modo a vincular o crescimento da Companhia e, conseqüentemente a valorização das ações, ao ganho financeiro.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f. Número máximo de ações abrangidas

Não aplicável.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Conselho de Administração poderá outorgar Opções para aquisição de Ações até o limite agregado de 5% (cinco por cento) do total de Ações de emissão da Companhia, observado o limite do capital autorizado da Companhia.

h. Condições de aquisição de ações

Os Beneficiários que já atuavam na Companhia anteriormente à data da aprovação do Plano, somente poderão exercer as Opções a eles outorgadas, para subscrever ou adquirir, conforme o caso, as Ações da Companhia objeto do Plano, após o prazo inicial de carência de 12 (doze) meses, contados a partir de dezembro de 2020 ("Período de Carência Beneficiários Atuais").

Já os Beneficiários que iniciarem a atuação na Companhia, posteriormente à data da aprovação do Plano, somente poderão exercer as Opções a eles outorgadas, para subscrever ou adquirir, conforme o caso, as Ações da Companhia objeto do Plano, após o prazo inicial de carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de sua adesão ao Plano ("Período de Carência Novos Beneficiários" e em conjunto com o "Período de Carência Beneficiários Atuais", somente os "Períodos de Carência").

As Opções objeto dos Lotes outorgados durante os Períodos de Carências poderão ser exercidas pelos Beneficiários cumulativamente ao término dos Períodos de Carência.

As Opções outorgadas nos termos do Plano e do Contrato poderão ser exercidas total ou parcialmente pelos Beneficiários no prazo de até 2 (dois) anos contados a partir do término dos Períodos de Vesting ("Prazo para Exercício"). Decorrido o Prazo para Exercício, expirarão os direitos decorrentes das Opções outorgadas no âmbito deste Plano e o Beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das Opções da Companhia ainda não exercidas.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de emissão de cada uma das Ações a serem subscritas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das Opções, e/ou o seu preço de compra, caso a Companhia opte por utilizar Ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções (em ambos os casos, o "Preço de Exercício"), será o valor de R\$ 164,40 (cento e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) por Ação, que corresponde ao enterprise value de 7 (sete) vezes o EBITDA da Companhia em 31 de dezembro de 2020, conforme seu balanço patrimonial auditado. Adiciona-se ao Preço de Exercício a taxa pré-fixada de 9% a.a. para o ano de 2021.

A partir de 1º de janeiro de 2022, adiciona-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE, mais 5% (cinco por cento) ao ano.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário à Companhia em até 1 (um) ano a contar da data do exercício da Opção, mediante utilização de recursos próprios do Beneficiário e/ou de recursos tomados emprestados junto a terceiros não vinculados à Companhia.

k. Forma de liquidação

Não aplicável.

l. Restrições à transferência das ações

As Opções outorgadas na forma deste Plano não poderão ser cedidas, alienadas e/ou transferidas por seus titulares a terceiros, a qualquer título, bem como não poderão ser objeto de qualquer Ônus.

Observadas eventuais limitações fixadas na legislação aplicável, as Ações adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das Opções somente poderão ser cedidas, alienadas e/ou transferidas após a quitação do Preço de Exercício, sem prejuízo do disposto na Cláusula 9, hipótese em que o produto da venda será necessariamente destinado para quitação do débito do Beneficiário junto à Companhia.

Os Beneficiários outorgarão à Companhia opção de compra da totalidade das Ações adquiridas por estes no âmbito do Plano, a qual somente poderá ser exercida pela Companhia na hipótese de ocorrência de uma operação que implique na alienação da totalidade das ações de emissão da Companhia pelos seus acionistas, nos mesmos termos e condições implementados na referida operação.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia definir, em cada Contrato, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Beneficiários da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia a cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de Beneficiários, observadas as seguintes diretrizes: Desligamento Voluntário ou por Justa Causa: Na hipótese de desligamento voluntário, desligamento por justa causa, ou em decorrência da prática de qualquer ato em violação à Lei ou ao Estatuto Social da Companhia, o Beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das Opções da Companhia ainda não exercidas, independentemente de ter cumprido as condições previstas nos itens 6.2. e 7.1., as quais estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao Beneficiário no âmbito do Plano.

Desligamento sem Justa Causa: Na hipótese de desligamento sem fundamento na forma do item (a) acima: o Beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das Opções da Companhia cujas condições previstas nos itens 6.2. e 7.1. não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao Beneficiário no âmbito do Plano.

Falecimento, Incapacidade ou Aposentadoria: O disposto no item (b) acima será aplicável em caso de aposentadoria, incapacidade permanente, falecimento do Beneficiário, cabendo aos sucessores legais do Beneficiário, neste último caso, exercer as Opções, nos termos estabelecidos em cada Contrato.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

<i>Posição em 31/12/2021</i> Acionista/Quotista	Quantidade Total de Ações	% com Relação ao Capital Social Total
Companhia		
Conselho de Administração	214.352	24,87%
Diretoria	4.000	0,46%
Total	218.352	25,33%
BNDES Participações S.A.		
Conselho de Administração	218.315	25,33%
Diretoria	0	0,00%
Total	218.315	25,33%
Fundo Capital Tech II		
Conselho de Administração	368.198	42,73%
Diretoria	0	0,00%
Total	368.198	42,73%

13.6. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária
 Não aplicável.

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária
 Não aplicável.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária
 Não aplicável.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando:
a. modelo de precificação

Não aplicável.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
 Não aplicável.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia oferece aos seus diretores estatutários planos de previdência privada e considera as composições de valores pago de acordo com o praticado pelo mercado.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

<i>Remuneração Fixa</i>	Conselho de Administração <i>Anual - R\$</i>		Diretoria <i>Anual- R\$</i>	
Número de membros	5		4	
Valor da maior remuneração individual	R\$	215.987	R\$	826.509
Valor da menor remuneração individual	R\$	215.987	R\$	682.817
Valor médio de remuneração individual	R\$	215.987	R\$	754.663

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas na diretoria.

<i>Remuneração Variável</i>	Administração <i>Anual - R\$</i>		Diretoria <i>Anual- R\$</i>	
Número de membros	5		4	
Valor da maior remuneração individual	R\$	-	R\$	436.276
Valor da menor remuneração individual	R\$	-	R\$	423.989
Valor médio de remuneração individual	R\$	-	R\$	430.132

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas na diretoria.

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual na remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, nos 3(três) últimos exercícios.

Ano	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
2019	0,00%	0,71%	Não aplicável
2020	0,00%	0,88%	Não Aplicável
2021	0,00%	0,86%	Não Aplicável

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas na diretoria.

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há valores reconhecidos no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração ou de nossos diretores estatutários nos últimos 3 exercícios sociais.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

14. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS

14.1 Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Localização	Número de Colaboradores								
	2019			2020			2019		
	SP	SP	PR	SP	PR	SP	PR	PR	RJ
ITO	464	499	288	354	441	354	441	678	269
GRC	22	-	2	29	-	29	-	-	-
SaaS	0	4	7	0	1	0	1	-	3
Administração	19	70	29	23	58	23	58	44	6
Comercial	12	4	2	11	4	11	4	3	4
Total Geral	1.456			1.291			1.304		

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Localização	Número de Terceirizados									
	2021				2020				2019	
	SP	PR	RJ	RJ	SP	PR	RJ	SP	PR	RJ
ITO	1	-	8		11	-	2	14	-	2
GRC	-	-	-		-	-	-	-	-	-
SaaS	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	1		-	-	-	-	-	-
Comercial	1	-	-		-	-	-	-	-	-
Total Geral	11				13				16	

c. Índice de Rotatividade

2019	58,93%
2020	41,00%
2021	62,97%

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Ao final de 2018, a Quality figurava como parte em 25 (nove) processos trabalhistas, sendo estes movidos por ex- colaboradores da Companhia. Entretanto, nenhum deles tinha representatividade em relação ao patrimônio líquido da Companhia, conforme pode ser observado no item 4.3. deste Formulário de Referência.

14.2 Alterações relevantes - Recursos humanos

No último ano não ocorreram alterações significativas que não atreladas ao movimento natural das atividades de prestação de serviço da Companhia.

14.3 Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia não tem uma política de salários institucionalizada, porém tem como prática estabelecer os salários com base nos padrões de mercado, visando manter a capacidade de atração e de retenção dos colaboradores. Não há a prática para pagamento de remuneração variável ou participação nos lucros para colaboradores não administradores.

b. Política de benefícios

Além dos benefícios previstos em lei (ex.: férias, vale-transporte, 13º salário e depósito de FGTS), a Quality oferece um pacote de benefícios aos seus colaboradores composto por: (i) Plano de Saúde para todos os colaboradores sem nenhum desconto mensal, contando apenas com a coparticipação nos eventos (consulta eletiva, exames simples e pronto-socorro), bem como a possibilidade de inclusão de dependentes legais diretos (esposa / marido / filhos) mediante desconto mensal de acordo com a categoria escolhida; (ii) Plano de Assistência Odontológica, com o colaborador podendo utilizar toda a rede credenciada da operadora, por meio de desconto mensal fixo em folha de pagamento, (iii) Seguro de Vida, com cobertura básica quanto ao prêmio de seguro; (iv) Auxílio Refeição, por meio de vale alimentação ou refeição com valores compatíveis ao mercado; e (v) Descontos e Convênios, por meio das diversas parcerias com instituições de ensino e restaurantes. A Companhia entende que com a adoção deste pacote de benefícios, pode-se proporcionar aos seus colaboradores uma melhor qualidade de vida, sendo esta uma das estratégias para a atração e retenção de profissionais.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

A Quality não adota planos de remuneração baseados em ações para os seus colaboradores não administradores

14.4 Descrições das relações entre o emissor e sindicatos

A Quality mantém um relacionamento transparente com os Sindicatos que representam os seus colaboradores em âmbito nacional e estadual, no que concerne às negociações de acordos de convenção coletivas e acordos específicos.

14.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes além das já expostas neste formulário.

15. CONTROLE E GRUPO ECONÔMICO

15.1/2 –

Acionista	CPF / CNPJ	Qtde. de ações ordinárias	% ações ordinárias	Tipo de pessoa	Nacionalidade- UF	Participa de Acordo de Acionistas
Fundo Capital Tech II	18.093.487/0001-23	368.198	42,73	Jurídica	Brasileira-SP	Sim
BNDESPAR	00.383.281/0001-09	218.315	25,33	Jurídica	Brasileira-RJ	Sim
Júlio Cesar Estevam de Britto Junior	086.463.077-86	214.352	24,87	Física	Brasileira-RJ	Sim
Outros	-	60.740	7,05	-	-	n/a
Total	-	861.605	100,00			

15.3 – Distribuição de Capital

Acionistas pessoa jurídica (PJs)

Data da última assembleia	Acionistas pessoa física (PFs)	Total PJs	PJs Institucionais (parte do Total PJs)	Total de acionistas (PFs + PJs)
29/04/2022	7	1	1	9

Data da última alteração	Qtde. ordinárias (Unidades)	Qtde. preferenciais (Unidades)	Qtde. total (%)
10/12/2021	861.605	0	100

15.4 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

- todos os controladores diretos e indiretos e, caso a Companhia deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- principais controladas e coligadas da Companhia
- participações da Companhia em sociedades do grupo
- participações de sociedades do grupo da Companhia
- principais sociedades sob controle comum



15.5 Acordo de Acionistas

Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia, indicação de:

a. Partes

- Júlio Cesar Estevam de Britto Junior
- BNDES Participações S.A.
- Capital Tech II

b. Data de Celebração

08/03/2016

c. Prazo de Vigência

O Acordo de Acionistas da Quality realizado em 08/03/2016 vigorará pelo prazo de 20 anos, a partir de sua data de assinatura ou até o encerramento da liquidação de IPO realizado pela COMPANHIA nos termos do acordo, o que ocorrer primeiro.

d. Exercício de direito de voto

Os acionistas controladores obrigam-se a exercer seu direito de voto de modo a cumprir o disposto no Acordo de Acionistas, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral zelar pelas obrigações exercidas pelas Partes neste instrumento, referentes ao exercício do direito de voto.

Durante a vigência deste Acordo, os INVESTIDORES terão direito de se manifestar, individual e previamente, sobre quaisquer das matérias abaixo, antes de serem deliberados no âmbito de uma Reunião da COMPANHIA ou de qualquer de suas Afiliadas

e. Direito de Preferência

Caso um ACIONISTA (“Acionista Ofertante”) deseje alienar ou de qualquer outra forma Transferir a Terceiros parte ou a totalidade das suas Ações, o Acionista Ofertante deverá notificar os INVESTIDORES e o JULIO BRITTO JR (“Acionistas Ofertados”), os quais terão direito de preferência para adquirir a totalidade das Ações Ofertadas, conforme as disposições desta Cláusula (“Direito de Preferência”).

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Vide Item E.

g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração

O Acordo de Acionistas de 08/03/2016, não prevê restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores

Nos últimos 3 exercícios sociais a Companhia passou por processo de reestruturação acionária na qual a variação é apresentada abaixo.

A seguir é demonstrada a posição acionária (Capital subscrito) após os aumentos do capital social da Companhia, mediante emissão de novas ações e antes e depois da saída do acionista David Estevam de Britto.

Posição a partir de Dezembro/2021

Acionista/Quotista	Participação (%)	QTD	Tipo
CAPITAL TECH II	42,73%	368.198	ON
BNDESPAR	25,34%	218.315	ON
JULIO BRITTO JUNIOR	24,88%	214.352	ON
ALEXANDRE DA CRUZ FIDALGO	2,26%	19.500	ON
JAIR PEREIRA BARBOZA	0,91%	7.800	ON
CAIO SERODIO NOGUEIRA	0,46%	4.000	ON
JULIO CESAR ESTEVAM BRITTO	0,45%	3.900	ON
MARCIO ANTONIO R. ALVES	0,46%	4.000	ON
DIOGO COSTA DE VIVEIROS	2,50%	21.540	ON
Total	100,00%	861.605	

Posição a partir de Janeiro/2017

Acionistas	Participação (%)	QTD	Tipo
Fundo Capital Tech II - Fundo de Investimentos e participações	43,83%	377.639	ON
BNDES Participações S.A - BNDESPar	25,99%	223.912	ON
Julio Cesar Estevam de Britto Junior	25,54%	220.054	ON
Marcio Antônio Ramos Alves	0,46%	4.000	ON
Alexandre da Cruz Fidalgo	2,32%	20.000	ON
Julio Cesar Estevam de Britto	0,46%	4.000	ON
Caio Seródio Nogueira	0,46%	4.000	ON
Jairo Pereira Barbosa	0,93%	8.000	ON
Total	100%	861.605	

Posição até Dezembro/2016

Acionistas	Participação (%)	QTD	Tipo
Fundo Capital Tech II - Fundo de Investimentos e participações	37,74%	260.470	ON
BNDES Participações S.A - BNDESPar	29,03%	200.342	ON
Julio Cesar Estevam de Britto Junior	27,44%	189.368	ON
Marcio Antônio Ramos Alves	0,58%	4.000	ON
Alexandre da Cruz Fidalgo	2,90%	20.000	ON
Julio Cesar Estevam de Britto	0,58%	4.000	ON
Caio Seródio Nogueira	0,58%	4.000	ON
Jairo Pereira Barbosa	1,16%	8.000	ON
Total	100%	690.180	

Posição até Julho/2016

Acionistas	Participação (%)	QTD	Tipo
Fundo Capital Tech II - Fundo de Investimentos e participações	35,89%	238.023	ON
BNDES Participações S.A - BNDESPar	29,53%	195.827	ON
Julio Cesar Estevam de Britto Junior	28,55%	189.368	ON
Marcio Antônio Ramos Alves	0,60%	4.000	ON
Alexandre da Cruz Fidalgo	3,02%	20.000	ON
Julio Cesar Estevam de Britto	0,60%	4.000	ON
Caio Seródio Nogueira	0,60%	4.000	ON
Jairo Pereira Barbosa	1,21%	8.000	ON
Total	100%	663.218	

Posição até Março/2016

Acionistas	Participação (%)	QTD	Tipo
David Estevam de Britto	32,85%	180.000	ON
BNDES Participações S.A - BNDESPar	27,00%	147.945	ON
Julio Cesar Estevam de Britto Junior	32,85%	180.000	ON
Marcio Antônio Ramos Alves	0,73%	4.000	ON
Alexandre da Cruz Fidalgo	3,65%	20.000	ON
Julio Cesar Estevam de Britto	0,73%	4.000	ON
Caio Seródio Nogueira	0,73%	4.000	ON
Jairo Pereira Barbosa	1,46%	8.000	ON
Total	100%	547.945	

15.7 Principais operações societárias

Em outubro 2021, a Quality assinou o contrato de compra e venda da ACCT e no dia 12 de janeiro realizou o fechamento da transação. ACCT é uma empresa de arquitetura e engenharia de software com 11 anos de história, que soluciona problemas de negócios com tecnologia. Desenvolve soluções de e-commerce para algumas das maiores marcas do mundo, especializadas em comércio digital, é líder no quadrante VTEX. Com sede em Atibaia, São Paulo, possui subsidiárias em Nova Iorque, Estados Unidos e Barcelona, Espanha, contando com mais de 230 colaboradores.

Na data de 26 de março de 2018 a Quality visando melhor eficiência operacional e de custos, iniciou o processo de incorporação das subsidiárias Technology Supply e Latin Technology, controladas integralmente pela Companhia, que detém 100% das cotas do seu capital social e na data de 26 de Junho de 2019, finalizou o processo de incorporação da subsidiária Technology Supply.

No ano de 2017 a Companhia adquiriu a Companhia Premier IT Global Service LTDA. A aquisição da Premier é parte da estratégia de expansão de negócios adotada pela Quality. O valor total da transação na época foi de até R\$ 31.000.000,00. O preço de aquisição deverá ser pago em parcelas até maio de 2020 e seu valor final será definido de acordo com a performance da Premier nos próximos exercícios. A Premier é uma empresa fundada há mais de 27 (vinte e sete) anos, sendo referência nacional em Gestão de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) com soluções de Service Desk, Field Services, Gestão de Datacenter, NOC (Network Operations Center) 24x7 e Machine Learning. Nos últimos 8 (oito) anos, foi uma das PME's (Pequenas e Médias Empresas) que mais cresceu no Brasil. Foi eleita Cool Vendor do Gartner em 2016, com cases estabelecidos em empresas privadas nacionais e multinacionais.

15.8 Outras informações relevantes

No entendimento da Companhia não constam outras informações relacionadas ao item 15 deste Formulário de Referência.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações entre as empresas controladas pertencentes ao seu conglomerado econômico, onde todas as transações seguem regras pré-definidas através de contratos de mútuo sendo observada todas as obrigações legais e fiscais quanto as operações realizadas

16.2 Informações sobre as transações

Abaixo apresentamos quadro com a relação de mútuo entre as empresas do grupo Quality, conforme informado no item 16.1 deste formulário.

	MÚTUO	
	31/12/2021	31/12/2020
Latin Technology	-201.590	1.034.051
Technology Supply	-	-
Premier IT	77.649	2.345.700
	<u>-123.940</u>	<u>5.112.363</u>

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas, mencionadas no item 16.2, não geraram conflitos de interesses nem riscos relevantes. Não obstante, também todas essas operações ocorreram em condições usuais de mercado, uma vez que se tratavam de transações relacionadas ao curso normal dos negócios dentro do Conglomerado Econômico

16.4 Outras informações relevantes

A Companhia entende que todos os itens relevantes referentes a Partes relacionadas já foram tratados nos demais itens deste formulário.

17. CAPITAL SOCIAL

17.1 Informações sobre o capital social

	Data da Autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo para integralização	Qtde. ações ordinárias	Qtde. ações preferências	Qtde. total de ações
Capital Emitido	25/01/2017	37.605.711,18	-	861.605	0	861.605
Capital Subscrito	25/01/2017	37.605.711,18	-	861.605	0	861.605
Capital Integralizado	25/01/2017	37.605.711,18	-	861.605	0	861.605
Capital Autorizado	07/12/2012	60.000.000,00	-	0	0	0

17.2 Aumentos do capital social

Órgão que deliberou o aumento	Conselho de Administração	Data de emissão	25/01/2017
Valor total emissão	17.266.018,23 (Real)	Tipo de Subscrição	Subscrição Particular
Ordinárias	171.425	Preferenciais	-
Total Ações	171.425	Subscrição/Capital Anterior	84,888293
Fator cotação	R\$ por Unidade	Preço emissão	100,72
Critério para determinação do preço de emissão	O critério estabelecido no inciso I, do Parágrafo 1º, do Artigo 170, da Lei das S.A.		
Forma de Integralização	Dinheiro		

Órgão que deliberou o aumento	Conselho de Administração	Data de emissão	08/06/2016
Valor total emissão	2.446.411,48 (Real)	Tipo de Subscrição	Subscrição Particular
Ordinárias	26.962	Preferenciais	-
Total Ações	26.962	Subscrição/Capital Anterior	84,888293
Fator cotação	R\$ por Unidade	Preço emissão	90,73
Critério para determinação do preço de emissão	O critério estabelecido no inciso I, do Parágrafo 1º, do Artigo 170, da Lei das S.A.		
Forma de Integralização	Dinheiro		

Órgão que deliberou o aumento	AGE	Data de emissão	03/08/2016
Valor total emissão	10.459.322,00 (Real)	Tipo de Subscrição	Subscrição Particular
Ordinárias	115.273	Preferenciais	-
Total Ações	115.273	Subscrição/Capital Anterior	140,696516
Fator cotação	R\$ por Unidade	Preço emissão	90,73
Critério para determinação do preço de emissão	O critério estabelecido no inciso I, do Parágrafo 1º, do Artigo 170, da Lei das S.A.		
Forma de Integralização	Dinheiro		

17.3 Desdobramentos, grupamentos e bonificações

Justificativa para o não preenchimento do quadro: Nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente não realizamos desdobramento, grupamento ou bonificação.

17.4 Reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro: Nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente não realizamos qualquer redução de capital.

17.5 Outras informações relevantes

Em nosso julgamento, não há outras informações relevantes relacionadas ao item 17 deste Formulário de Referência.

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.1 Direito das ações

Espécies das Ações: Ordinárias		Tag Along: 100,000000
Direito a Dividendos: De acordo com o disposto na Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), e no Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, após as destinações da reserva legal.		
Direito a Voto: Pleno		Conversibilidade: Não.
Direito a Reembolso de Capital: Sim		Restrição a Circulação: Não
Descrição das características do reembolso de Capital: No caso de liquidação, nossos acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso de capital, na proporção de suas participações no nosso capital social, após o pagamento de todas as nossas obrigações		Descrição da Restrição: Não Aplicável
Resgatável: Não		Hipótese de resgate: Não Aplicável
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários: Os direitos assegurados às ações ordinárias e preferenciais que não sejam determinados pela legislação aplicável poderão ser modificados mediante alteração do Estatuto Social, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a ser instalada conforme quóruns e condições previstos na Lei das Sociedades por Ações. A alteração será aprovada com base nos _____ quóruns _____ e _____ condições _____ previstos _____ na _____ Lei _____ das _____ Sociedades _____ por _____ Ações.		
Outras Características Relevantes: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações e no nosso Estatuto Social; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.		

18.2 Regras Estatutárias que limitem o direito de voto ou que obriguem a realizar oferta pública de ações

O Estatuto Social da Quality prevê a obrigação de se realizar oferta pública em determinadas situações, como por exemplo, a alienação do controle, o cancelamento do registro de Companhia aberta e a saída do BOVESPA MAIS. As regras estatutárias relacionadas a essas situações são destacadas a seguir:

Alienação do controle

O Artigo 29 do Estatuto Social estabelece que a alienação de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações ordinárias dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Já o Parágrafo Único do Artigo 29 do Estatuto Social estipulava que a oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada (a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação de controle; e (b) em caso de alienação do controle de sociedade(s) que detenha(m) o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação, anexando documentação comprobatória.

Ademais, segundo o Artigo 30 do Estatuto Social, aquele que já detiver nossas ações e que venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a (a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 30; e

(b) ressarcir os acionistas titulares de ações ordinárias de quem tenha comprado ações no mercado de balcão organizado nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação de Controle

Cancelamento do registro de Companhia aberta

De acordo com o Artigo 34 do Estatuto Social, o cancelamento do registro de Companhia aberta da Companhia estará condicionado a uma oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pela Companhia ou pelo Acionista Controlador, devendo o preço mínimo por ação a ser ofertado corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação. Este laudo de avaliação deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo.

Saída do BOVESPA MAIS

No artigo 36 do Estatuto Social, traz que, caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (i) aprovada previamente em assembleia geral de acionistas, exceto nos casos de saída do BOVESPA MAIS por cancelamento do registro de Companhia aberta; e (ii) comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência prévia mínima de 30 (trinta) dias., o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado na forma prevista nos Artigos 33º a 36º deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da assembleia geral da Companhia que houver aprovado a referida saída., a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do § 1º do artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no § 6º (descrito a cima), respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Ainda no artigo 40, agora em seu Parágrafo 2º, tem-se que o Acionista Controlador estará dispensado de realizar oferta pública de aquisição referida no Parágrafo 1º acima caso (i) a Companhia tiver saído do BOVESPA MAIS em razão da assinatura de Contrato de Participação no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”); ou (ii) a Companhia resultante da operação de reorganização societária tiver assinado o Contrato de Participação no Novo Mercado.

Por fim, a regra do Artigo 41 do Estatuto Social implica que a Alienação de Controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do BOVESPA MAIS obrigará o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente, conjunta e solidariamente, a oferecer aos demais acionistas detentores de ações ordinárias a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às Alienações de Controle previstas nos Artigos 30º a 32º deste Estatuto e no Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS.

18.3 Suspensão de direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no nosso Estatuto Social

18.4 Volumes e cotações dos valores mobiliários

As ações são admitidas à negociação no mercado de balcão organizado administrado pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial de negociação denominado BOVESPA MAIS. Até a data de preenchimento deste Formulário de Referência, os valores mobiliários ainda não foram negociados em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado

18.5 Outros valores mobiliários emitidos

Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, não havia quaisquer outros valores mobiliários emitidos que não fossem ações

18.6 Mercado de Negociação no Brasil

As ações são admitidas à negociação no mercado de balcão organizado administrado pela BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial de negociação denominado Bovespa Mais.

18.7 Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, os valores mobiliários não são admitidos à negociação em qualquer mercado estrangeiro.

18.8 Negociação em mercados estrangeiros

- a. País
- b. Mercado
- c. Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação
- d. Data de admissão à negociação
- e. Se houver, indicar o segmento de negociação
- f. Data de início de listagem no segmento de negociação
- g. Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício
- h. Se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações
- i. Se houver, banco depositário
- j. Se houver, instituição custodiante

Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, nossos valores mobiliários não eram admitidos à negociação em qualquer mercado estrangeiro

18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, não havia sido efetuada qualquer tipo de oferta pública de distribuição.

18.10 Destinação de recursos de ofertas públicas

- a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, a Companhia não havia realizado a sua Oferta pública de ações, e, portanto, não houve recursos adquiridos

18.11 Ofertas públicas de aquisição

Na data de preenchimento deste Formulário de Referência, não havia ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 Outras informações relevantes

Sem informações relevantes neste item.

19. PLANOS DE RECOMPRA/TESOURARIA

19.1 Planos de recompra de ações

Não houve aprovação de planos de recompra de ações das ações de emissão da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente. Por essa razão, as informações constantes deste item do Formulário de Referência não são aplicáveis.

19.2 Movimentação dos valores mobiliários em tesouraria

Não houve movimentação de valores mobiliários de emissão da Companhia mantidos em tesouraria nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente. Por essa razão, as informações constantes deste item do Formulário de Referência não são aplicáveis.

19.3 Outras informações relevantes

No julgamento da Companhia, não há outras informações relevantes relacionadas ao item 19 deste Formulário de Referência.

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO

20.1 Política de negociação de valores mobiliários

a. Órgão responsável pela aprovação da política e data da aprovação

Aprovada pelo conselho de administração na data de 03/06/2013

b. Pessoas vinculadas

De acordo com a Política de Negociação de Valores Mobiliários são consideradas pessoas vinculadas em relação à Companhia seus: (i) Acionistas Controladores, diretos ou indiretos; (ii) membros do Conselho de Administração;

(iii) Diretores; (iv) membros do Conselho Fiscal; (v) membros dos comitês ou de quaisquer órgãos com funções técnicas e consultivas, criados por disposição estatutária; (vi) empregados ou colaboradores da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a Informações Relevantes; (vii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos Acionistas Controladores, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha acesso ou conhecimento de informações relevantes; (viii) prestadores de serviços e qualquer pessoa que tenha aderido expressamente à Política de Negociação.

c. Principais características e Locais onde a política pode ser consultada

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Quality, elaborada nos termos da legislação aplicável, tem por finalidade registrar e esclarecer os critérios e procedimentos a serem empregados pelas Pessoas Vinculadas para evitar que os Valores Mobiliários sejam por elas negociados mediante a utilização de informação privilegiada, prevenindo, assim, a ocorrência da prática de insider trading, isto é, a utilização de informação privilegiada de que a Pessoa Vinculada tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, por força do disposto no artigo 155, §§ 1º a 4º, da Lei nº 6.404/1976 e na Instrução CVM nº 358/2002, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, com valores mobiliários

d. Previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos

De acordo com o item 6 da Política de Negociação de Valores Mobiliários, as Pessoas Vinculadas são proibidas de negociar com os Valores Mobiliários de emissão da Companhia nos seguintes períodos: (i) no período de 1 (um) mês que antecede o encerramento do exercício social, até a publicação do anúncio que colocar à disposição dos acionistas as demonstrações financeiras anuais da Companhia e demais documentos relacionados no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976; (ii) durante o período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações financeiras trimestrais; (iii) se estiver em curso a aquisição ou alienação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;

(iv) se estiver em curso uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/2003, sendo que a proibição de negociar deverá ser mantida até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição; (v) se houver intenção de promover fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia; (vi) quando tiverem conhecimento de Informação Relevante ainda não divulgada ao mercado, até o momento em que tal divulgação for efetivada; (vii) nos períodos determinados pela regulamentação emitida pela CVM; e/ou (viii) nos demais períodos declarados pelo Diretor de Relações com Investidores como períodos especiais de vedação à negociação, sem prejuízo da aplicação da proibição prevista no item (v) acima.

Os períodos especiais de vedação declarados pelo Diretor de Relação com Investidores poderão abranger todas as Pessoas Vinculadas ou um grupo específico de pessoas.

A falha da Companhia em comunicar a uma pessoa que ela está sujeita a um período especial de vedação à negociação não a isenta da obrigação de cumprir com esta Política de Negociação.

O Diretor de Relações com Investidores não é obrigado a apresentar justificativa sobre a declaração de períodos especiais de vedação.

A Companhia não poderá negociar com as ações de sua própria emissão durante os períodos de vedação relacionados acima.

Os Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de ato ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia

(i) até a divulgação de tal ato ou fato relevante ao mercado; e (ii) mesmo após a divulgação do ato ou fato relevante ao mercado, caso a negociação por parte dos Administradores possa interferir nas condições do referido ato ou fato, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria.

20.2 Outras informações relevantes

Em nosso julgamento, não há outras informações relevantes relacionadas ao item 20 deste Formulário de Referência.

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

21.1 Normas, regimentos ou procedimentos

A Quality possui uma Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, aprovada pelo Conselho de Administração em 03/06/2013, que visa, entre outras coisas, assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Sujeitam-se a esta política os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os acionistas que não exerçam o poder de controle, mas que indiquem membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, os membros do Conselho de Administração, os membros da Diretoria, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, empregados e colaboradores da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a informações relevantes ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, controladas ou coligadas tenha acesso ou conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

Além destas pessoas, toda e qualquer pessoa que venha a ter informações sobre atos ou fatos relevantes ainda não divulgados pela Companhia (“Pessoa Vinculada”) estará sujeita à política.

De acordo com a política da Quality, sempre que uma Pessoa Vinculada estiver diante de ato ou fato que possa ser considerado relevante para a Companhia, deverá comunicá-lo formalmente ao Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que exerçam cargo em órgão estatutário da Companhia (Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, órgãos técnicos ou consultivos), bem como o acionista controlador, caso tenham conhecimento pessoal de ato ou fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, somente se eximirão de responsabilidade se comunicarem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM. Para esses fins, antes da comunicação à CVM, a Pessoa Vinculada deverá se certificar junto ao Diretor de Relações com Investidores se não houve decisão do Conselho de Administração da Companhia de não divulgar o ato ou fato relevante. Neste caso, a obrigação de divulgação à CVM só ocorrerá caso se verifique a existência de oscilação atípica no preço, cotação ou volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A comunicação de ato ou fato relevante à CVM e à Bolsa de Valores ou Mercado de Balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados deverá ocorrer imediatamente após a deliberação, ocorrência ou conhecimento a seu respeito, conforme o caso, de modo claro e preciso e contendo, no mínimo, as informações exigidas pela regulamentação.

A divulgação de ato ou fato relevante é obrigação do Diretor de Relações com Investidores e será realizada através de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço na internet em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e à Bolsa de Valores ou Mercado de Balcão Organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são admitidos à negociação.

A divulgação do ato ou fato relevante será realizada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na Bolsa de Valores ou Mercado de Balcão Organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados.

Os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação colocará em risco interesse legítimo da Companhia. Tal faculdade somente poderá ser exercida pela Companhia mediante deliberação do Conselho de Administração e sua comunicação ao Diretor de Relações com Investidores

Nessa hipótese, caberá ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constata oscilação atípica nesses elementos, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente.

21.2 Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante objetiva estabelecer as normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Quality, de atos ou fatos relevantes, conforme definição constante do artigo 2º da Instrução CVM nº358, de 03/01/2002 (“Instrução CVM nº358/02”), bem como as exceções à imediata divulgação de informações e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas ao mercado.

De acordo com o item 6 da Política, cumpre aos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros do Conselho Fiscal ou de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária e aos nossos empregados guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que os subordinados e terceiros de confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Em caso de quaisquer contatos com terceiros, relativos a assuntos que possam ser considerados relevantes, se exigirá, dos mesmos, a assinatura de Termo de Confidencialidade.

21.3 Responsáveis pela política

Na Quality está sob a responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores (DRI) a implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, para que esta esteja em consonância às determinações expressas da CVM e do nosso Conselho de Administração e também às normas legais e regulamentares. A alteração na referida Política deverá ser comunicada à CVM pelo DRI, na forma exigida pelas normas aplicáveis.

21.4 Outras informações relevantes

Não há, no julgamento da Companhia outras informações relevantes a este assunto. A íntegra de nossa Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes encontra-se disponível na CVM e no nosso web site de Relações com Investidores.